



4ª prova - Vivian

# ANTROPOLÍTICA

*Nº 8*

*1º semestre 2000*



ISSN 1414-7378

Antropolítica	Niterói	n. 8	p. 134	1. sem. 2000
---------------	---------	------	--------	--------------





4ª prova - Vivian

© 2001 Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da UFF

Direitos desta edição reservados à EdUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense - Rua Miguel de Frias, 9 - anexo - sobreloja - Icaraí - CEP 24220-000 - Niterói, RJ - Brasil - Tel.: (21) 2704-2119 - Telefax: (21) 2621-6426 -  
http://www.uff.br/eduff -E-mail: eduff@vm.uff.br

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

*Edição de texto:* Sônia Peçanha

*Projeto gráfico e capa:* José Luiz Stalleiken Martins

*Revisão:* Rozely Campello Barrôco e Taís Monteiro

*Edição eletrônica:* Vivian Macedo de Souza

*Digitização:* Camilla Pinheiro

*Supervisão Gráfica:* Káthia M. P. Macedo

*Coordenação editorial:* Ricardo B. Borges

#### Catálogo-na-fonte (CIP)

A636 Antropolítica : revista contemporânea de Antropologia e Ciência Política. — n. 1  
(2. sem. 95) - — Niterói : EdUFF, 1995.  
v. : il. ; 23 cm.  
Semestral.  
Publicação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da  
Universidade Federal Fluminense.  
ISSN 1414-7378  
1. Antropologia Social. 2. Ciência Política. I. Universidade Federal Fluminense.  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política.  
CDD 300

#### UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

##### Reitor

Cicero Mauro Fialho Rodrigues

##### Vice-Reitor

Antônio José dos Santos Peçanha

##### Diretora da EdUFF

Laura Cavalcante Padilha

##### Comissão Editorial

Célia Frazão Linhares  
Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo  
Ivan Ramalho de Almeida  
Luiz Antonio Botelho Andrade  
Magnólia Brasil Barbosa do Nascimento  
Marco Antonio Teixeira Porto  
Marlene Gomes Mendes  
Regina Helena Ferreira de Souza  
Rogério Haesbaert da Costa  
Sueli Druck  
Vera Regina Salles Sobral  
Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes

##### Comitê editorial da Antropolítica

Delma Pessanha Neves (PPGACP / UFF)  
Eduardo R. Gomes (PPGACP / UFF)  
Gisálio Cerqueira Filho (PPGACP / UFF)  
Simoni Lahud Guedes

##### Secretária:

Inez Almeida Vieira  
Etelma Mendonça Costa

##### Conselho editorial da Antropolítica

Alberto Carlos de Almeida (PPGACP / UFF)  
Argelina Figueiredo (Unicamp / Cebrap)  
Ari de Abreu Silva (PPGACP / UFF)  
Ary Minella (UFSC)  
Charles Pessanha (IFCS / UFRJ)  
Cláudia Fonseca (UFRGS)  
Delma Pessanha Neves (PPGACP / UFF)  
Eduardo Diatahy B. de Menezes (UFCE)  
Eduardo R. Gomes (PPGACP / UFF)  
Eduardo Viola (UnB)  
Eliane Cantarino O'Dwyer (PPGACP / UFF)  
Gisálio Cerqueira Filho (PPGACP / UFF)  
Gláucia Oliveira da Silva (PPGACP / UFF)  
Isabel Assis Ribeiro de Oliveira (IFCS / UFRJ)  
José Augusto Drummond (PPGACP / UFF)

José Carlos Rodrigues (PPGACP / UFF)  
Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (UFPE)  
Laura Graziela F. F. Gomes (PPGACP / UFF)  
Livia Barbosa (PPGACP / UFF)  
Lourdes Sola (USP)  
Lúcia Lippi de Oliveira (CPDOC)  
Luiz Castro Faria (PPGACP / UFF)  
Luis Manuel Fernandes (PPGACP / UFF)  
Marcos André Melo (UFPE)  
Marco Antônio da S. Mello (PPGACP / UFF)  
Maria Antonieta P. Leopoldi (PPGACP / UFF)  
Maria Celina S. d' Araújo (PPGACP / UFF-CPDOC)  
Marisa Peirano (UnB)  
Otávio Vêlho (PPGAS / UFRJ)  
Raymundo Heraldo Maués (UFPA)  
Renato Boschi (UFMG)  
Renato Lessa (PPGACP / UFF - IUPERJ)  
Renée Armand Dreifus (PPGACP / UFF)  
Roberto Da Matta (PPGACP / UFF- University  
of Notre Dame)  
Roberto Kant de Lima (PPGACP / UFF)  
Roberto Mota (UFPE)  
Simoni Lahud Guedes (PPGACP / UFF)  
Tânia Stolze Lima (PPGACP / UFF)  
Zairo Cheibub (PPGACP / UFF)



4ª prova - Vivian

## SUMÁRIO

### ARTIGOS

PROLEGÔMENOS SOBRE A VIOLÊNCIA, A POLÍCIA E O ESTADO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO .....	7
<i>Daniel dos Santos</i>	
GABRIEL TARDE: LE MONDE COMME FEERIE .....	23
<i>Isaac Joseph</i>	
ESTRATÉGIAS COLETIVAS E LÓGICAS DE CONSTRUÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES NO NORDESTE SEMI-ÁRIDO .....	41
<i>Eric Sabourini</i>	
CARTÓRIOS: ONDE A TRADIÇÃO TEM REGISTRO PÚBLICO .....	59
<i>Ana Paula Mendes de Miranda</i>	
DO PEQUI À SOJA: EXPANSÃO DA AGRICULTURA E INCORPORAÇÃO DO BRASIL CENTRAL .....	77
<i>Antônio José Escobar Brusi</i>	
RESENHA	
TERRA SOB ÁGUA - SOCIEDADE E NATUREZA NAS VÁRZEAS AMAZÔNICAS .....	107
<i>José Augusto Drummond</i>	
DISSERTAÇÕES (INFORMAÇÕES PARA ATUALIZAÇÃO) .....	113





# ARTIGOS







# PROLEGÔMENOS<sup>1</sup> SOBRE A VIOLÊNCIA, A POLÍCIA E O ESTADO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO\*

DANIEL DOS SANTOS\*\*

*A relação entre o Estado e a sociedade é uma questão central, sobretudo quando o absolutismo do primeiro, sob o manto da democracia parlamentar representativa, tende a revelar-se uma das características da sua ação no contexto da globalização (passagem do “Estado Social ao Estado penal”). O que, em termos de representações sociais, é definido como contrapartida ao recurso cada vez maior de estratégias públicas disciplinares e repressivas, ao uso e abuso de instituições como a polícia e a prisão, a formalização dos direitos humanos, do Estado de Direito e do mercado. Este artigo tem como objetivo elaborar alguns dos elementos preliminares necessários para aprofundar e alargar uma análise possível desta questão.*

*Palavras-chave: violência; polícia; Estado; democracia; sociedade*

*[...] a coação e, em última instância, a violência são instrumentos específicos do Estado. Existe uma relação orgânica entre o Estado e a violência. Esta ligação é irredutível; é constitutiva do Estado. [...] O Estado, afirma Nietzsche, é a espécie mais fria dos monstros frios. Ele mente friamente; e eis a mentira que escapa da sua boca: “Eu, o Estado, sou o Povo” (MÜLLER, 1995, p. 138).*

## A VIOLÊNCIA

Agir sobre alguém ou fazê-lo agir contra a própria vontade, pouco importando os meios utilizados para tanto – a coação, a intimidação ou a força –, não é sempre percebido pela maior parte

dos cidadãos como uma violência. Esta percepção, mesmo de “senso comum”, é reveladora das ambigüidades que envolvem a noção de violência, nos campos da ciência e do político.

\* Tradução: Cecília Campello do Amaral Mello B camello@momentus.com.br.

\*\* Universidade de Ottawa.

Confunde-se freqüentemente a violência com o ato pelo qual ela se exerce, mas também com as “disposições naturais” dos indivíduos em exprimir brutalmente seus sentimentos e convicções, a atração pelas coisas e, até mesmo, a impossibilidade de resistir a elas. Constatamos, assim, que a violência dificilmente pode ser reduzida a uma única fonte ou forma, pois ela é sempre plural quanto aos contornos ou ao conteúdo. Conseqüentemente, é difícil abordar este fenômeno que persegue a humanidade desde suas origens, ainda que os resultados e as conseqüências sejam de uma amplitude e de uma gravidade assustadoras, nos planos individual e coletivo.

Podemos caracterizar a violência pela força impetuosa que ela exerce, por exemplo, a violência do vento, ou pelos impulsos que não controlamos. Podemos também designá-la como o que é próprio da fraqueza, que “não tem freqüentemente outro sintoma que não seja a violência; fraca e brutal, e brutal justamente porque fraca” (JANKELEVITCH, 1960, p.190). Desde Freud (1963, 1968a, 1968b), a violência também está associada à agressividade e à saúde mental dos indivíduos. Quando recalamos nossos instintos agressivos, na falta de saídas social e moralmente “aceitáveis” à sua energia, nós os dirigimos contra nós mesmos com mais freqüência do que pensamos.

As contribuições de diferentes disciplinas científicas chegaram freqüentemente a resultados semelhantes. As explicações dadas a este estado de coisas, ainda que variadas, desembocam na constatação desconcertante de que apreender tal ob-

jeto de estudo é, concreta e globalmente, antes de tudo, algo árduo. Nessas circunstâncias, referimo-nos constantemente ao direito e às normas objetivas e positivas, para deduzir um conjunto de valores mensuráveis e mais facilmente aceitos como universais.

No cerne da nossa percepção sobre a violência, está o fato de que nós a entendemos, no sentido durkheimiano (DURKHEIM, 1897), como um poder “normal” que pode ser exercido contra alguém, inclusive nós mesmos, ou contra alguma coisa. Apenas definimos este poder como uma forma de violência quando ele ultrapassa certos limites definidos pelo Estado e seu poder legislativo, quando ele perturba uma ordem determinada da vida e das relações sociais, a ordem jurídica estatal. Ele é, segundo Jankelevitch (1960, p. 1991), “contemporâneo da desordem e mesmo posterior a ela, criatura da desordem, filho da desordem, da qual ele próprio é expressão...” e oposto à força “fundadora e regeneradora da ordem legal”:

A força, que está a meio caminho entre o direito e a violência, é violência em relação ao direito, mas direito em relação à violência; é capaz *a fortiori*, de fundar o direito, de estabelecer as normas, de criar o valor e o ideal [...] (JANKELEVITCH, 1960, p. 186).

Dito isto, deve-se acrescentar que este mesmo poder pode adquirir valores contraditórios, quando é entendido fora do quadro jurídico estatal. Assim, deve-se considerar a possibilidade de duas percepções e de julgamentos múltiplos e plurais. Se a percepção estatal tende a se apresentar





como uniforme e única, a das sociedades civis não pode pretender a homogeneidade e a universalidade. Ela é, por natureza, múltipla e plural, por consequência, contraditória. As sociedades civis não são definidas por uma ordem social abso-

luta, mesmo num regime ditatorial, mas por uma “encruzilhada” aberta na qual se cruzam ordens múltiplas de condições, situações, interesses e aspirações diferentes e diversas.

## AS VIOLÊNCIAS

Segundo o momento e o ponto de vista pode-se desvendar duas lógicas que orientam o discurso sobre a violência. Encontramos aí a *lógica do Estado*, cujo discurso se apresenta como resultado da razão universal e do saber/conhecimento do “bem supremo”. Este discurso “resolve” a questão da legitimidade confundindo-a, ao menos em aparência, com a questão da legalidade. A segunda *lógica* é a *das sociedades civis*. Seu discurso é antes de tudo relativo, daí necessariamente múltiplo. Ele se apresenta sem homogeneidade, seja como um discurso fragmentado, seja como o resultado do compromisso da pluralidade de razões e de saberes. Ainda que este discurso não resolva a questão da legalidade que é da ordem da lógica do Estado, ele consegue, às vezes, distinguir a legalidade da legitimidade, que também é plural. Assim, é preciso fazer um esforço suplementar para articular as realidades fragmentadas que coabitam as sociedades civis.

*As duas lógicas estão interligadas*, já que não cobrem realidades separadas nem funcionam sem comunicação com o exterior. Ainda que sejam complementares, a lógica do Estado busca freqüentemente impor-se àquela das sociedades civis, o que pode provocar oposições e enfrentamentos.

É preciso notar que as sociedades civis constroem também definições da violência e colocam limites que lhes são próprios. Contudo, estas definições e limites se distinguem, por sua natureza e aplicação, daqueles que emanam da ordem jurídica do Estado. Facilitando o trabalho dos pesquisadores, o Estado e seu direito reduziram seu campo de estudo. Do lado das sociedades civis, o domínio da violência aumenta e torna-se mais complexo e certamente mais complicado, isto é, mais difícil de se apreender, medir e explicar.

Num dos casos, a qualificação da violência é função da definição dada, em particular, pelas leis penais. Seu conteúdo indica geralmente uma diversidade de comportamentos e ações físicas, e leva desigualmente rumo a soluções possíveis, dentro dos quadros do direito estatal (direito penal, direito civil, direito administrativo etc.). Em relação a este último, é importante circunscrever sua intervenção a partir de uma *responsabilidade jurídica e não moral*, intervenção que se dirige antes aos indivíduos do que às instituições. A violência é, então, uma questão de agressão física: assaltos, pancada, ferimentos, golpes e maus-tratos. São fatos que deixam traços materiais quando vem o momento de destacar, observar e analisar as ações e os comporta-

mentos em questão. Trata-se, em primeira instância, da sua qualificação e identificação. Esses traços constituem os *hard facts*,<sup>2</sup> evidências empíricas e provas utilizáveis e demonstráveis, segundo os gabaritos formais do direito e da ciência, frente aos tribunais e quando da apresentação das pesquisas científicas.

No outro caso, as definições e os limites variam segundo a interação entre os indivíduos, os grupos e as classes sociais, o grau de heterogeneidade das sociedades civis e as relações de força entre seus componentes. As soluções dadas a este problema social – a violência – dependem da pluralidade das definições e dos limites que aí encontramos. Nas sociedades civis, as intervenções que visam a comportamentos violentos não estão unicamente circunscritas por uma responsabilidade normativa positiva e objetiva, comparável ao direito estatal: acrescenta-se aí uma dose de normatividade subjetiva, acompanhada de uma responsabilidade moral, cujo caráter normativo é, às vezes, mais vago ou menos claro. Portanto, podemos dizer que

há violência quando, numa situação de interação, um ou mais atores agem de maneira direta ou indireta, concentrada ou distribuída, atentando contra um ou mais outros (atores) em graus variáveis, seja contra sua integridade física, seja contra sua integridade moral, seja contra suas posses, seja contra suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1978, p. 20).

Neste contexto, emerge uma situação particular, porém freqüente, ainda no sentido durkheimiano de normalidade: ela diz respeito às relações entre o exercício do

poder político e as relações tecidas nas sociedades civis. Nós nos referimos aqui às relações entre os agentes do Estado – principalmente as forças da polícia – e os cidadãos, que os primeiros devem servir e proteger. Esta situação, por um lado marcada pelo poder da arrogância, e, por outro, pela fraqueza da humilhação, obriga-nos a reexaminar a noção de Estado de direito nos quadros da democracia representativa. Encontramo-nos, então, frente a uma forma insidiosa de violência, que não deixa quase nenhum traço, mas que é freqüente, diríamos até mesmo quase generalizada. A violência física atinge os espíritos e choca os olhares, incita os cidadãos a conceberem posições extremas, isto é, a vingança, que está longe de constituir uma solução satisfatória. O risco e o perigo assim desencadeados ameaçam a fragilidade das democracias, em particular o seu desenvolvimento para além da esfera política, pois:

A calma dos indivíduos e das sociedades se obtém pelas forças coercitivas (políticas, mas também civis) de uma violência tal, que ela deixa de ser necessária e passa despercebida. Para obrigar as paixões a se exprimirem somente nos quartos, na intimidade ou nas catástrofes [...] para jugular os gritos de sofrimento (ou de amor), as queixas da miséria, os gemidos dos velhos, a cólera dos pobres; para adormecer os que são assassinados durante suas vidas; [...] para dissimular que “o inferno está vazio, todos os demônios estão aqui” – que longa, terrivelmente longa, tradição de leis clandestinas! (FORRESTER, 1980, p. 11-12).

As definições jurídicas mais divulgadas aplicam-se, em princípio, a todos os cida-



dãos. Mas as leis, elas próprias, criam exceções, tais como nas áreas do esporte, medicina, mercado de trabalho e polícia, em diferentes níveis. Essas exceções são criadas também na área da violência, assim como em todas as que se reportam às formas de apreensão da violência, às regras processuais para tratá-la e às sanções. Certos Estados acrescentam limites às exceções, outros não. Esta situação nos remete à questão dos direitos da pessoa humana, ao levantar problemas importantes, sendo os mais significativos aqueles que dizem respeito à fronteira da legitimidade dos atos assim tratados e ao confronto das duas lógicas (a lógica estatal em oposição à lógica social).

A ética do poder político está mais preocupada em ajustar a sociedade e a nação a seus interesses e objetivos específicos do que em preservar e desenvolver o bem-estar físico e moral de seus cidadãos. O espírito da governamentalidade, em seu

sentido mais amplo, ultrapassa o simples exercício do poder político. Ele multiplica as estratégias, os mecanismos e as táticas disciplinares, coercitivas e repressivas, que visam mais à *segurança do Estado* do que à *segurança dos cidadãos*. Estes últimos deixam de ser membros de uma nação, vivendo entre eles e formando uma comunidade, para se tornarem *sujeitos do Estado*, submetidos a um “interesse superior” que os domina. Assim, obtém-se a tranqüilidade do poder político e não a da sociedade.

Esta emancipação do poder político tem conseqüências graves, na medida em que a maior intervenção do Estado conduz a uma maior uniformidade e a uma “*semelhança, não somente dos meios que ele utiliza para agir, mas de tudo o que realiza*”. O Estado opõe-se, assim, às aspirações das sociedades civis, à pluralidade de suas atividades e à sua variedade (HUMBOLDT, 1792/1990).

## O MUNDO GLOBAL

Os direitos da pessoa humana ficam, assim, reduzidos a um formalismo jurídico monístico: estão inscritos nas declarações nacionais e universais e são regulados por tribunais nacionais e internacionais, dos quais estão excluídas as sociedades civis. O século XX parece terrivelmente marcado pela violência, ainda que, ao longo dos diferentes períodos históricos, a humanidade tenha percorrido momentos igualmente violentos. Não entraremos aqui numa polêmica quantitativa estéril, obser-

vamos somente que nossa vida cotidiana contemporânea traz a marca da violência. Ela adotou certamente formas e conteúdos diferentes, como conseqüência do desenvolvimento tecnológico sem precedentes que caracteriza o nosso século. Da Primeira Guerra Mundial à Guerra do Golfo, passando por Angola, pela Iugoslávia e por Ruanda, o potencial destruidor da violência coletiva e individual é sem paralelos.

Esta situação é por vezes interpretada e analisada de maneira resignada, enfatizando o derrotismo e a irresponsabilidade: de um lado *nós*, do outro, *eles*. Segundo John Keane (1996), o mundo global se divide em dois campos. O primeiro deles seria a *zona democrática*, o mundo “próspero” das democracias parlamentares, uma comunidade onde o desfrute relativo da paz e da segurança está assegurado. Esta comunidade possui Estados fortes e um poder militar e policial aparentemente bem organizado, a tal ponto que esses aparelhos do Estado não são mais alvos dos debates democráticos nacionais. A segurança nacional é área reservada ao Estado. Este poder deixa de ser um “instrumento político” e torna-se a garantia da paz social e da ausência de guerra, ainda que por vezes se assemelhe a uma ilusão. Esta zona contém apenas 1/7 da população mundial.

O restante do planeta, logo, 6/7 da população do globo, compõe a *zona do outro*. Aqui encaramos uma realidade provavelmente sem igual na história humana. *Eles* se caracterizam por uma violência cotidiana anárquica vinda de todas as direções, pela guerra – e seu conjunto de desgraças, dentre as quais não se deve ignorar o *warlordism*<sup>3</sup> – pela ausência concreta de normas que existem apenas no papel, pela ausência de esperança... Esta zona é, assim, mais vulnerável às catástrofes naturais e às perturbações políticas e econômicas, tais como, inundações, seca, fome, corrupção, golpes de Estado. Em poucas palavras, a *zona do outro* define-se, na melhor das hipóteses, por uma democracia de fachada e simbólica; na pior das hipó-

teses, pela ditadura, sobretudo das armas, das forças armadas, da polícia do Estado ou de grupos sociais que representam interesses diversos e específicos (compradores, especuladores, *warlords*, exército, polícia, crime organizado etc.). Quanto mais fracas são as sociedades civis, mais instável é o “poder político” e menos paz social existe.

Esta perspectiva não é totalmente falsa, mas enganadora. Os “portos de paz” que a *zona democrática* constitui são também habitados por situações de conflito violentas e inquietantes, pelo menos no plano do discurso e da lógica do Estado. A globalização tem um conteúdo econômico, mas também social, político, cultural, comunicacional e jurídico. Ela implica “por um lado, a difusão social e, por outro, a partilha de direcção” (DELMAS-MARTY, 1998, p. 14). A atitude tradicional dos Estados desta zona em relação ao comportamento desviante, particularmente, aquele definido pelo direito penal como próprio das “classes perigosas”, ressurgiu atualmente com força: *a guerra contra o crime tem tomado ares de uma guerra contra os pobres* (Actes de la recherche en sciences sociales, 1998; Wacquant, 1999). Ainda que traduza um certo “pânico” frente à “contaminação” possível de suas sociedades, esta atitude coloca os Estados da zona democrática em face da contradição mundial do trabalho:<sup>4</sup> a produção de armas, o controle do tráfico de drogas e de órgãos, a corrupção dos poderes etc. derivam dos seus domínios.

A pauperização das populações da *zona do outro*, o saque de suas riquezas pela aliança entre as elites dirigentes, os



*warlords*, os grupos do crime organizado, suas redes e os conglomerados econômicos mundiais, a pilhagem da nação pela classe política local e a instrumentalização quase ilimitada do Estado, ocasionam movimentos populacionais em direção à *zona democrática*, cujas conseqüências, suficientemente conhecidas, tornam-se cada vez mais difíceis de serem resolvidas. O aumento dos preconceitos raciais, os problemas de identidade e de enraizamento engendram um crescimento generalizado das tensões sociais, das possibilidades de conflitos e de violência e, por conseguinte, de políticas repressivas facilmente antidemocráticas (Actes de la recherche en sciences sociales, 1999).

Esta situação da *zona democrática* assemelha-se cada vez mais a uma entropia social com um caráter anômico resolutamente pronunciado. Do ponto de vista das representações sociais, uma tal imagem leva as sociedades civis desta zona a se preocuparem com a violência, mais do que aquelas sociedades civis da *zona do outro*, onde é necessária e visivelmente mais instável. Este fenômeno deve-se, em parte, à retórica estatal, às campanhas das forças policiais, das instituições sociais e dos políticos, mas também, à realidade de todos os dias e à maneira como a mídia a representa. Enquanto as empresas de seguro aumentam barbaramente seus prêmios para a segurança, assistimos a um recrudescimento de uma violência indizível, porque contraditória, extrema e gratuita: assassinatos em série, crimes contra crianças, violência nas escolas dirigidas contra jovens e professores, violência familiar e conjugal, violência do “crime organizado” etc.

Ela também é indizível porque, apesar da manifestação midiática dos especialistas (cientistas, policiais, políticos etc.), justificam-se mal tais acontecimentos e permanece-se sem novas soluções, a não ser as fórmulas já esgotadas. Entretanto, assiste-se ao crescimento fulgurante do mercado privado da segurança, do qual as polícias estatais também participam.

A **violência** se desloca e se aproxima cada vez mais dos “portos da paz”, ela *atravessa as sociedades de uma ponta a outra*. A comunicação é um aspecto interessante e primordial da mundialização. Da imprensa escrita à televisão, passando pela auto-estrada da informação (Internet), todas as redes de comunicação participam desta percepção sobre o crescimento e a proximidade da violência. Um outro aspecto da mundialização diz respeito à tendência a suprimir as fronteiras e, sobretudo, a colocar em causa a noção tradicional de territorialidade. Notemos, porém, que esta tendência é atualmente sobretudo econômica (o mercado). No nível político, encontramos-nos em face de uma situação de impasse (em vias de tornar-se caótica), cujos indícios descobrimos na ausência crescente de autoridade moral e política. Os únicos valores que contam são os do aumento do lucro a todo custo. É o reino dos *deal makers*.<sup>5</sup> Todos os meios são bons e úteis, pouco importa se os resultados agravam as condições de existência e de bem-estar das sociedades civis e, dentre estas, as condições dos mais desprovidos, *tanto numa zona quanto na outra*.

A Comunidade européia produz leis regrando o espaço econômico e jurídico

dos Estados membros. Este processo é mais lento no domínio do direito penal e sem nenhuma legitimidade, já que ela não respeita a soberania dos seus povos. Estes estão de fora de todo processo verdadeiro de tomada de decisões. Quando as democracias parlamentares agem desta forma, a legalidade das decisões por elas tomadas tem somente a força do poder repres-

sivo, punitivo, estigmatizante e disciplinar dos seus aparelhos, pois não mais possuem base real na sociedade. Há, aqui, um problema sério de legitimidade, de autoridade e de moralidade; um deslize em direção a um absolutismo político cego, que leva à oposição e possivelmente ao enfrentamento entre as duas lógicas da violência.

## A POLÍCIA E O ESTADO

A polícia e o Estado precedem historicamente a criação dos regimes democráticos modernos. O desenvolvimento e a evolução destes últimos raramente questionaram a existência de uma ou de outro. Ao contrário. À beira do século XXI, tem-se a impressão de que os regimes democráticos reforçaram a idéia e a presença cotidiana de ambos, o que, à primeira vista, pode parecer contraditório frente ao movimento em direção à globalização. Inicialmente, a polícia e sua institucionalização eram percebidas e encaradas como um *bem comum*, parte do patrimônio social, cujo objetivo era a “proteção da sociedade” (cidadãos e propriedade). No final do século XX, a representação que se faz da polícia é a de um serviço burocrático estatal ou de uma força repressiva e coercitiva, mesmo se esta função representa menos de 30% das tarefas policiais. Seu principal objetivo deixou de ser a proteção da sociedade, para ser, sobretudo, a *proteção do Estado e de interesses políticos e econômicos particulares*.

A polícia tornou-se um elemento essencial da gestão do Estado e do exercício da autoridade, ao mesmo tempo em que é obje-

to das lutas políticas. Contudo, ela apresenta-se também como uma instituição que cria e desenvolve valores, regras, interesses e objetivos, isto é, uma cultura própria. Ela mantém relações ambíguas, contraditórias e complexas com o poder político e com as sociedades civis.

A polícia, como aparelho do Estado democrático, não deve ser “política”, isto é, servir a interesses particulares, mas sim, *proteger o bem comum e o bem-estar de todos os cidadãos*, respeitando os direitos da pessoa e a justiça social. Somente no sentido do respeito dos direitos da pessoa humana é que a polícia exerceria uma função política. *Hélas,<sup>6</sup> quem define o mandato da polícia, suas tarefas, seus regulamentos? Quem avalia seu trabalho, seus êxitos e seus insucessos? Quem controla a polícia? A quem ela presta contas?...* O Estado e as sociedades civis vivem obcecados por estas questões, em particular as que dizem respeito à definição das funções da polícia e suas responsabilidades. Contudo, enquanto instituição estatal, a polícia frequentemente soube jogar com essas questões e com as posições dos diferentes tendência está condicionada pela divisão mundial do trabalho);



atores sociais, para daí tirar partido. Entre outros fatores, a globalização conduz, com mais ou menos felicidade, a uma certa normalização – entendida como uma tendência para a homogeneidade e uniformidade – da cultura, dos hábitos, das normas e das instituições (estrutura mental dominante). A polícia não escapa a esse fenômeno. Porém, tal movimento parece criar, ao mesmo tempo, um certo número de dificuldades resultantes do estado atual das relações entre o global e o local, pois:

1 *Não existe uma polícia, mas diferentes polícias* (no interior de cada país e entre os países; polícia estatal e polícia privada etc.);

2 *Existem instituições policiais exercendo funções não-policiais e vice-versa* (agentes da alfândega, agentes fiscais, assistentes sociais, guardas de prisão, guarda-costas, segurança privada etc.) *ou instituições policiais idênticas mas com atribuições distintas;*

3 *Na América do Norte, atualmente, as polícias privadas são dez vezes mais numerosas que a polícia do Estado* (no reino da globalização, trata-se de uma tendência que se alastra por todos os lugares, mas que assume muitas vezes uma “cor” local);

4 *Há um aumento na utilização de novas tecnologias como instrumento de trabalho das polícias estatais e privadas e como meio de vigilância e controle* (utilizados tanto pela polícia, quanto por cidadãos privados, sobretudo aqueles em situação hierárquica superior; por empresas e por instituições públicas e privadas; pelas diferentes instâncias do poder político, desde os municípios ao Estado central: no entanto, esta tendência está condicionada pela divisão do trabalho);

5 *Não existe uma forma única de organização das forças de polícia, mas várias* (ex.: centralização x descentralização, em cada país e entre os países e segundo os tipos e funções de polícia);

6 *Não existe um só e único objeto (de ação) da polícia bem como sua função não visa unicamente a um só objetivo* (a pluralidade quase simultânea de objetivos, funções e objetos caracteriza a polícia como uma instituição cada vez mais multifacetada e não ultra-especializada – ela é militar, política, profissional e civil; comunitária; coercitiva; preventiva e repressiva; de vigilância; de informação e do risco; de segurança pública, do Estado, das empresas, etc. Tal situação conduz, freqüentemente, à concorrência e à competição, ou à ausência de colaboração entre forças policiais tanto em termos nacionais quanto internacionais).

Some-se a isto o fato de que a democracia moderna tornou-se formal e processual, a ponto de confundir os meios com os fins, criando, assim, muito freqüentemente, um mundo quase abstrato e normativo (BÉNÉTON, 1997). Ela se afasta do mundo concreto da sociedade existente, das relações sociais reais, um mundo que é preciso cobrir com um véu denso e obscuro, um mundo que não se deve expor à luz. Devido a isto, seremos acusados, na melhor das hipóteses, de utópicos ou de irrealistas e, na pior, de estraga-prazeres ou subversivos. Os atores sociais deixam de existir em movimento para se transformarem em estatuetas. Acelera-se a entrada num mundo cada vez mais reificado onde o ser vivo torna-se uma coisa, uma mercadoria.

Nesse mundo, o Estado e a polícia são normalmente responsáveis perante si mesmos,

mas raramente perante as sociedades civis, a não ser que estas consigam assegurar para si a criação de regras processuais e formais e instituições que garantam a aparência de controle civil.

Quais são as diferenças, então, entre um regime democrático e um regime ditatorial? No *primeiro*, a função da polícia é controlar, vigiar e reprimir certos grupos que podem parecer suspeitos ou ameaçadores para a ordem normativa formal democrática. No *segundo*, assiste-se à utilização total das forças policiais como um instrumento político e de busca de um conformismo “físico”. Numa democracia, ilegalidades, abusos de poder e violências policiais podem ser entendidos como um crime (raramente), um delito (raramente), uma infração moral, ética ou disciplinar (mais freqüentemente) e, finalmente, como um “acidente” (muito mais freqüentemente). Porém, se o trabalho policial é considerado, sobretudo, como *undercover*,<sup>7</sup> a polícia e o Estado reagem por um *covering up*.<sup>8</sup> É preciso, portanto, que às queixas dos cidadãos, some-se o trabalho da mídia, para que estas diferentes situações sejam expostas e possam ultrapassar o “acidente”. Num regime ditatorial, os diferentes roteiros considerados frente à “utilização de uma força despropositada” (violência policial) raramente ultrapassam o estado da categoria de acidente. Quando isto ocorre, é algo excepcional.

A profissionalização da polícia representa, em teoria, a submissão desta às regras do direito, aos direitos dos cidadãos e às regras que regem o ato de prestação de contas e de responsabilidade. O objetivo da repressão policial deve ser impedir a ação dos indivíduos criminosos – e não de grupos sociais, a não ser quando estes se

constituam como organização criminal –, e de assegurar que “todo cidadão é igual perante a lei”. As forças da polícia devem-se submeter a um controle severo de suas ações e à imposição de limites claros à utilização da violência ou aos abusos de poder.

Apesar desta profissionalização, o dilema ainda permanece: como assegurar o respeito aos direitos dos cidadãos e, ao mesmo tempo, a estabilidade do Estado? As sociedades civis exigem serem protegidas tanto das ações dos criminosos, quanto dos abusos e da violência da polícia e do Estado. Este último impõe à polícia o estabelecimento de uma ordem pública que ele define e a manutenção da sua proteção a qualquer preço, mesmo em detrimento dos cidadãos. Isto ocorre no mesmo momento em que a globalização exige dos Estados nacionais e de suas polícias uma atitude claramente dirigida de “flexibilidade” (em relação às grandes empresas) e de repressão (em relação aos indivíduos e aos grupos sociais marginalizados).

Levando-se em conta as representações sociais que as sociedades civis fazem da polícia e de suas funções, suas demandas constituem um paradoxo: por um lado, uma polícia mais severa, mais repressiva e mais violenta e, por outro, mais humana, mais próxima dos cidadãos e mais respeitosa dos direitos da pessoa. Essas demandas das sociedades civis estão relacionadas, em certa medida, com o sentimento de insegurança, real ou abstrato, que se manifesta, de forma confusa e tumultuada pela explosão de emoções, de percepções e de representações de crimes e de perdas de valores concretos, traduzidos pelas incivilidades e pelo “medo”, segundo um desenvolvimento particular:





Pode-se situar no período de 1965 a 1975 as tentativas modernas de reforma da polícia na América do Norte. Elas foram o resultado das lutas de grupos minoritários, sobretudo os afro-americanos (negros) e os latinos. A polícia revelou-se incapaz de respeitar os direitos constitucionais destes grupos e, menos ainda, de estabelecer relações democráticas com eles. Segundo a maioria dos observadores e dos pesquisadores deste período da história da polícia norte-americana, esta demonstrou, naquela época, toda a sua *incompetência profissional, seu caráter violento e antidemocrático*. Esta situação também revelou uma crise aguda da função policial, ligada a fatores estruturais, isto é, uma crise de legitimidade e uma crise de eficiência.

A estratégia de luta contra o crime, fundada sobre o modelo tradicional de polícia, foi extremamente ineficaz. *A guerra contra o crime* aparece como algo utópico e sem resultados, deixando de lado o que normalmente afeta mais os cidadãos: a manutenção da ordem cotidiana e outros problemas, tais como desordens urbanas e incivildades, critérios da avaliação que os cidadãos fazem sobre sua qualidade de vida cotidiana. *A crise financeira do Estado* revela também uma outra incapacidade, verdadeira ou falsa: o Estado-nação parece incapaz de continuar a financiar – num nível em que as sociedades civis possam considerar justo, equitativo e aceitável – os serviços que deve à sua população.

- identificação de um “crime” e construção do “mêdo/pânico” (cidadãos, mídia de massa)
- ligação entre o crime identificado e a realidade (representações, “peritos”, grupos sociais)
- construção conceitual (intelectuais e pesquisadores)
- responsabilização (atores políticos, institucionais a mídia de massa)
- manifestações no espaço público (movimentos sociais, grupos de pressão e partidos políticos)
- políticas criminais mais repressivas, visando a alvos precisos, principalmente jovens, drogados, “vagabundos”, pobres, minorias, imigrantes, assistidos sociais, etc. (programas eleitorais, partidos políticos, governo e agentes políticos do Estado)

Finalmente, como já indicamos, o crescimento real ou imaginário do sentimento de insegurança que parece acompanhar a globalização pode ser compreendido como decorrente de uma política do Estado cujo objetivo é o controle social, ou como um conjunto de percepções, sentimentos, emoções e representações, na maior parte dos casos contraditórias, mas próprias às sociedades civis.

Essas tentativas de reforma são, antes de tudo, uma questão pragmática e, caso necessário, técnica e profissional. Elas nunca serão reconhecidas pelos principais atores como uma questão política. Porém, os pilares da globalização da economia derivam do político: democracia, Estado de direito e direitos da pessoa. Nesses últimos

anos, assiste-se a uma nova tentativa de reforma, tendo em vista criar uma polícia “próxima do público” (a polícia comunitária, para os norte-americanos, a polícia de proximidade, para os europeus), visando a responder principalmente a duas questões problemáticas da polícia, a saber, sua eficácia e sua imagem, e não necessariamente uma atuação visando à promoção da democracia.

Uma refere-se à qualidade profissional da polícia; a outra, à legitimidade do seu trabalho. Lembremo-nos que a função repressiva ocupa, com frequência, menos de 30% das tarefas policiais! Nesse meio-tempo, seu trabalho de vigilância e de construção de bancos

de dados (arquivos de informação) cresce paralelamente ao mercado privado da segurança, da vigilância eletrônica e da informação sobre o risco. É esta dimensão crescente, somando-se ao trabalho da polícia estatal, que as novas tecnologias da informação e da vigilância vêm reforçando. Ela se refere à coleta de informações e à constituição de arquivos que permitam a vigilância e a gestão do risco (“perigo”) por agências de polícia públicas e privadas, com o objetivo de informar os clientes do mercado da segurança (ERICSON; HAGERTY, 1997). A função da polícia não se especializou; ela se expandiu.

O caso hoje célebre da cidade de Nova Iorque, com suas políticas repressivas, utilizando a polícia como principal instrumento, provocou “estatisticamente” uma queda substancial das taxas de criminalidade, mas também registrou um crescimento comparável de queixas dos cidadãos contra a cidade e sua polícia, por abuso de poder e, sobretudo, por violência. Alguns casos foram amplamente divulgados na imprensa, como o estupro de um cidadão negro haitiano por um grupo de policiais da cidade, seguido de uma falsa acusação, e o de um imigrante malinês, também negro, morto a tiros na saída do seu edifício. “Parece” que os policiais atiraram 41 vezes; o imigrante foi atingido por duas dezenas de tiros. Havia sido falsamente acusado de estupro. Tudo isso parece indicar, como em centenas de outros casos, que os negros, considerados como um grupo de risco, são um dos alvos preferidos da repressão e da violência policial de Nova Iorque! O direito à violência se caracteriza, portanto, por um movimento em espiral que não parece ter mais fim.

Antropolítica

E, no entanto, *o “direito” e a violência nas mãos dos policiais são “legais”, enquanto que nas mãos dos cidadãos eles tornam-se ilegais...* Esta questão da legitimidade/legalidade se refere, entre outros, ao debate sobre *o monopólio da violência legítima*, que, desde Max Weber, desenrola-se nas ciências sociais, em particular no campo da sociologia do Estado e da sociologia da polícia. Aliás, tratando-se da sociologia da polícia, tanto os pesquisadores quanto os cidadãos mostram-se incapazes de atacar frontalmente este monopólio, sobretudo quando trata-se de pôr em questão os poderes discricionários da polícia, em particular as inúmeras, porém vagas, referências à *quantidade de força que os policiais estão autorizados a usar durante o exercício de suas funções*.

O enfraquecimento do Estado-nação no nível econômico como consequência da globalização parece ter tido, como primeiro efeito, o fortalecimento da sua função repressiva e coercitiva, isto é, o uso excessivo do direito e da justiça penal em geral e o monopólio da violência “legítima” em particular. Numa economia “flexível”, isto é, que outorga às empresas um direito excessivo de demissão de trabalhadores, e repressiva – produção de riqueza e de pobreza sem igual na história moderna – *o que o Estado “globalizado” (ou inserido no contexto da globalização) retira com uma mão – a justiça e a proteção sociais – ele dá com a outra – a violência da polícia e da prisão, em particular, e a exclusão social, em geral*. Tudo isso em nome do mercado livre, dos direitos formais da pessoa e do Estado de direito, como fundamentos de uma democracia e de uma felicidade globais.

Niterói, n. 8, p. 7–22, 1. sem. 2000



## NOTAS

- 1 Trata-se de construir um esboço sobre esta questão com base numa série de elementos, noções e princípios preliminares, que nos permitirão, mais tarde, aprofundar nossa análise.
- 2 “*Hard facts*”: fatos concretos.
- 3 “*Warlordism*”, em inglês no original. O termo é uma forma geralmente pejorativa de se designar comandantes ou generais que comandam grupos de pessoas lutando contra outros grupos dentro de um país. A tradução aproximada seria algo como “mandonismo”. [N. da T.]
- 4 Observar o jogo de palavras – o autor refere-se ironicamente à divisão mundial do trabalho como “contradição mundial do trabalho”. [N. da T.]
- 5 Em inglês, no original. *Deal makers*, fazedores de negócios. [N. da T.]
- 6 “Hélas” é uma interjeição intraduzível, que exprime queixa, dor ou lamentação. [N. da T.]
- 7 Em inglês, no original: *undercover*, secreto. [N. da T.]
- 8 Em inglês, no original. *Covering up*, encobrimento. [N. da T.]

## REFERÊNCIAS

- ACTES DE LA RECHERCHE EN SCIENCES SOCIALES. De l'État social à l'État pénal. Paris: 124 (septembre)
- ACTES DE LA RECHERCHE EN SCIENCES SOCIALES. Délits d'immigration. Paris: 129 (septembre)
- ARENDDT, Hanna. *Du mensonge à la violence*. Paris: Calman-Levy, 1972.
- ARNAUD, André-Jean. *Entre modernité et mondialisation: Cinq leçons d'histoire de la philosophie du droit et de l'État*. Paris: L.D.G.J, 1998.
- BAECHLER, Jean. *Violences et sociétés*. Sillery: Centre Québécois de Relations Internationales, 1973.
- BAUMAN, Zygmunt. *Le coût humain de la mondialisation*. Paris: Hachette, 1999.
- BAYLEY, David H. *Police for the future*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1994.
- BECK, Ulrich. *The risk society*, London: Sage Publications, 1992/1998.
- \_\_\_\_\_. *What is globalization?* London: Polity Press, 1999.
- BÉNÉTON, Philippe. *De l'égalité par défaut*. essai sur l'enfermement moderne. Paris: Criterion, 1997.
- BITTNER, Egon (1974) “Florence Nightingale in pursuit of willie sutton: a theory of policing”. In: JACOB, Herbert (Ed.). *The potential for reform of criminal justice*. Beverly Hills: Sage Publications, 1974.

\_\_\_\_\_. *The functions of the police in modern society*. Maryland: Center for Studies of Crimes and Delinquencies, 1970 (Monograph Series).

\_\_\_\_\_. The police on skid-row: a study of peace keeping. *American Sociological Review*, v. 32, no. 5, p. 699-715, Oct. 1967.

CAILLOIS, Roger. *L'Homme et le sacré*. Paris: Gallimard, 1950.

CASTEL, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Fayard, 1995.

CASTELLS, Manuel. End of millenium. In: \_\_\_\_\_. *The information age: economy, society and culture*. Malden: Blackwell Publications, 1996-1998. v. 3.

\_\_\_\_\_. The power of identity. In: \_\_\_\_\_. *The information age: economy, society and culture*. Malden: Blackwell Publications, 1997.

\_\_\_\_\_. The rise of the network society. In: \_\_\_\_\_. *The information age: economy, society and culture*. Malden: Blackwell Publications, 1996.

\_\_\_\_\_. The power of identity. Malden: Blackwell Publications, 1996-1998, v. 2.

CHENAIS, Jean-Claude. *Histoire de la violence*. Paris: Robert Laffont, 1981.

CHOSSUDOUSKY, Michel. *The globalization of poverty*. Penang (Malaysia): Third World Network, 1997.

CLASTRES, Pierre. *Recherches d'anthropologie politique*. Paris: Seuil, 1980.

DELMAS-Marty. *Trois défis pour un droit mondial*. Paris: Seuil, 1998.

DURKHEIM, Emile. *Le suicide*. Paris: Alcan: PUF, 1897.

ENGELS, Friedrich (1972) *Théorie de la violence*. Paris, U.G.E.

ERICSON, R. ; HAGERTY, K. *Policing the risk society*. Toronto: University of Toronto Press, 1997.

FAYE, Jean-Pierre. *Dictionnaire politique portatif en cinq mots*. Paris: Gallimard, 1982.

FORRESTER, Viviane. *La violence du calme*. Paris: Seuil, 1980.

FREUD, Sigmund. *Essais en Psychanalyse*. Paris: Payot, 1963.

\_\_\_\_\_. *Malaise dans la civilisation*. Paris: PUF, 19687b.

\_\_\_\_\_. *Métapsychologie*. Paris: Gallimard, 1968a.

HELD, David ; MCGREW, Anthony; GOLDBLATT, David ; PERRATON, Jonathan. *Global transformations: politics, economics and culture*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

HELD, David. *Democracy and the global order*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

JANKELEVITCH, Vladimir. *Le pur et l'impur*. Paris: Flammarion, 1960.

KEANE, John. *Reflections on violence*. London, New York: Verso, 1996.

KLOCKARS, Carl B. *The idea of police*. Beverly Hills: Sage Publications, 1985.

- LE ROY, E. ; TROTHA, Tr. Von (Dir.). *La violence et l'État*. Paris: L'Harmattan, 1993.
- MAFFESOLI, Michel ; BRUSTON, Andre (Dir.). *Violence et transgression*. Paris: Anthropos, 1979.
- MAZRUI, Ali. *Violence and thought*. London: Longmans Green, 1969.
- McCORMICK, K. R. E. ; VISANO, L. A. *Understanding Policing*. Toronto: Canadian Scholars' Press, 1992.
- MICHAUD, Yves. *Violence et politique*. Paris: Gallimard, 1978.
- MILGRAM, R. *Obéissance à l'autorité*. Paris: Calmann-Levy, 1974.
- MONJARDET, Dominique. *Ce que fait la police: sociologie de la force publique*. Paris: La Découverte, 1996.
- \_\_\_\_\_. Police et sociologie: questions croisées, *Déviance et Société*, [S.l.], v.9, n. 4, p. 297-311, 1985.
- MULLER, Jean-Marie. *Le principe de non-violence*. Paris: Desclée de Browner, 1995.
- RAMONET, Ignacio. *Géopolitique du chaos*. Paris: Galilée, 1997.
- REINER, Robert. Policing and the police. In: MAGUIRE, M.; REINER, R. (Ed.). *The Oxford Handbook of Criminology*. Oxford: Oxford University Press, 1994, p. 705-772.
- REINER, Robert. Policing a postmodern society. *The Modern Law Review*, [s.l.], v. 55, no. 6, p. 761-781, Nov. 1992.
- SINGER, Max; WILDAVSKI, Aaron. *The real world order: zones of peace/zones of Turmoil*. New Jersey: Chatham, 1993.
- SOREL, George. *Réflexions sur la violence*. Paris: Marcel Rivière, 1972.
- SPENCER, Herbert. *Le droit d'ignorer l'État*, Paris: Les Belles Lettres, 1950/1923/1993.
- VON HUMBOLDT, Wilhelm. *Os limites da ação do Estado*. Porto: Rés, 1792-1990.
- WACQUANT, Loïc. *Les prisons de la misère*. Paris: Raisons d'agi, 1999.
- WEBER, Max. *Le savant et le politique*. Édition révisée et traduite par J. Freund; voir en particulier les p.123-127. Paris: [s.n.], 1996.





## GABRIEL TARDE: LE MONDE COMME FEERIE \*

ISAAC JOSEPH\*\*

*On tente de montrer, dans ce texte, l'originalité de l'oeuvre de Gabriel Tarde, sociologue français méconnu du fait de l'influence durkheimienne dans la discipline. La pensée de Tarde s'organise autour de trois concepts qui sont au centre de trois ouvrages majeurs: l'imitation, l'opposition et l'adaptation. La logique sociale que ces trois concepts mettent en lumière est une logique de la communication. Elle considère non pas les faits sociaux comme des choses (comme le proposait Durkheim) mais toute chose comme une société, c'est-à-dire comme une construction sociale faite de croyances et de désirs. Loin des métaphores mécanistes ou organicistes du social à l'oeuvre dans la sociologie dominante de son temps, Tarde est moderne parce qu'il comprend le social à partir de la conversation et des phénomènes publics, comme une féerie de la différenciation et de la diversité.*

*MOTS CLÉF: public, association, croyance.*

Il y a deux grandes erreurs sociologiques, dit Tarde : deux grands leurres. Le leurre panoramique qui nous fait croire que l'ordre des faits n'est perceptible que si l'on sort de leur détail essentiellement irrégulier pour "s'élever très haut jusqu'à embrasser d'une vue panoramique de grands ensembles"; et le leurre *historique* qui consiste à enfermer les faits sociaux dans des formules de développement. Ce sont des leurres parce qu'il y a, dit Tarde, plus de logique dans une phrase que dans un discours, dans un "rite spécial que dans tout un credo". Mais pour bien comprendre

l'erreur des sociologies "panoramiques" et des sociologies du développement il faut accepter que la logique sociale n'est pas une logique de la totalisation. Le rite spécial dont parle Tarde n'est pas un phénomène social total parce que la logique qui l'anime est une logique de l'adaptation c'est-à-dire, dans son langage, une logique de l'invention et de la coproduction du sens. La logique d'un fait social, c'est la modalité selon laquelle il est producteur de *liens*. Voilà pourquoi les faits sociaux n'ont rien de naturel. Au contraire ils sont parfaitement énigmatiques, ce sont des adaptations toujours inventives. Un rapport social n'est jamais le rapport d'une

\* Une première version de ce texte est parue dans le numéro spécial de la revue *Critique*, n° 445-446, Juin-Juillet 1984, intitulé: «Aux sources de la sociologie». On y reconnaîtra sans peine l'influence de Gilles Deleuze et de sa découverte, dans l'oeuvre de Tarde, d'un programme de recherche pour la microsociologie. Outre quelques corrections, la dernière partie du texte a été légèrement remaniée.

copie à son modèle, c'est la réponse à une question et au fond de toute association entre les hommes il y a une association d'idées.

Si on ne voit dans Tarde que le contemporain de Le Bon, on risque donc de passer à côté de ce qui fait son actualité: Tarde ne s'intéresse pas à la psychologie des foules mais au social en tant qu'il est affranchi de la proximité, en tant qu'il relève d'une physique ondulatoire. La formation des opinions n'a rien à voir avec les stratégies de la suggestion. Un public est un fait social tout à fait étranger aux métaphores de la foule. Tout le monde est assis, "chacun chez soi, lisant le même journal et dispersé sur un vaste territoire".

Quel est donc le lien social entre ces hommes qui se sont détachés des foules ? Quelle est la nature du lien social qui fait les publics ? Voilà la question de Tarde. Anticipons la réponse : "Ce lien, c'est avec la *simultanéité de leur conviction* ou de leur passion, la conscience possédée par chacun d'eux que cette idée ou cette volonté est partagée au *même moment* par un grand nombre d'hommes." (TARDE, 1989, p. 32) Le lien social n'est donc pas organique ou panoramique, il est cérébral et micro-physique. Ce n'est pas la reproduction d'une histoire, c'est la réflexion d'une actualité.

Si Tarde a eu plus de succès dans la sociologie américaine qu'en France, c'est sans doute parce qu'il pressentait cette pensée du social qui s'est épanouie autour de R. Park (1972) et de l'école de Chicago;<sup>1</sup> pensée qui fait du journal le

phénomène de socialité par excellence, et de l'espace-journal, l'espace social de notre modernité.

Pour commencer "mettons nous en présence d'un grand objet, le ciel étoilé, la mer, une forêt, une foule, une ville" (TARDE, 1898). Et, ne confondons pas: le ciel étoilé de Tarde n'est pas celui de Kant. Ce qui est premier, "ce dont les faits sont faits", ce n'est pas le spectacle du firmament ni un "faisceau de formules explicatives". C'est une "féerie d'idées". Et une féerie n'est pas une scène, c'est l'enchantement devant deux séries de phénomènes: les grandes révolutions comme les promenades circulaires du soleil et de la lune et quelques exceptions: étoiles errantes, planètes capricieuses, dont les déplacements sont variés et inégaux. Le seul *a priori* est donc celui de l'indétermination du réel et les êtres qui nous entourent sont des *émergences*. De sorte que le réel n'est pas la synthèse du divers et qu'il n'est marqué du signe d'aucune nécessité.

La différence est le seul côté substantiel des choses et c'est le deuxième principe de la métaphysique de Tarde qui veut qu'exister, ce soit différer ou, et c'est la même chose, qui affirme le caractère infinitésimal du réel. A titre de conséquence pour une philosophie des sciences sociales, cela signifie que la bonne question n'est pas : "l'individu est-il libre ou non ?", mais "l'individu est-il réel ou non?" (TARDE, 1890, p. 17). A supposer donc que l'on veuille, pour des raisons diverses, aller à contre-courant de ceux qui entendent "désenchanter le monde", on





ne pourra pas dire que le monde est un spectacle ordonné dans l'infiniment petit. Mauvaise piste de l'atomisme. Ou alors il faudrait penser une merveille, le clinamen; importer le féérique. Pourtant l'atomisme est tout de même le point de départ commode d'une physique du réel (psychologique ou sociale, peu importe: il s'agit d'une physique ontologique). Il faut d'abord se convaincre de la richesse du réel, de l'infinité de ses formes, de la démultiplication des ressources; Tarde fait partie de ces philosophes qui conçoivent le réel comme devenir toujours en excès.<sup>2</sup> Voilà pourquoi il faut considérer la forêt comme le paradigme du réel. La forêt, c'est d'abord l'opposé de l'arbre et c'est aussi le règne de l'infiniment petit. La richesse du réel doit d'abord être conçue à partir des phénomènes de contiguïté, de rencontres aléatoires et innombrables. C'est-à-dire à partir de rapports. Voilà aussipourquoi la théorie de la croyance et du désir qui entend fonder une microsociologie originale ne correspond qu'à une psychologie pauvre. Ce qui intéresse Tarde, le niveau d'analyse auquel il s'arrête est toujours un rapport; la répétition, l'opposition et l'adaptation ou leurs formes sociologiques – l'imitation, l'hésitation et l'invention – sont des principes d'organisation du réel qui conjuguent d'une part, une priorité du discontinu sur le continu – c'est la diversité et non l'uniformité qui est au coeur des choses – et, d'autre part, une intégration de l'infini dans le fini.

*Le principe de discontinuité* opposera Tarde à l'évolutionnisme darwinien qui refuse de concevoir la différenciation au sein des organismes. (Les variations spécifiques, chez Darwin, sont pour Tarde “des divergences sans but, des rebellions sans programme, des fantaisies désordonnées”). Il permet également de dégager la méthode explicative des mythes qui l'encombrent: mythes des “tendances générales” ou de la “force des choses” en politique, mythe du progrès perpétuel. *Le principe d'intégration* de l'infini dans le fini est l'opérateur d'une rupture avec toutes les théories qui tendent à donner une image divisible de la réalité – individu, cellule, atome. Il interdit par conséquent de cantonner l'analyse des phénomènes microsociologiques à un “domaine” de la sociologie. Les concepts de la microsociologie ont un “territoire”, dirait Kant; ce sont des concepts régulateurs, mais ils ne sont constitutifs d'aucun domaine particulier. Il n'y a pas de domaine propre à la microsociologie. *Tout* dans le réel va du petit au grand, alors que “dans le monde des idées, miroir restreint du premier, tout va du grand au petit et, par les progrès de l'analyse, n'atteint qu'en dernier lieu les faits élémentaires véritablement explicatifs” (TARDE, 1898, p. 88-89) La microphysique du réel se définit comme théorie des phénomènes en tant qu'ils sont infinitésimaux.

## 1 IMITATION: “TOUTE CHOSE EST UNE SOCIÉTÉ”

Ce qui compte dans cette physique, encore une fois, ce n'est pas l'individu mais

l'élément différentiel qui peut se produire *entre* deux individus (interpsychologie) ou

*dans* l'individu (la petite idée comme invention infinitésimale; l'hésitation comme opposition infinitésimale). Dans les deux cas, la question n'est pas seulement de savoir comment naissent ces phénomènes, mais de savoir comment ils se propagent, interfèrent, se conjuguent. La physique du réel est une physique ondulatoire et l'ondulation est l'équivalent dans le monde physique de la *génération* dans le monde vivant et de l'imitation dans le monde humain.

Donc, contrairement à Durkheim, on ne se donnera pas une société toute faite. Il faut décomposer les grands objets suivant les trois catégories de la répétition, de l'opposition, de l'adaptation. Il faut retrouver "les actes individuels dont les faits sont faits" (TARDE, 1979, p. 1). Et à titre de principe corollaire, on ne confondra pas amplification et homogénéisation. L'amplification est le passage d'un ordre de différences à un autre.

Multiplicité et hétérogénéité des formes donc, mais aussi continuité et simplicité des processus ondulatoires. De ce point de vue, l'épistémologie sur laquelle se fonde Tarde est encore classique; les lois de l'univers renvoient à un principe unique. Tout phénomène est d'abord propagation et association. Et l'association elle-même procède d'une propagation.

Au commencement était la propagation. "Toute chose est une société et tout phénomène est un fait social" (TARDE, 1998b). Tarde fonde en effet sa cosmogonie sur un associationnisme généralisé, c'est-à-dire sur "un point de

vue sociologique universel". Tout se ramène dans le monde physique à l'ondulation, tout se ramène dans le monde social à l'imitation. On peut donc renverser la proposition selon laquelle les faits sociaux subissent les lois d'un système mécanique ou organique et affirmer que les faits mécaniques sont sociaux. Sociomorphisme: tout phénomène de la nature est un fait d'association, la socialité est la réalité universelle et la socialité absolue se définit par la transmission instantanée (et non par la transparence totale). "Pour bien entendre la socialité relative, la seule qui nous soit présentée à des degrés divers par les faits sociaux, il faut imaginer par hypothèse la socialité absolue, parfaite. Elle consisterait en une vie urbaine si intense que la transmission à tous les cerveaux de la cité d'une bonne idée apparue quelque part au sein de l'un d'eux y serait instantanée" (TARDE, 1979, p. 75). On peut penser bien sûr aux foules et aux phénomènes de contagion, mais il faudra aussi analyser ces formes sociales moins pauvres, les publics qui intègrent l'harmonie des différences et qui ne fonctionnent pas à l'unisson. Les formes sociales sur lesquelles il faut réfléchir ne sont pas celles qui sont liées à la fusion des substances, mais celles qui naissent de la réduction du temps à l'instant : associations unilatérales à ondulation rapide et associations contractuelles à ondulation convergente.

Considérer donc les faits comme des sociétés et la socialité comme association. Ce privilège de l'association se retrouve dans la hiérarchie des catégories où l'opposition est subordonnée à la



répétition. C'est en effet parce que les forces physiques se propagent par répétition ondulatoire qu'elles interfèrent. Et "leurs interférences-chocs ne semblent servir qu'à leurs interférences-alliances, leurs combinaisons" (TARDE, 1898, p. 105): Les guerres, les concurrences, les polémiques se nourrissent des entrecroisements de rayonnements imitatifs. A son tour donc, la répétition est subordonnée à l'invention qui n'est jamais qu'une adaptation à un milieu lui-même constitué d'autres ondes ou rayonnements imitatifs. Toute invention est une "co-adaptation", une interférence-combinaison et les adaptations sont des rapports de coproduction créatrice. Ce sont donc toujours de petites variations (inventions) qui se propagent, de petites différences inventives.

Si l'on tient compte des interactions en tant qu'elles produisent des unanimités ou des conspirations, on s'apercevra que le *drame* est le miroir esthétique de la logique sociale en oeuvre. L'intérêt que nous prenons dans le drame à la lutte des désirs ou des idées opposées consiste à "voir mettre en relief, moins par des combats acharnés que par des situations singulières, l'individualité réaliste de caractères profondément originaux" (TARDE, 1897, p. 420). Le drame accentue des variations et des différences. Il ne s'agit donc pas de dogmatiser la concurrence ou la guerre en les proclamant raison supérieure, comme le fait la dialectique hégélienne. Il faut, au contraire, se défaire des mythologies du combat et de la concurrence. "Une affirmation suscite habituellement sa répétition, elle ne suscite que très rarement

sa négation, mais, un peu moins rarement, elle la *rencontre*, chose bien différente" (TARDE, 1897, p. 398). L'attrait du drame, comme le propre d'un événement historique, tient seulement à "l'irrégularité expressive" qui fait la singularité et le pittoresque d'une situation. L'opposition, dans le drame, n'est là que pour accentuer esthétiquement une réalité associative. L'opposition, dans l'histoire, n'est là que pour stimuler une adaptation, c'est-à-dire une invention militaire, industrielle ou scientifique. Enfin, l'adaptation ne se fonde pas sur le seul intérêt. Adaptation de luxe, pour "la beauté du monde". Qu'il s'agisse de vie quotidienne ou d'histoire, ne pas réduire donc le socius à un rapport de forces et l'association à la soumission. Au contraire, tout porte à croire, dit Tarde, qu'il y a eu "des dépenses inouïes d'amour et d'amour malheureux à l'origine de toutes les grandes civilisations". En effet, ce ne sont pas des modèles de comportements qui se propagent dans le rayonnement imitatif, ce sont des convictions. Ce sont les impulsions les plus intérieures et les plus spirituelles qui suscitent le plus d'imitation. Le croyant communique sa foi avant de communiquer son dogme ou encore l'imitation des idées précède celle de leur expression. Bref, l'imitation va du dedans au dehors.

Dans la mesure où ce ne sont pas des formes comportementales qui se propagent le mieux sur les rayons imitatifs, on comprend que la proximité spatiale ait peu d'importance – elle ne caractérise que les foules – par rapport à la simultanéité des convictions. De ce côté-ci, on peut songer en effet à une expansion indéfinie des

processus imitatifs, à condition d'accepter une alternance entre les moments d'imitation et les moments d'invention. Ainsi, les interférences ne doivent pas être considérées comme des obstacles au rayonnement. Au contraire, l'imitativité complète "implique la faculté de résister à un exemple isolé, à une influence particulière" (TARDE, 1890b). C'est ce qui fait la différence entre les effets de conviction et les états hypnotiques et c'est ce qui explique que l'imitation, loin d'étouffer l'individu, tend à l'exalter: l'individu est un être *d'emprunt* et de combinaison alors que l'homme des foules est pris dans rapport d'identification. C'est d'ailleurs parce que les effets de conviction interfèrent que l'amplification d'un processus ne conduit pas à son homogénéisation.

On se retrouve, alors, à l'opposé d'une théorie de la manipulation. La caractéristique du fait social n'est pas d'être imposée du dehors par la contrainte. Ni même par l'obligation ou l'identification: "ce serait ne reconnaître en fait de liens sociaux que les rapports du maître au sujet, du professeur à l'élève, des parents aux enfants, sans avoir nul égard aux libres relations des égaux entre eux" (TARDE, 1893, p. xi). Dans un essai de sociologie-fiction, *Fragment d'histoire future* (TARDE, 1980b), Tarde imagine un historien s'interrogeant sur le sens de ces fossiles de la vie sociale que sont le paysan et l'ouvrier. "Le rapport de l'ouvrier à son patron, de la classe ouvrière aux autres classes de la population, et de ces classes entre elles, était-ce un rapport vraiment social? Pas le moins du monde. Des sophistes qu'on

appelait économistes et qui étaient à nos sociologues actuels ce que les alchimistes ont été jadis aux chimistes ou les astrologues aux astronomes, avaient accredité, il est vrai, cette erreur que la société consiste essentiellement dans un échange de services; à ce point de vue, tout à fait démodé du reste, le lien social ne serait jamais plus étroit qu'entre l'âne et l'ânier, le boeuf et le bouvier, le mouton et la bergère. La société, nous le savons maintenant, consiste dans un échange de reflets" (TARDE, 1980b, p. 77-78).

Toute mémoire sociale s'inscrit dans un espace d'échange de reflets. La sociologie, celle de l'anticipation féérique ou de la fiction théorique, sera l'étude des effets de communication. Elle devra étudier "l'action de contact ou à distance – et à des distances croissantes ou décroissantes suivant les temps" (TARDE, 1895b, p. 134), science de la circulation des opinions dans les publics ou les foules, et, fondamentalement, sciences des conversations comparées. Après la catastrophe glaciaire du XXVe siècle, c'est-à-dire après "l'apoplexie solaire", l'échange de reflets sera réduit à la portion congrue; il ne sera plus qu'échange de singeries, mais pour le moment et tant que certains s'évertuent encore à distribuer la rareté comme principe d'analyse, il faut défendre l'idée que la société est plutôt "une mutuelle détermination d'engagements et de consentements, de droits et de devoirs" (TARDE, 1979, p. 66).

Il n'y a aucun principe structurant immanent à l'univers de la répétition, il n'y a que cette "idole métaphysique" (TAR-



DE, 1979, p. 66) que l'on appelle génie d'un peuple ou d'une race, génie d'une langue ou d'une religion. "Le génie sémitique, par exemple, était réputé absolument réfractaire au polythéisme, au système analytique des langues modernes, au gouvernement parlementaire" (TARDE, 1898, p. 43-45). A partir de là, dit Tarde, on n'est pas loin de soutenir la thèse d'une distinction entre les races inventives et les races serviles, mais de plus, on conteste la possibilité d'un prosélytisme conquérant, on nie le processus par lequel un "génie populaire franchit ses limites et se montre capable notamment d'européaniser la Chine et le Japon". On refuse ainsi de voir que le génie d'un peuple n'est que la synthèse anonyme de ses originalités personnelles, "qu'il est *fonction* et non *facteur* des génies individuels, infiniment nombreux; il en est la photographie composite, il ne doit en être le masque". On ne peut donc pas solidifier ou substantifier les interactions élémentaires, les faits de communication que le sociologue se donne pour objets. On ne peut pas rendre compactes les fonctions de répétition ou d'imitation en les rabattant sur un territoire. Le privilège explicatif de la conscience collective, comme le privilège du local, du morphologique, sont tributaires d'une métaphysique de l'identité et de la substance. Ils ne peuvent donc convenir à une logique de la communication fondée sur la différence et l'interaction. Autrement dit, les faits sociaux ne sont pas des choses mais des *emprunts*.

Deuxième principe structurant extralogique, l'échange inégal des

exemples ou, de manière plus imagée, le principe du château d'eau. Ce principe veut qu'au moment où il hésite entre deux séries d'exemples – deux manières de parler, deux idées, deux croyances, deux façons d'agir – un individu peut surmonter son embarras (c'est-à-dire passer d'une opposition sociale infinitésimale à une invention-adaptation infinitésimale aussi), en s'appuyant sur une "*présomption de supériorité*". Supériorité du patricien sur le plébéien, du citadin sur le rural, du parisien sur le provincial, selon "une cascade de l'imitation" qui va de haut en bas de l'échelle sociale (TARDE, 1898, p. 53).

Simplement il y a, à toute époque, une supériorité reconnue, parfois à tort, et un échange inégal des exemples qui a pour effet "d'acheminer le monde social vers un état de nivellement comparable à cette uniformité universelle de température que la loi du rayonnement calorifique des corps tend à établir". Toute hiérarchie sociale obéit à un principe thermodynamique de circulation des flux du chaud vers le froid et elle a pour métaphore le château d'eau parce qu'elle assure une fonction d'expansion du système et qu'elle lutte contre les forces de nivellement. Telle est la fonction des noblesses d'ancien régime et des capitales d'aujourd'hui. "Ainsi le moraliste d'aujourd'hui, pour prédire quelle sera la moralité de demain, doit avoir l'oeil sur les exemples donnés par les grandes villes, comme le moraliste d'hier se préoccupait avec raison de ce qui se passait au sein des cours, des salons ou des châteaux" (TARDE, 1890a, p. 324-328).

## 2 OPPOSITION: LA BIFURCATION ANTHROPOLOGIQUE

Le principe de l'échange inégal des exemples est incapable de faire qu'une société prenne corps. A peine parvient-il à assurer, de l'extérieur, l'expansion des rayonnements imitatifs. A vrai dire, il n'y a peut-être pas de principe immanent d'organisation du social chez Tarde. C'est que la société n'est ni un organisme, ni même une organisation.

Il faut d'abord cesser de comparer les sociétés à des organismes pour commencer à les comparer entre elles (TARDE, 1898, p. 51). On s'apercevra alors que ce sont des cerveaux. Plus une société se civilise, plus elle s'apparente à un cerveau, c'est-à-dire à un organe capable de mémoire (imitation) et d'opinion (interférence et adaptation). D'autre part, à mesure qu'une société se civilise, elle se désorganise. Ce sont les sociétés animales qui, en effet, méritent le mieux d'être appelées des organismes sociaux. Dans une société d'abeilles ou de fourmis, l'individu est un simple organe ou cellule qui s'immole au tout. Les cités antiques où règne l'esclavage leur sont comparables. Par contre, dans les nations modernes, ce n'est qu'en temps de guerre que les sociétés ont un caractère organique marqué (TARDE, 1893, p. 127-133).

Mauvaise triade donc : celle de la solidarité organique, de l'opposition antagonique et de l'affirmation identitaire. Triade de la dialectique hégélienne ou des philosophies s'inspirant du darwinisme social, et en règle générale, de toutes "les

interprétations ultra-militaires de la vie universelle" (TARDE, 1897, p. 423).

Reste que jusqu'ici les faits sociaux (et les sociétés) ne sont que des associations ou, ce qui revient au même, des mémoires. A son tour, la mémoire sociale demande à être structurée suivant deux axes : la croyance et le désir seront l'équivalent des formes *a priori* de la sensibilité chez Kant, l'espace comme domaine de la crédibilité, le temps comme champ du désir et de la volonté, comme "optatif catégorique". Enfin, on découvrira ainsi que le vrai rythme de l'univers, comme celui de la "ritournelle initiale" qui monte et redescend une gamme de notes, n'est que "la tendance alternative du néant à l'infini (expansion) ou de l'infini au néant (concentration), plutôt que le passage... du oui au non ou du non au oui" (TARDE, 1897, p. 172, 188, 293).

La véritable opposition sociale est un *duel logique*. Elle se laisse appréhender dans l'expérience de l'indécision pratique et dans celle du jugement hésitant. Qu'est-ce qui se passe dans l'esprit d'un soldat hésitant entre l'obéissance et l'insoumission? Ou chez tous ceux qui hésitent entre adapter ou répéter une nouvelle locution, un nouveau rite, une nouvelle école d'art? Ces hésitations qui donnent toute leur intensité au remords et au regret ou qui, plus généralement, marquent la résistance aux emprises d'un rayonnement imitatif et à l'orientation de son expansion ultérieure, sont les vraies



oppositions sociales élémentaires. Les vraies oppositions ne sont pas des contradictions mais des rencontres. “Cette hésitation, cette petite bataille interne, qui se reproduit à des millions d’exemplaires à chaque moment de la vie d’un peuple, est l’opposition infinitésimale et infiniment féconde de l’histoire; elle introduit en sociologie une révolution tranquille et profonde” (TARDE, 1898, p. 68).

Si l’on ne prend en compte que les représentations qui s’affrontent dans ces moments d’hésitation, on risque de revenir au couple de l’affirmation et de la négation et négliger ainsi les “degrés de conviction”. Or, ce qui se propage encore une fois, ce ne sont ni des sensations ni des représentations qui n’ont pas d’intensité par elles-mêmes, contrairement à ce que prétend la psychophysique ; ce sont des forces, quantifiables en principe. Autrement dit, les représentations ne tirent leur intensité que de leur crédibilité et de leur désirabilité et il peut se faire par exemple que les convictions qui se propagent soient à la fois fortes et aveugles. Servant de support à des représentations qualitativement hétérogènes, il y a donc des croyances et des désirs dont seule la quantité varie. Dans l’instant pratique, dans l’instant de la décision, ces quantités sont jusqu’à un certain point mesurables et la conclusion victorieuse dans “ces combats singuliers dont nous sommes à la fois les champs de bataille et souvent les victimes est celle qui s’appuie sur les désirs et les croyances les plus énergétiques” (TARDE, 1890a, p. 27-28).

Il faut donc admettre la dualité de la croyance et du désir, leur indépendance réciproque, leur nature “magnétique” et le fait que cette “*bifurcation*” interne est à la fois la source de toute innovation et une forme de résistance proprement anthropologique. C’est elle, “et nullement quelque fiction politique telle que la prétendue séparation des pouvoirs, ou les soi-disant garanties constitutionnelles, qui explique pourquoi il y a des limites à l’oppression des esclaves par les maîtres, des peuples par les gouvernements, des minorités par les majorités, dans le cas même où le pouvoir des oppresseurs est sans borne et où leur désir, conforme à leur intérêt, est de l’exercer en entier” (TARDE, 1890a, p. 28). Par conséquent, les équilibres les plus stables dans les jeux de domination sont ceux qui sont fondés sur la prédominance des forces les plus subjectives. Autrement dit, ce ne sont pas les servitudes qui sont volontaires mais les assujettissements, les allégeances. Par exemple, l’une des formes les plus subtiles et “civilisées” de la vie sociale, la conversation, doit beaucoup historiquement aux visites rituelles que l’on rendait à son suzerain ou à son supérieur pour porter des présents. Il fallait alors échanger des remerciements protecteurs et des compliments. Derrière la conversation, institution obligatoire, il y a donc la prière, forme très subjective puisqu’elle n’est qu’une succession de monologues. Faiblesse de l’ondulation, désert de la conversation rituelle. Aucune bifurcation ici entre croyance et désir puisqu’il n’y a même pas interférence. Au contraire, les conversations attentives, les conversations duels, celles dont la vitesse

est un signe de civilisation, se nourrissent d'ondulations fortes, ou suffisamment variables et irrégulières dans l'expression pour s'apparenter au *chant*. La conversation devient alors l'art des bifurcations et des harmonies et, pour faire l'histoire de cet art, il faut tenir compte aussi bien de la diplomatie italienne, de la cour française, de la sophistique athénienne, des débats romains. A chaque fois, on suppose des égaux, ou des pairs (*pares aut facit aut invenit*), comme l'amitié. Mais il ne s'agit pas du tout de s'interroger sur la vérité de cette supposition ou de cette comparaison puisqu'il ne s'agit que de caractériser des flux. Par contre, on peut déduire de cette *présomption d'égalité* que les bonnes propagations ou les bonnes assimilations supposent ce moment où la bifurcation de la croyance et du désir est vécue comme hésitation, intimidation. Ce sont des moments de désobjectivation, de suspens subjectif qui rappellent que tout fait réel de communication sociale comporte une part d'opacité intrinsèque (TARDE, 1989, p. 86-111).

La sociologie, qu'elle se donne pour objet des phénomènes interindividuels (interpsychologie) ou des phénomènes intra-individuels (intra-cérébraux), sera non pas l'analyse des systèmes de représentations sociales comme le voulait Durkheim, mais l'étude des courants de croyances (Logique sociale) dans les langues, les mythes, les religions, les sciences et la philosophie, et l'étude des courants de désirs (Téléologie sociale) dans les lois, les moeurs, les institutions et les industries.

Cette opposition est sociale et non psychologique, elle ne concerne pas deux perceptions ou deux jugements sensitifs contradictoires, mais deux *rayons d'exemples*. Les moments d'hésitation sont des noeuds, des points de suture du rayonnement imitatif. Ou bien ces noeuds cèdent sans lutte interne, ou bien ils se renforcent pour repousser le rayon d'exemple et ils sont alors les points de départ d'une nouvelle contagion, d'un nouveau dogmatisme devenu plus intolérant et plus intense à mesure qu'il se répand. Rivalité de langues, rivalité de religions. Rivalités de courants de croyance.

Qu'y a-t-il de pire pour une société, se demande Tarde : être divisée en partis et en sectes qui se combattent à coup de dogmes et de programmes, ou "être composée d'individus en paix les uns avec les autres, mais individuellement en lutte chacun avec soi, en proie au scepticisme, à l'irrésolution, au découragement ?" (TARDE, 1989, p. 85-86). La paix de surface ou les guerres de religion, "l'arène de la concurrence industrielle ou de la compétition politique" ou "le malaise profond des âmes anxieuses, indécises, découragées?" "Ce serait le dilemme offert aux derniers rêveurs – dont je suis – de paix perpétuelle." Dilemme qui se résout par le mouvement propre du rayonnement imitatif auquel les guerres, elles aussi, sont soumises. Même les crises vont s'élargissant et aboutissent à des "conflits grandioses mais sans férocité aucune, entre des colosses nationaux que leur grandeur même rend pacifiques".<sup>3</sup> Tarde emprunte à la thermodynamique le principe d'irréversibilité pour soutenir





une thèse de philosophie de l'Histoire selon laquelle les guerres et les crises sont orientées vers la paix. Comme pour le passage de l'unilatéral au réciproque (du décret au contrat; du dogme à la libre pensée; de la cour à l'urbanité) ou de l'expansion imitative à la mutualité, qui caractérisent l'évolution de la société, il y a, de manière aussi irréversible, un mouvement équivalent qui caractérise les organisations et les guerres et qui va du "petit au grand, du petit très nombreux au grand très rare". C'est même parce que tel est le sens historique de cette irréversibilité – la "mondialisation" des conflits – que Tarde tient à la microsociologie, qui elle va du grand au petit, dans "le monde des idées, miroir inversé du premier".

Il y a pourtant un point où cette mondialisation s'arrête, avec le "retour de l'esprit de nationalité" (étroitement lié au militarisme). Ce point est aussi celui où le flux de l'imitation a ses rivages, et où le besoin de sociabilité diminue (TARDE, 1979, p. 423-424). En ce point, s'équilibrent deux mouvements: celui où la communication est en défaut et celui où elle est en excès. Le penchant à imiter l'étranger, dit Tarde, "ne va pas croissant à mesure que les relations avec lui vont se multipliant [...] Quand on le connaît trop, pour pouvoir continuer à l'admirer ou à l'envier, on cesse de prendre modèle sur lui." Le point au-delà duquel la communication risque de faire elle-même interférence, de devenir bruit, est donc celui "où l'on est assez rapproché pour avoir toute l'illusion du décor et pas assez pour apercevoir les coulisses". La

mondanité donc, comme morale provisoire, du juste milieu, dans une évolution historique travaillée par les effets pervers de la mondialisation.

Au-delà de ce point, la béatitude esthétique, la cérébralisation radicale de la vie sociale, la capacité de dépasser une misanthropie générale et de ré-enchanter le monde en étant attentif à "ce principe essentiel si volatile, la singularité profonde et fugitive des personnes, leur manière d'être, de penser, de sentir, qui n'est qu'une fois et n'est qu'un instant" (TARDE, 1979, p. 424).

On retrouve ce même aboutissement, ce même lien *esthétique* de l'individualisation et de la socialisation dans la critique que fait Tarde des thèses durkheimiennes sur la division du travail. Premièrement, il ne faut pas opposer solidarité organique et solidarité mécanique; la division du travail n'est rien sans la communauté des croyances et des sentiments. "L'assimilation des individus par contagion imitative et leur différenciation par coopération laborieuse – leur assimilation comme consommateurs de livres et de journaux, de vêtements, d'aliments, de plaisirs même et de satisfactions quelconques, et leur différenciation comme producteurs –, vont progressant parallèlement et non pas l'une aux dépens de l'autre". Il arrive même que la solidarité organique précède la solidarité mécanique, dans le cas des échanges internationaux. Tout lien social se fortifie donc des similitudes et en produit toujours de nouvelles. Deuxièmement, il faut, à titre de postulat théorique, accorder aux différences la primauté sur les similitudes.

Elles en sont l'origine de fait et le fondement esthétique et scientifique. La curiosité scientifique et le monde de la vie s'attachent à "l'étincelante fantaisie" plus qu'aux routines héréditaires. Contre "les empiétements d'un socialisme mal compris", il faut donc répéter qu'exister, c'est différer et que la différenciation sociale a une histoire bien plus ancienne que celle que Durkheim lui prête. Par exemple, dans l'Antiquité, la grande division du travail était religieuse et surtout linguistique: elle séparait les parleurs et les auditeurs, le scribe et les lecteurs. En ce sens, la première corporation sociale a été le corps oratoire. Or, quel est le destin de ces premières versions de la division du travail? Elles s'atténuent progressivement par un passage de l'unilatéral au réciproque. Dans le cas de la langue et de son usage, on peut parler d'un "passage de la division à l'uniformisation du travail", selon un processus inverse de celui que décrit Durkheim puisque tout le monde finit par être tour à tour producteur et consommateur de la parole. Troisièmement enfin, cette victoire de la réciprocité va de pair avec une multiplication des modèles, "de sorte que plus ils s'imitent socialement, plus ils se différencient individuellement. Différenciation de *luxe* celle-là, bien différente de la différenciation *utile* qui produit et requiert la division du travail. Mais celle-ci n'aura été que l'instrument inconscient et nécessaire de celle-là, qui est sa raison d'être. Toute évolution est suspendue à l'attrait de ce cachet unique qui spécialise tout être vivant non pour le travail, mais pour le plaisir, non pour l'utilité, mais pour la beauté du monde. L'artiste a donc

raison, et le savant a tort [...] En consacrant de la sorte une portion de notre temps et de notre pensée toujours moindre aux occupations qui nous spécialisent professionnellement et une proportion toujours plus grande à celles qui nous humanisent, qui tout en nous assimilant, nous diversifient chacun dans notre sens individuel, nous mettons la division du travail à son véritable rang, nous affirmons sa subordination nécessaire à notre *socialisation* et à notre *individualisation* simultanément croissantes. Qu'on me pardonne ces deux barbarismes". (TARDE, 1998a, p. 191-192).

On voit le fossé qui sépare Tarde de ses contemporains darwiniens ou durkheimiens. Le monde qu'il décrit, non seulement ne laisse à l'opposition que la portion congrue - c'est l'adaptation qui donne son sens à la crise et le contrat qui succède logiquement à la domination - mais de plus, c'est un monde qui a une courbure particulière, proprement féérique, puisqu'elle va de la *diversité empirique* à la *singularité esthétique*. C'est cela l'originalité de Tarde: penser le mouvement qui va de la différence à la singularité comme un mouvement à la fois socio-historique et microsociologique. On peut estimer que cette pensée est tributaire de sa position qui lui permet de maintenir entière l'illusion du décor. Mais on peut songer aussi aux tentatives actuelles pour fonder une "sociologie des circonstances" ou pour substituer à la notion d'intérêt celle de face ou de visage, pour comprendre que le discours de Tarde parvient à éviter les apories d'une science de l'individu tout en n'étant pas un simple "wishful thinking".



### 3 ADAPTATION: LA SIMULTANÉITE DES CONVICTIONS

Il faut se garder de tout malentendu sur la notion d'adaptation. C'est à la fois la plus importante des trois catégories à la fois physiques et sociales que distingue Tarde et c'est le troisième moment de sa logique. L'adaptation n'est rien d'autre que le moment de l'invention, c'est-à-dire de la coproduction. C'est toujours cette idée d'une *simultanéité créatrice*, créatrice de flux, de liens, de publics. L'espace social de l'invention, marqué par la circulation des croyances et des désirs, ne saurait être désaffecté: il est *magnétisé*. Dans le vocabulaire des ondes et des flux, l'adaptation est d'abord une conjonction; mais cette conjonction est particulière. Si l'imitativité était complète, dit Tarde, les figures sociales prépondérantes seraient les figures de la fascination et relèveraient de ce qu'il appelle une théorie de l'irresponsabilité. Or les courants de croyance de la logique sociale qui se manifeste dans les mythes, les religions, les langues, les sciences et la philosophie, ou les courants de désirs qui construisent la téléologie sociale des lois, des moeurs et des institutions, sont des *rencontres*. Accouplements logiques ou interférences heureuses, bonheurs d'expression ou petites révoltes individuelles contre la morale courante, ces courants s'inscrivent dans des flux particuliers qui ne sont pas imitatifs et uniformisants mais inventifs et systématisants.

Dans l'univers physique, les adaptations sont des équilibres mobiles (le bassin d'un fleuve ou le mouvement des nuages). Ces équilibres forment des agrégats ou des

compositions qui, à leur tour s'ajustent au milieu. S'il faut remonter de l'adaptation du vivant à la formation d'agrégats, c'est que ce procès de composition nous rapproche du creuset du chimiste. C'est là, par ailleurs que les "cause-finaliers" (TARDE, 1898, p. 121) doivent chercher la sagesse du monde et non plus dans l'immense coupole des cieux et c'est ainsi qu'ils admettront qu'il n'y a pas une fin dans la nature, mais "une multitude infinie de fins qui cherchent à s'utiliser les unes les autres" (TARDE, 1898, p. 122). Dans l'univers du vivant, la forme première de cette composition des fins, c'est "l'ovule fécondé, l'intersection vivante de lignées qui se sont rencontrées là, en un croisement parfois heureux". Dans le domaine social, les adaptations élémentaires – réponses (en paroles ou en fait) à des questions (verbales ou tacites) – sont des phénomènes interactionnels ou intra-individuels. A la limite (micro), et à l'opposé d'une philosophie de l'histoire, les adaptations sociales élémentaires, dit Tarde, sont à chercher "dans le cerveau même" (TARDE, 1898, p. 129) dans le génie individuel de l'inventeur. Non pas qu'il faille prendre le contrepied de ceux qui s'opposent à la théorie des causes individuelles en histoire pour rappeler le rôle des grands hommes. Ce n'est pas d'eux qu'il s'agit, mais des grandes idées, "souvent apparues en de très petits hommes, et même de petites idées, d'infinitésimales innovations apportées par chacun de nous à l'oeuvre commune" (TARDE, 1898, p. 145-146). *Inventions ordinaires* donc, à chercher par exemple

dans le parler ordinaire de telle ou telle province pour comprendre les mutations d'une langue. Adaptations multiples et précises, nullement arbitraires ou totalisantes. Contre Durkheim qui voit dans l'imposition le ressort de la chose sociale, Tarde (1898, p. 150) veut remonter de "l'impériosité actuelle" à la "persuasivité antérieure". Ceci a plusieurs conséquences: méthodologique d'abord, puisque le sociologue devra procéder par "monographies narratives" (à distinguer des "monographies descriptives"), les seules qui lui permettront de saisir le travail des adaptations. "Ce sont les *changements sociaux* qu'il s'agit de suspendre sur le vif et par le menu pour comprendre les *états sociaux* et l'inverse n'est pas vrai" (TARDE, 1898, p. 153, nota 1). Conséquences cliniques aussi, si l'on veut comprendre la nature des inadaptations. C'est parce que les adaptations sont multiples et précises, parce qu'à une question donnée, mille réponses sont possibles, que "les inadaptations sociales se révèlent douloureuses, énigmatiques, justification de tant de plaintes" (TARDE, 1898, p. 150). Aux multiples inventions ordinaires constitutives du changement systématique, correspondent donc des inadaptations singulières, toujours émergentes et circonstanciées. Conséquences enfin sur le lien social et sa dynamique. La conformité des croyances se produit toujours "peu à peu et de proche en proche", par contagion plus que par coopération mutuelle. C'est une coproduction plus qu'un réel rapport de réciprocité. A titre d'exemple: le lien social "entre Européens de diverses nationalités": il s'appuie sur des *procédures* de toutes sortes, formalités de la politesse

ou formules démocratiques. Avec ce type de lien, ce n'est pas la division du travail des économistes qui progresse, c'est la coordination de différents cercles sociaux qui se propage. "Ce que veut la chose sociale avant tout, comme la chose vitale, c'est se propager et non s'organiser" (TARDE, 1979, p. 80).

Puisque le public est la forme la plus haute de la socialité, la plus complexe et la plus différenciée, on peut reconstituer la logique de l'adaptation comme une phénoménologie clinique de l'esprit qui s'articulerait autour de trois figures : l'idiot, le somnambule et le timide. Phénoménologie de l'adaptation que l'on peut lire comme une série d'agencements d'énonciations individuelles et d'énonciations collectives (la foule, la relation spéculaire, l'expérience du public).

Première figure, la plus pauvre: *l'homme des foules*. Figure primaire de la communication des esprits puisqu'elle assimile celle-ci à la contagion. L'homme des foules est mutilé. Il ne dispose pas de cette bifurcation anthropologique qui lui permettrait de ne pas être le pur et simple jouet des rayonnements imitatifs. Il subit la loi de la répétition, sa manière d'intégrer l'infini dans le fini est précisément infinitive. Foules intolérantes, mono-idéiques; individus fonctionnant au courant continu, n'ayant guère de croyances et énormément de convictions, se nourrissant de contacts physiques, de répétition du semblable sans complication. L'idiotie de l'homme des foules est au fondement de toutes les formes sociales proches de *l'unisson*. S'il faut



donc diagnostiquer l'ère des foules, on peut rappeler le principe selon lequel le procès de civilisation diffère d'une contagion (intuition équivalente chez Park qui se réfère aux "catastrophes" migratoires comme élément de discontinuité du procès) et en conclure que la foule est un groupe social primaire. Les courants d'opinion ne naissent pas dans les rassemblements de rue. Ils sont créés, au contraire, par des gens qui ne se coudoient pas, ne se voient ni ne s'entendent. Notre âge n'est pas "l'ère des foules". Un rapport social implique dans son concept la répétition du différent ; c'est une assimilation compliquée qui renvoie non à un unisson mais à un *accord*. Certes, travaillé par les lois de l'opposition, l'esprit des foules engendre l'esprit de secte. Mais il s'agit là de son semblable, objectivement et théoriquement subordonné, une forme sociale qui cumule des désirs semblables et des croyances semblables. Pareillement nulles dans le cas de la foule, pareillement sophistiquées dans celui de la secte. On peut donc faire l'aller retour du grand au petit et du petit au grand avec la même carte, les mêmes formes de mobilisation identitaires (unilatérales et non réciproques). Ce sont des formes d'identification, mais elles ne sont ni socialisantes ni individualisantes. Elles n'inventent rien (TARDE, 1890a, p. 319).

Deuxième figure: le *somnambule*. L'esprit du somnambule est "un firmament éteint à une étoile près", ou alors, selon une autre métaphore c'est l'état mental du citoyen, engourdi et surexcité tout à la fois, c'est l'être social lui-même comme être de fascination. Premier ancrage dans le flux

imitatif, mais la fixation ne s'obtient que par procuration. Le somnambule est irresponsable par lui-même; seule l'emprise qu'il subit et qui est de type hypnotique peut faire qu'il soit plus qu'un automate, "une personne qui a son caractère, ses aversions, ses préférences". On est là, dit Tarde, au point de jonction expérimental de la psychologie et de la sociologie. D'une psychologie simplifiée, mais non mécaniste, et d'une sociologie également élémentaire des associations unilatérales. Etat social naissant tout de même. "N'avoir que des idées suggérées et les croire spontanées: telle est l'illusion propre au somnambule et aussi bien à l'homme social" (TARDE, 1979, p. 83). Forme d'adaptation si l'on veut qui n'aboutit qu'au transitivisme. Forme d'adaptation spéculaire par "échange de reflets". Au contraire, "l'imitativité complète, la faculté de subir des influences de tous genres et de toutes parts, implique la faculté de résister à un exemple isolé, à une influence particulière".

Mais la figure la plus importante, celle qui convient à l'analyse des publics, c'est le *timide*, celui qui est momentanément *démagnétisé* et qui fait l'expérience de la dépossession de soi: "paralysie momentanée de l'esprit, de la langue et des bras, perturbation profonde de tout l'être". L'intimidé s'échappe à lui-même et tend à devenir maniable et malléable par autrui. "Mais au contraire de l'homme des foules ou du somnambule, il nage à contre-courant. Du coup, il s'immobilise gauchement, assez fort pour neutraliser l'impulsion externe, mais non pour reconquérir son impulsion propre"

(TARDE, 1979, p. 93). C'est de cet équilibre précaire et gauche que peuvent surgir les véritables adaptations, celles qui tentent de conjuguer activement les interférences parce qu'elles se trouvent au point de rencontre de deux rayons d'exemples. La timidité est "un état social naissant, qui se produit toutes les fois qu'on passe d'une société à une autre, ou qu'on entre dans la vie sociale extérieure au sortir de la famille". La timidité, c'est donc la figure même de la transition, qui convient particulièrement à une socialisation conçue comme désorganisation progressive. Notre âge, dans la mesure où il multiplie les occasions de croisements et d'interférences des publics, serait ainsi l'âge des tyrannies de l'intimidation.

Mais, en même temps, l'expérience de la timidité est l'expérience publique par excellence et, à ce titre, elle est la marque des adaptations les plus fécondes, c'est-à-dire des seules adaptations qui soient inventives. Le public lui-même, comme forme dispersée de la foule, est contemporain de l'invention de la presse qui rend possible la lecture quotidienne et simultanée d'un même ensemble d'informations, d'une même série de rayonnements imitatifs. Cette simultanéité de conviction qui caractérise une opinion publique telle qu'elle est constituée par la presse, explique que "la formation d'un public suppose une évolution mentale et sociale bien plus avancée que la formation d'une foule" (TARDE, 1989, p. 38-39). En effet, un public suppose l'action d'une suggestion à distance qui n'est possible que chez des individus qui ont déjà l'habitude de la vie sociale intense, de la vie urbaine. Les citadins disposent, en quelque sorte, d'une pré-connaissance du

regard d'autrui et de son action. De plus, dans la formation des publics, la fonction d'amplification ne recouvre pas nécessairement la fonction d'homogénéisation. Au contraire, le premier public, celui des lecteurs de la Bible après l'invention de l'imprimerie, a eu la sensation de former un corps social nouveau, *détaché* de l'Eglise. Ainsi, et parce que l'on peut appartenir à plusieurs publics alors qu'on ne peut appartenir qu'à une seule foule, le public est une forme sociale qui conjugue socialisation et différenciation. Conformément au principe de la cascade, il relance le rayonnement imitatif en le démultipliant toujours plus, comme une "force à la fois dissolvante et régénératrice" (TARDE, 1989, p. 46).

Le programme que propose la sociologie de Tarde est explicite: monographies narrative ou conversations comparées sont là pour rappeler que la socialisation est toujours un *drame*, et que la forme dramatique est celle qui correspond le mieux à cette résolution adaptative telle qu'elle est vécue dans l'intimidation. On comprend pourquoi il ne peut pas y avoir de bonne méthode des *révélés* de vie. Le récit est une forme pauvre, qui néglige ce "temps d'individualisme momentané, de dissolution sociale en attendant une réorganisation sociale". L'évolution sociale se traduit donc par une évolution parallèle en littérature: du récit au drame, ce qui est pris en compte, c'est le concours et le conflit de deux croyances ou de deux désirs. Le drame met en scène cette bifurcation essentielle dans la théorie



microsociologique et qui se manifeste dans un moment d'hésitation, dans l'expérience de la timidité en public. Ainsi se confirme finalement la rigueur d'un regard sociologique qui, fasciné par la féerie du divers, tente de retrouver dans l'unité de *situation* et

dans l'unité de *temps* la forme structurante de la communication sociale comme coproduction (ou co-adaptation) simultanée de désirs et de croyances. Affranchis de l'espace, délocalisés, les publics demeurent attachés au temps de l'irrésolution et de l'invention, c'est-à-dire à l'*actualité*.

## ABSTRACT

*There are two big sociological mistakes, says Tarde: two big lures. The panoramic lure that makes us believe that the order of the facts is only audible if one comes out of their essentially irregular detail "to rise very loud as far as kissing a panoramic view of big wholes"; and the historic lure that consists in locking the social facts in formulas of development in. These are lures because there is, says Tarde, more of logic in a sentence than in a speech, in a "special ritual that in a whole creed". But to really understand the mistake of the "panoramic" sociologies and the sociologies of the development it is necessary to accept that the social logic is not a logic of the addition. The special ritual of which speaks Tarde is not a total social phenomenon because the logic that enlivens it is a logic of the adaptation that wants to say, in his/her/its language, a logic of the invention and the coproduction of the sense. The logic of a social fact, it is the mode according to which he/it is producer of ties. Here is why the social facts don't have anything natural. On the contrary they are perfectly enigmatic, these are always adaptations inventive. A social report is never the report of a copy to his/her/its model, it is the answer to a question and there is an association of ideas in the bottom of all association between the men.*

*If one doesn't see in Tarde that the contemporary of The Good, one risks to pass next to what makes his/her/its actuality therefore: Tarde is not interested to the psychology of the crowds but proximity is freed to the social as it, of an undulatory physics raises as it. The formation of the opinions doesn't have anything to see with the strategies of the suggestion. A public is quite a social fact foreign to the metaphors of the crowd. Everybody is seated", each at home, reading the same newspaper and dispersed on a vast territory".*

## NOTES

<sup>1</sup> Dans sa thèse publiée en allemand, *Masse und Publikum* (1972), Robert Park compare la théorie de l'imitation à la théorie de la sympathie chez

Hume et Smith et s'inspire largement de Tarde dans son analyse de la foule et du public comme formes de socialité émergente. Rappelons

également que Tarde est, avec Simmel et Durkheim, un des auteurs de référence majeurs du fameux manuel de sociologie de Robert Park et Ernest Burgess, *Introduction to the Science of Sociology*, Chicago University Press (1921), qui sera la bible de la discipline pour deux générations d'étudiants américains des années 20-40.

<sup>2</sup> "Tandis que notre intelligence avec ses habitudes d'économie se représente les effets comme

strictement proportionnés à leurs causes, la nature, qui est prodigue, met dans la cause bien plus qu'il n'est requis pour produire l'effet. Tandis que notre devise à nous est *Juste ce qu'il faut*, celle de la nature est *Plus qu'il ne faut*, trop de ceci, trop de cela, trop de tout, la réalité, telle que la voit James, est redondante et surabondante." ("H. Bergson sur le pragmatisme de William James", in *La Pensée et le mouvant*, Paris, P.U.F., p. 240).

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 88-89

## REFERENCES

- PARK, Robert. *The crowd and the public*. Chicago: University of Chicago Press, 1972.
- \_\_\_\_\_; BURGESS, Ernest. *Introduction to the science of sociology*. Chicago: Chicago University Press, 1921.
- TARDE, Gabriel. *Archives d'Anthropologie criminelle*. Paris: Alcan, 1904a.
- \_\_\_\_\_. Genive: Slatkine, 1980a.
- TARDE, Gabriel. *Essais et mélanges sociologiques*. Lyon: Storck et Maloine, 1895a.
- \_\_\_\_\_. Paris: Synthélabo, 1998a. (Les empêcheurs de penser en rand).
- TARDE, Gabriel. Fragment d'histoire future. In: \_\_\_\_\_. *Archives d'anthropologie criminelle*. Paris, Alcan, 1904c.
- \_\_\_\_\_. Genive: Slatkine, 1980b.
- TARDE, Gabriel. *La logique sociale*. Paris: Alcan, 1893a.
- \_\_\_\_\_. *Les lois de l'imitation*. Paris: Alcan, 1890b.
- \_\_\_\_\_. Genive: Slatkine, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Les lois sociales*. Paris: Alcan, 1898.
- TARDE, Gabriel. Monodologie et sociologie. In: \_\_\_\_\_. *Essais et mélanges sociologiques*. Lyon: Storck et Maloine, 1895b.
- \_\_\_\_\_. Paris: Synthélabo, 1998b. (Les empêcheurs de penser em rond).
- TARDE, Gabriel. *L'opinion et la foule*. Paris, Alcan, 1904b.
- \_\_\_\_\_. Paris: PUF, 1989.
- TARDE, Gabriel. *L'opposition universelle*. Paris: Alcan, 1897.
- \_\_\_\_\_. *La pensée et le mouvant*. Paris: PUF, 1989.
- \_\_\_\_\_. *La philosophie pénale*. Lyon: Storck et Maloine, 1890a.
- TARDE, Gabriel. Préface. In: \_\_\_\_\_. *La logique sociale*. Paris: Alcan, 1893b, p. xi.





# ESTRATÉGIAS COLETIVAS E LÓGICAS DE CONSTRUÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES NO NORDESTE SEMI-ÁRIDO

ERIC SABOURIN\*

*Este trabalho procura sistematizar as dinâmicas de organização dos agricultores familiares do Nordeste brasileiro, a partir de exemplos em vários municípios do Sertão nordestino. A primeira parte trata da origem e das lógicas das diferentes formas de organização dos produtores existindo hoje. Na segunda parte, são identificadas as transformações dessas organizações nas duas últimas décadas. São analisadas, em particular, três principais tendências de estratégia coletiva em matéria de coordenação e organização dos agricultores familiares da região. O texto conclui com observações sobre a institucionalização do processo de organização dos produtores e sobre a necessidade de reconhecer os fundamentos socioeconômicos da reciprocidade, junto com os paradigmas mais clássicos do interesse individual e do holismo.*

*Palavras-chave: agricultura familiar; ação coletiva, reciprocidade camponesa, organização de produtores, associações, Nordeste.*

## INTRODUÇÃO

No Sertão nordestino, a criação de associações de agricultores familiares é recente. Teve início nos anos 80, com a intervenção do Estado, nas trilhas das *comunidades de base* da Igreja Católica, por intermédio dos programas especiais de luta contra a seca (Pólo-Nordeste, Projeto Sertanejo, Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – o PAPP, ou Projeto São José). Tratava-se de promover a “participação” da população rural por meio da

criação de organizações que deviam facilitar o acesso dos “pequenos produtores” à inovação, ao crédito e aos investimentos comunitários. Novas estruturas de organização voluntária foram-se agregando às formas preexistentes de organização rural nordestina. Essa superposição coloca a questão das lógicas de coordenação da ação coletiva e dos instrumentos teóricos disponíveis para abordá-la.

\* Engenheiro agrônomo e doutor em Antropologia, pesquisador do CIRAD Tera (Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento); professor visitante na Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande-PB (Programa de Pós-graduação em Sociologia). Consultor do Programa Nacional de Pesquisa sobre Agricultura Familiar da Embrapa e da AS-PTA Nordeste (Assessoria, Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa).

Crozier e Friedberg (1977, p. 13-30) lembram que a ação coletiva ou “ação organizada” não é um fenômeno natural, mas “uma construção social cuja existência coloca diversos problemas, a começar pela explicação das suas condições de emergência e de permanência”.<sup>1</sup> Em outros termos, a ação coletiva trata de elaborações sociais como as regras, as normas ou as convenções. Segundo os mesmos autores, a organização constitui um instrumento da ação coletiva que pode ser definida em relação a um conjunto de ações; mas cabe distinguir os principais motores dessa ação coletiva.

Na visão inspirada do individualismo metodológico de Olson (1978, p. 22) ou de Reynaud (1993), a ação coletiva (*defesa dos interesses comuns de um grupo, promoção de um objetivo coletivo*) apenas é realizada por obrigação imperativa ou quando associada a benefícios (ou interesses) individuais dos membros do grupo. Para os economistas, como Livet e Thevenot (1994, p. 139), a noção de ação coletiva é ampliada à “atuação de várias pessoas [...] quando a conjunção dos seus atos permite constatar uma certa ordem, uma certa coordenação”, o que qualifica pouco a natureza das dinâmicas consideradas que vão do utilitarismo radical até as abordagens convencionalistas.

Caillé (1998, p. 76) sintetiza a controvérsia entre as diversas teorias pretendendo explicar as lógicas que regem o comportamento dos indivíduos e dos grupos. Segundo Caillé, elas se repartem no seio de três paradigmas, dois deles amplamente reconhecidos, mas redutores, e um terceiro de entendimento mais complexo.

O individualismo (metodológico) pretende que todas as ações, regras ou instituições provêm dos cálculos mais ou menos conscientes e racionais efetuados pelos indivíduos. O holismo [...] coloca, ao contrário, que a ação dos indivíduos (ou dos grupos, das classes, das ordens) não passa da expressão de uma totalidade preexistente e determinante [...] que coloca uma série de obrigações, constrangimentos ou dívidas.

O terceiro paradigma, o da reciprocidade ou da dádiva, é, segundo Caillé (1998, p. 76),

incompreensível para os dois precedentes [...]. O primeiro dissolve a dádiva no interesse – individual ou coletivo – e o segundo na obrigação [...]. O paradigma da dádiva não nega a existência desses dois momentos, da individualidade ou da totalidade, mas não aceita considerá-los como os únicos dados de base.

Caillé prossegue: “O paradigma da reciprocidade faz da dádiva (e do seu símbolo político), o operador privilegiado, específico da criação dos laços sociais.”

Para caracterizar os diversos modos de construção das organizações de produtores na realidade nordestina, recorrer-se-á, portanto, à identificação das formas de combinação ou de oposição entre as lógicas associadas a esses três paradigmas: interesse individual, obrigações sociais e reciprocidade. As análises são ilustradas por diversos casos de organização de agricultores nos municípios de Pintadas e Massaroca (BA), Petrolina, (PE) e Tauá (CE). Com a exceção dos pequenos colonos dos perímetros irrigados públicos de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), trata-se de



pequenos criadores e agricultores familiares do Sertão, reunidos em comunidades. Parcialmente ou totalmente integrados ao mercado, vivem principalmente da pecuária mista (caprinos e ovinos ou pequenas unidades de bovinos leiteiros) e da policultura de sequeiro (consórcios milho-feijão-mandioca e cultivos forrageiros). Durante os períodos de seca prolongada, a renda familiar é complementada pela pluriatividade (migração temporária, assalariamento diarista, empregos nas prefeituras locais, mineração, pequeno comércio de produtos caseiros etc.) ou por trans-

ferências públicas (frentes de emergência, créditos subsidiados, aposentadoria) e privadas (remessas de familiares assalariados ou migrantes). A primeira parte do texto trata da diversidade das formas de organização desses pequenos produtores do Sertão. Optou-se por tratar o tema a partir de um ponto de vista comparativo mais geral, considerando as várias formas de organização possíveis, em vez de examinar alguns poucos casos em maior profundidade. A segunda parte analisa as principais estratégias coletivas de coordenação no seio dessas organizações e entre elas.

## 1 A DIVERSIDADE DA ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTOS

No Sertão nordestino, mudança técnica e mudança social são estreitamente associadas ao processo de organização dos atores locais e, no caso que nos interessa, dos agricultores familiares. Se a criação das cooperativas e associações de produtores no Nordeste é recente, esse é também o caso das comunidades (AMMAN, 1985, p. 27). De fato, as mudanças sociais não dependem unicamente das organizações formais, mas também da estruturação de relações interpessoais que asseguram um papel de interface entre a sociedade local e a sociedade global (BERTHOMÉ;MÉRICOIRET, 1997, p. 11). Existe, portanto, uma relação entre as formas da ação coletiva e as instituições ou relações onde essas ações são definidas e implementadas. No Sertão do Nordeste, a família, o sítio, a comunidade rural, as redes de proximidade já existiam antes da criação das organizações formais e continuam sendo, em grande parte, regidos pela reciprocidade camponesa.

Entende-se por reciprocidade a dinâmica de dádiva e de redistribuição criadora de sociabilidade (*lien social*), identificada por Mauss (1950/1977, p. 145-279) como *prestação total* e verificada em todas as sociedades humanas desde que Levi-Strauss (1960/1977, p. xlvii-liv), mostrou que as estruturas elementares do parentesco são ordenadas pelo princípio de reciprocidade. Segundo Caille (1998, p. 76), o paradigma da reciprocidade ou da dádiva aplica-se “a toda ação ou prestação efetuada sem expectativa imediata ou sem certeza de retorno, com vista a criar, manter ou reproduzir a sociabilidade (*lien social*) e comportando, portanto, uma dimensão de gratuidade” (tradução nossa).

Temple (1999, p. 3) distingue, assim, o intercâmbio ou a troca da reciprocidade: “A operação de intercâmbio corresponde a uma permutação de objetos, enquanto a estrutura de reciprocidade constitui uma relação reversível entre sujeitos.”

O sindicato, a cooperativa ou a associação de produtores, formalizados num quadro jurídico reconhecido pela sociedade nacional e regulados por estatutos padroniza-

dos, pertencem à categoria das organizações profissionais de agricultores, geralmente regida pelas lógicas do interesse individual ou coletivo.

## 1.1 ESTRUTURAS INFORMAIS E PERMANÊNCIA DA RECIPROCIDADE CAMPONESA

Na zona rural do Sertão, as comunidades, as redes de proximidade, as relações familiares e interfamiliares, as prestações de ajuda mútua constituem formas de relacionamento e de organização reguladas pela reciprocidade camponesa (SABOURIN, 2000). O funcionamento das organizações informais vem do reconhecimento pelo grupo local de regras transmitidas de uma geração a outra e garantidas pela autoridade dos chefes de família. Desenvolve-se, a partir delas, os exemplos da organização em *sítios* ou comunidades, das prestações de ajuda mútua, o "*mutirão*", e das redes de proximidade.

### · *As comunidades: O exemplo do distrito de Massaroca - Juazeiro (BA)*

Os sítios ou comunidades reúnem, geralmente, produtores e moradores ocupando as terras de uma antiga fazenda dividida por heranças sucessivas ou por transações. Muitas vezes, a comunidade manteve o nome da fazenda de origem. Os membros do sítio ou da comunidade são então descendentes de um antepassado comum, fundador ou ex-proprietário da fazenda. Na comunidade de Lagoinha, em 1991, sobre 110 habitantes, apenas sete pessoas não eram descendentes do fundador da Fazenda Lagoinha (TONNEAU, 1994, p. 164).

O uso do termo comunidade é recente, tendo sido introduzido pela ação pastoral da Igreja Católica durante os anos 1960-70, através das *Comunidades Eclesiásticas de Base*. A comunidade reúne ainda "as famílias que rezam juntas" e não apenas as da religião católica. A comunidade de Caldeirão do Tibério, por exemplo, só tem famílias evangélicas. Permaneceu o termo *comunidade*, mais "moderno" que *sítio*, na medida em que foi reutilizado pelos programas de "ação comunitária" implementados pelo Estado durante os anos 70-80 (AMMAN, 1985).

A comunidade, tradicionalmente dirigida por um conselho informal de chefes de família, gerencia o acesso à terra (pastagens comunitárias, práticas de meia), a redistribuição ou o intercâmbio de trabalho (o *mutirão*, a troca de dias) e a solidariedade interfamiliar. Esta manifesta-se por meio da doação de alimentos ou ajuda sem retorno automático, nos casos de má colheita, acidente ou doença numa das famílias. Essas práticas foram limitadas pelas secas repetidas dos últimos anos e se reproduzem nos momentos de relativa abundância. É quando são pagas as promessas feitas ao santo padroeiro da comunidade ou a um dos santos populares no Nordeste (São Gonçalo, São Cristóvão),



pelas danças ou “*rodas*” para as quais são convidados vizinhos, amigos e parentes da família que organiza a festa (LANNA, 1995, p. 187-190). A lógica do sistema de reciprocidade não considera a produção exclusiva de valores de uso ou de bens coletivos, mas a criação do ser, da sociabilidade. Se para “*ser socialmente*” precisa dar; para dar, precisa produzir. Assim, a reciprocidade é marcada e respeitada de maneira privilegiada entre aqueles que participam das mesmas estruturas de produção ou de parentesco.

#### • *O mutirão*

O termo *mutirão*<sup>2</sup> pode designar dois tipos de ajuda mútua: uma tem a ver com os bens comuns e coletivos (construção ou manutenção de estradas, escolas, barragens, cisternas); a outra com os convites de trabalho em benefício de uma família, geralmente, para trabalhos pesados (desmatar uma parcela, fazer uma cerca, construir uma casa etc.). O mutirão é também chamado *batalhão* em Massaroca, *bo-léia* ou *balaio*<sup>3</sup> em outras zonas da Bahia. Em Pintadas (BA), utiliza-se o termo *boi roubado*. Antes, o produtor beneficiado costumava matar um boi. Hoje, ele fornece, sobretudo, cachaça ou cerveja. Esta prática é associada à festa para motivar uma ajuda recíproca. A participação de todas as famílias da comunidade é desejada: os homens jovens e adultos para os trabalhos mais duros, as crianças e as jovens para a limpeza das fontes de água e caldeirões, as mulheres para a raspa da mandioca na “*farinhada*”.

A regulação das diversas formas de *mutirão* é característica da lógica de reciprocidade. Trata-se de solidariedade na produção e de redistribuição da força de trabalho no seio da comunidade. Esta não é obrigatoriamente igualitária, já que o retorno não é imediato e não tem nem uma contagem nem uma necessária simetria das prestações. Até pode existir certa concorrência na redistribuição de alimentos ou bebidas entre as famílias, já que a prodigalidade confere prestígio e fama que são fontes de autoridade ou de poder nos sistemas regidos pela reciprocidade (TEMPLE ; CHABAL, 1995, p. 17-30). Temple (1983, p. 27-28), a partir de observações entre comunidades camponesas da América do Sul, já propunha considerar a reciprocidade não como uma “*contra-dádiva*” igualitária (a *dualidade da troca*, segundo Polanyi, 1957), mas como “a obrigação para cada um de reproduzir a dádiva, como forma de organização da redistribuição econômica”.

#### • *As redes sociotécnicas de proximidade*

Os estudos conduzidos em Pintadas e Massaroca confirmam tanto a existência de produção e de intercâmbio de conhecimentos entre produtores quanto a importância da observação mútua e do diálogo técnico em matéria de inovação agrícola e organizacional (SABOURIN et al., 1999, p. 148-150). As relações interpessoais contribuem, entre outras coisas, para a comunicação de idéias, informações, práticas e técnicas. Essas relações privilegiadas de diálogo técnico ou de ajuda mútua entre produtores desenham estruturas chamadas de redes sociotécnicas (CALLON, 1989).

As redes de diálogo técnico passam, geralmente, por agricultores “experimentadores”, considerados como competentes pelos seus vizinhos (DARRE, 1996, p. 85-90). Em Massaroca, os produtores marcam uma diferença entre competência em matéria de *criação* e de agricultura (*plantação, roça*). As referências tradicionalmente “veiculadas” pelos vaqueiros e diaristas são hoje transportadas pelos que mais viajam: dirigentes associativos, comerciantes, agricultores pluriativos e agentes externos (técnicos, padres e vereadores). As idéias, as informações e os fatos e objetos técnicos circulam com relativa facilidade por esses canais. Inovações como a palma forrageira (*Opuntia sp.*) e a algaroba (*Prosopis juliflora*), introduzidas na região por grandes criadores, tiveram em Massaroca-BA uma difusão rápida, via relações interpessoais entre agricultores, conformando uma rede supracomunitária.

• **Organização dos produtores e reciprocidade camponesa**

Diversos autores brasileiros evidenciaram a permanência ou a modernização das estruturas de reciprocidade em comunidades de agricultores e de pescadores do Sul e do Nordeste (WOORTMAN, 1995; LANNA, 1995; NOGUEIRA, 1999, NOGUEIRA ; MENDES, 2000). No Sertão nordestino, observa-se a permanência de relações de reciprocidade através dos mecanismos de dádiva, de ajuda mútua e de convites. A dádiva interfamiliar é simétrica. Manifesta-se pelo dote das filhas e pelas dotações para a instalação dos jovens, essencialmente constituídas por animais acompanhados da sua descendência (crias), reservados e atribuídos a cada

criança desde o nascimento. A dádiva é também associada às relações afetivas privilegiadas como o compadrio. O apadrinhamento recíproco das crianças entre duas famílias sem laço de parentesco é uma forma de aliança extremamente forte, que permite multiplicar as redes interpessoais além da esfera local, das classes sociais e das categorias profissionais (LANNA, 1995, p. 197). A dádiva generalizada (oferecida a todos) é verificada nos convites para as festas locais e religiosas (pagamento de promessas, celebração dos santos padroeiros), para as festas familiares (batismo, matrimônio, funerais) ou domésticas (matança de um animal).

A lógica da reciprocidade motiva uma parte importante da produção, da sua transmissão, mas também, do manejo dos recursos e dos fatores de produção. O acesso gratuito à água dos açudes, às terras de vazante, às pastagens comuns do “fundo de pasto”, à mão-de-obra da comunidade ou do grupo local (por meio do convite de trabalho ou do mutirão), constitui uma redistribuição dos fatores de produção. A constituição dos dotes (animais, terras ou dinheiro), a realização das festas familiares e religiosas, a hospitalidade (estendida aos rebanhos dos vizinhos em caso de seca) representam tantas formas de dádiva que levam ao crescimento da produção, na medida das possibilidades das famílias e das condições do clima. Esses custos, bem superiores ao nível médio de consumo de uma família, explicam também, em parte, as dinâmicas de extensão patrimonial, de procura de novas terras para cultivar, de adoção dos cultivos comerciais ou também as estratégias de pluriatividade e de migrações. Além das formas de



complementaridade (ajuda mútua) ou de interesse coletivo (solidariedade, festa coletiva) que motivam a permanência dessas práticas de origem camponesa, evidencia-se a força da dádiva<sup>4</sup> e da redistribuição como motor da economia. Essa produção socialmente motivada constitui um fator de desenvolvimento econômico que vai além da satisfação das necessidades elementares da população (subsistência) ou da aquisição de bens materiais via troca. A motivação social da produção pode ser tão potente como o interesse pelo lucro e a acumulação por meio do intercâmbio “mercantil” (TEMPLE ; CHABAL, 1995, p. 41-50). Pode-se, assim, distinguir redes de reciprocidade e redes de intercâmbio (algumas podendo ser mistas ou comple-

mentares), correspondendo a lógicas específicas de motivação da produção e da inovação. Por exemplo: no caso do mutirão, os dias não são contados. Na *troca de dias*, eles são contados e devolvidos para a outra família, às vezes, para efetuar o mesmo tipo de trabalho. Alguns agricultores pagam um diarista, em vez de assumir diretamente a prestação.

A integração ao mercado e à sociedade global (administração, escola, igrejas, serviços técnicos) levou a sociedade rural nordestina, dos sítios e das comunidades, a dotar-se de novas estruturas de representação e de cooperação, sem, portanto, abandonar (pelo menos completamente) os valores e formas de organização camponesa fundadas pela reciprocidade.

## 1.2 AS ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS DOS AGRICULTORES

As organizações formais dos produtores correspondem a novas estruturas socioprofissionais de caráter econômico (produtivo ou classista). Ninguém torna-se membro da associação por essência ou por nascimento, como no caso do sítio ou da comunidade, mas por escolha livre e voluntária e através de uma relação contratual de intercâmbio (pagamento da cota). Sua regulação é, portanto, dominada pela lógica utilitarista do interesse (individual ou coletivo) ou pela lógica da obrigação social ou política (constrangimento, dívida). Por exemplo, nos perímetros irrigados, a adesão dos colonos à cooperativa é, muitas vezes, obrigatória. No Sertão, encontram-se as três formas clássicas de organização profissional agrícola: o sindi-

cato, a cooperativa e a associação de produtores.

### · O sindicato de agricultores familiares

Os primeiros Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) do Nordeste apareceram nos 50 e no início dos anos 60 na zona da Mata. Na região semi-árida, a maioria foi criada durante o regime militar e emancipada nos anos 80. Para desviar os sindicatos de sua função de reivindicação, sem ter de proibi-los, o Estado transferiu para eles a gestão da assistência médica no meio rural. A nova Constituição (1988) não mudou esta prática, confiando de novo aos STRs a administração local da aposentadoria rural. Onde os conflitos fundiários e

trabalhistas dos anos 70-80 provocaram lutas coletivas, os STRs adquiriram uma capacidade de mobilização e a legitimidade da representação dos produtores familiares. Conseguiram, assim, promover projetos, planos ou conselhos de desenvolvimento rural, ou participar da administração municipal, como em Pintadas (BA) e Tauá (CE).

#### • *As cooperativas agrícolas*

As primeiras cooperativas de produtores criadas no Sertão reuniram grandes ou médios proprietários. Foi o caso dos produtores de algodão no Ceará e na Paraíba, dos produtores de leite do Agreste da Bahia, Pernambuco ou Sergipe. Os agricultores familiares conservam amargas lembranças das cooperativas. Elas são, geralmente, associadas a interesses políticos ou clientelistas, a sistemas de gestão propícios ao desvio de fundos, cujo controle sempre escapou aos pequenos produtores. A cooperativa leiteira de Tauá (CE), por exemplo, quase sempre fechada por falta de leite, foi financiada em 1987 pelo ministro da Irrigação que era oriundo deste município. Os agricultores costumam dizer que “cada cooperativa tem dono”.

Nas regiões estudadas, todas as cooperativas encontradas são associadas a uma tutela externa. Nos perímetros irrigados de Petrolina e Juazeiro, as cooperativas foram criadas diretamente pelo Estado. Nos projetos de reforma agrária, como Lagoa do Angico, em Petrolina, ou no Assentamento 2 de Maio, em Madalena (CE), prevaleceu o modelo cooperativo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. O gerente é geralmente um quadro do MST enviado do Sul do Brasil. As ONGs conformam

o terceiro tipo de tutela. No distrito de Marruás, em Tauá (CE), a Cooperativa dos Pequenos Produtores dos Inhamuns (Coopepi) foi financiada e administrada durante anos por uma ONG suíça.

Em tais condições, quando os camponeses são afastados da administração, a cooperativa torna-se uma nova autoridade gestora dos bens comuns (água, perímetro irrigado), um novo intermediário para o acesso ao mercado (leite, frutas, algodão). Ela pode até ser percebida como um novo patrão.

#### • *As associações de produtores*

Dada a sua flexibilidade, a associação de produtores constitui o modelo de organização local que foi mais desenvolvido nos últimos 20 anos. Trata-se, também, para o Estado ou para a prefeitura municipal, de um meio de redistribuição clientelista via políticos locais. As associações foram criadas essencialmente para captar recursos e/ou para assegurar a defesa de interesses comuns ou a gestão de bens coletivos. A maioria das associações nasceu da conjunção de três fatores: a) a necessidade para as comunidades de dotar-se de representações jurídicas; b) a intervenção de atores externos: Igreja, ONGs, extensão, projetos públicos; c) a existência de ajudas e financiamentos reservados a projetos associativos ou comunitários, geralmente com finalidade produtiva.

A associação é uma sociedade civil sem fim de lucro, baseada na adesão voluntária. Reúne, muitas vezes, o conjunto dos membros de uma comunidade (ou só os chefes de família), mas em torno de um objetivo





específico, de um projeto econômico: acesso ao financiamento de equipamentos coletivos (escola, água, eletricidade, posto de saúde), comercialização ou processamento dos produtos, apropriação fundiária. As associações devem redigir e publicar seus estatutos no *Diário Oficial*, eleger e renovar uma diretoria e um conselho fiscal. Na realidade, as regras são readaptadas pela comunidade ou pelos líderes. As eleições são arranjadas anteriormente. As decisões importantes são tomadas antes das reuniões formais e públicas no quadro das relações de proximidade e de poder entre os grupos familiares e as comunidades locais.

· ***Complementaridade e contradição entre lógicas***

Observa-se uma grande diversidade das formas de cooperação e de organização devida à permanência de práticas camponesas e à adaptação permanente de novas formas de coordenação da ação coletiva. A criação de organizações de produtores pode corresponder à modernização da reciprocidade camponesa ou, ao contrário, privilegiar o desenvolvimento do intercâmbio mercantil, via constituição de cooperativas, por exemplo.

O primeiro caso é verificado com as associações comunitárias de Massaroca-BA, criadas para garantir o manejo dos “fundos de pasto”, num contexto de especulação fundiária; o segundo, com as cooperativas dos perímetros irrigados de Petrolina e Juazeiro.

Em todo caso, as novas organizações são destinadas a manejar a interface entre o mundo doméstico local (a família, a comu-

nidade) e a sociedade externa: o mercado, a administração, a cidade. Às vezes, a mudança de sistema de organização leva a uma confusão de valores e à adoção de lógicas e estratégias de natureza diferente, ou até oposta. Foi o caso com a instalação de camponeses criadores nos perímetros irrigados do Vale do São Francisco. Confrontados com a lógica da integração ao mercado pela produção intensiva de frutas ou verduras, eles devem realizar uma mutação, não só do seu sistema produtivo, mas do seu sistema de valores e de referências, ou abandonar a irrigação (SABOURIN et al., 1998, p. 13). No primeiro perímetro irrigado da região, Bebedouro (Petrolina-PE), houve um conflito entre a lógica da concorrência no mercado e aquela do desenvolvimento da reciprocidade. Uma parte dos produtores instalados pelo Estado continua privilegiando uma lógica camponesa. Satisfeitos com um sistema de criação e um negócio familiar de gado, sustentado por forragens irrigadas, procuram prestígio local via prêmios nas vaquejadas. Esta situação manteve-se provocando a maior preocupação dos poderes públicos que desejavam impor a produção de mangas e uvas, considerada mais lucrativa, de maneira a assegurar o funcionamento da cooperativa que comercializa frutas, mas não gado ou troféus.

Portanto, às vezes, longe de trazer só soluções, as novas formas de organização criam, também, novos problemas, na medida em que ignoram ou desrespeitam as regras da reciprocidade ou funcionam segundo os princípios contraditórios da concorrência e do intercâmbio.

## 2 TRANSFORMAÇÃO DAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO

Paralelamente ao desenvolvimento da agricultura familiar, podem ser evidenciadas transformações permanentes das instituições de produtores, associadas às formas de recomposição das referidas lógicas. As principais tendências de evolução observadas são marcadas por estratégias específicas em termos de coordenação coletiva. Correspondem a processos de formalização das organizações, de diversificação das atividades, de representação pública e de conquista de autonomia por parte das comunidades rurais. Como afirmam Crozier e Friedberg (1977, p. 79):

a organização é um processo de criação coletiva por meio do qual os membros de uma coletividade aprendem juntos, ou seja, inventam e fixam juntos novas maneiras de jogar os jogos sociais da cooperação e do conflito e [...] adquirem as capacidades de conhecimento, de relacionamento e de organização correspondentes (traduzido do francês pelo autor).

Os “motores” dessas evoluções são examinados de maneira a identificar as principais estratégias que caracterizam as formas de coordenação entre produtores e entre suas organizações.

### 2.1 A FORMALIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES

A formalização das organizações de produtores, além da dinâmica associativa descrita anteriormente, tem a ver com dois principais fatores. Primeiro, as comunidades rurais passam por uma necessidade crescente de interfaces jurídicas com a sociedade nacional (acesso aos financiamentos e ao apoio institucional, escola etc.). Por outra parte, em um contexto novo e, muitas vezes, conflituoso de acesso aos recursos produtivos (terra, água etc.), tais articulações tornam-se necessárias, inclusive para legitimar práticas camponesas de reciprocidade ou normas sociais ancestrais como o mutirão, o uso comunitário de pastagens (o fundo de pasto) ou o manejo coletivo da água (açudes, cisternas, poços etc.). As associações comunitárias de

Massaroca, por exemplo, foram criadas para administrar os “fundos de pasto”, no contexto da especulação fundiária e da invasão de terras (*grilhagem*).

As funções de reivindicação ou de negociação das instituições camponesas não desaparecem durante essas evoluções, mas podem ser desvirtuadas ou alteradas. A habilidade dos responsáveis do Comitê de Massaroca, por exemplo, é saber jogar entre “moderno e tradicional”, isto é, “associação formal/comunidade camponesa” para captar apoios diversificados. Da comunidade e das relações de proximidade, das alianças individuais, dos apadrinhamentos políticos e das redes familiares nasce o acesso às redistribuições políticas



estaduais e federais, por exemplo, durante as grandes secas. Por outro lado, a associação de produtores facilita o acesso a créditos subsidiados via relações com as instituições técnicas de apoio ao desenvolvimento (SABOURIN et al., 1996, p. 104).

O segundo tipo de interface tem a ver com o acesso a mercados diversificados e com as novas exigências em termos de qualidade dos produtos. Nos perímetros irrigados de Petrolina e Juazeiro, a má administração das cooperativas levou à desvalorização da produção de uva e de melão. Houve, portanto, uma rejeição do modelo cooperativo pelos “colonos”. Observou-se a recomposição de estruturas de ajuda mútua para a comercialização ou o processamento das frutas por pequenos grupos de proximidade. Isto constitui, em face do fracasso da lógica “mercantil” da cooperativa, uma reorganização a partir da lógica de confiança e dos valores do mundo “doméstico”. Mas, para perenizar essas experiências, ter acesso aos financiamentos bancários e aos mercados nacionais (Ceasa), os colonos são obrigados a criar de novo associações ou cooperativas. Porém, diferentemente do modelo anterior, essas não são mais impostas ou

gerenciadas por tutelas (SABOURIN et al., 1998, p. 13). De fato, independentemente da influência externa ou do uso de modelos fixados pela legislação (associação civil, cooperativa etc.), precisa-se de novas regras, na medida em que troca-se de “mundo” ou de princípio de justificação (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991). O mutirão é uma instituição camponesa do mundo doméstico marcada pela divisão entre sexos, a gerontocracia e a reciprocidade ampliada. As suas regras não têm nada a ver com o sistema de contabilidade das prestações de trabalho do motorista do caminhão ou de serviços do trator, ditas pela necessidade de amortização do equipamento e pela legislação trabalhista, isto é, por regulações industriais e mercantis. Ocorre, assim, uma criação e validação de novos estatutos fixados pela institucionalização progressiva das formas de ação coletiva. É essencial reconhecer as diferenças entre associação e comunidade, entre cooperativa e mutirão, entre presidente eleito e líder comunitário, entre secretário do conselho de vigilância e patriarca do sítio. A mudança de estruturas e de modos de regulação pode levar a uma confusão dos valores de reciprocidade camponesa e à adoção não-controlada de lógicas e estratégias de natureza diferente (mercantis, industriais etc.).

## 2.2 DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES E ESPECIALIZAÇÃO DAS FUNÇÕES

A profissão de agricultor ou de criador se transforma, o contexto socioeconômico e as instituições também. Assim, as instituições camponesas, estabelecidas essencial-

mente em torno da redistribuição do acesso aos fatores de produção (terras, trabalho e técnicas), não mais permitem responder ao conjunto das exigências da atividade

de agropecuária e aos processos de intervenção dos poderes públicos. As organizações devem, portanto, assumir novas funções: defesa dos interesses profissionais e gestão da aposentadoria pelos sindicatos, abastecimento em insumos e comercialização de produtos pelas cooperativas, acesso aos financiamentos e administração de equipamentos coletivos, no caso das associações.

As nove associações e o Comitê de Massaroca sustentam, desde 1990, um projeto de desenvolvimento local que, depois de priorizar o apoio à pecuária e à implementação de recursos hídricos, investiu nos setores da educação, da saúde de base e interessa-se, hoje, pela transformação da produção. A diretoria do Comitê que dirigia o conjunto do projeto local teve de aceitar progressivamente a criação de novas estruturas para administrar áreas específicas. Certos grupos de interesse temáticos transformaram-se em comissões permanentes para a educação, a gestão dos equipamentos coletivos, o crédito e o projeto de irrigação. Em Lagoinha, a implantação do ciclo complementar e de atividades de educação permanente levou, finalmente, à criação do Centro de Formação

Rural de Massaroca (SABOURIN et al., 1996, p. 144). A diversificação das atividades é assim associada à multiplicação das instituições e, portanto, dos centros de poder. A responsável por uma escola primária isolada não tem muito peso em face do Presidente do Comitê, porém o mesmo não ocorre com o diretor do Centro de Formação Rural.

Da mesma maneira, durante o período militar, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais constituía, geralmente, a única forma de representação dos produtores. A partir dos anos 1980, a tendência foi criar associações específicas para o apoio à produção agropecuária. Paralelamente à diversificação das necessidades, observava-se um processo de especialização das funções das organizações de produtores. É também o caso das cooperativas de colonos do Vale do São Francisco, centradas em funções de abastecimento e de comercialização e dos Distritos de Irrigação, criados para assumir o manejo da água e a administração dos perímetros irrigados públicos. Um segundo patamar, associado à diversificação, seria aquele da "divisão" ou do desdobramento das organizações, gerando novas estruturas mais especializadas e novos "estatutos".

### 2.3 A AUTONOMIA E OS PROCESSOS DE REPRESENTAÇÃO DOS PRODUTORES

Uma das novas funções do processo de organização dos produtores familiares tem a ver com seu posicionamento político e institucional em matéria de desenvolvi-

mento local e regional. O fenômeno determina a polarização das suas relações com o exterior. Encontra-se associado à necessidade de uma representação



socioprofissional dos agricultores familiares e das comunidades, já que não existe escala administrativa abaixo do município. Uma das estratégias passa pela dinâmica de união das associações comunitárias para mobilizar mais forças políticas. É traduzida pela reunião de grupos de base em federações: Comitê na escala do distrito em Massaroca, Conselho ou Central a nível municipal em Tauá e Pintadas.

O Comitê de Massaroca jamais aceitou aumentar o número de associações federadas, para não ter de partilhar recursos duramente conquistados. Durante vários anos, não se preocupou em negociar alianças ou cooperações com outras organizações de produtores na escala do município de Juazeiro (SABOURIN et al., 1996, p. 109). Entretanto, examinando o processo desde os anos 1970, verifica-se uma evolução clara: a gestão comum do “fundo de pasto” dá lugar à criação da associação comunitária (1983-1985); nove associações locais federam-se e criam o Comitê (1989); este integra a Unidade de Planejamento Agropecuário do Município de Juazeiro, organizada em 1990. A partir de 1997, o Comitê negocia projetos de processamento dos produtos locais com as federações dos municípios vizinhos de Jaguarari e Uauá.

Estas organizações federativas posicionam-se em matéria de política de desenvolvi-

mento. Num município grande e polarizado por uma cidade de porte médio como Juazeiro, as associações somente conseguem tratar do desenvolvimento do distrito ou da pequena região. Em Pintadas e Tauá, as lideranças das organizações de produtores nasceram diretamente, na escala municipal, com o sindicato. Após várias derrotas eleitorais na conquista da Prefeitura, conseguiram finalmente a gestão do poder municipal, graças a alianças negociadas na base de projetos de desenvolvimento da agricultura e da pecuária. Essas evoluções mostram uma real conquista de autonomia por meio das organizações de produtores.

O conjunto das características observadas permite formular a configuração de um modelo de organização associando uma estrutura federativa do tipo “planejadora” e estruturas de gestão descentralizadas. É o papel do Comitê de Massaroca e dos seus dirigentes manter uma visão ampla e política da situação, captar informações, arranjar recursos e referências novas e intermediar alianças. Às comissões setoriais, às associações locais, aos grupos de interesse e de produção competem as funções de manejo das ações coletivas, de gestão dos bens comuns e a articulação com as ações individuais. Em Pintadas, o Centro Comunitário de Serviços coordena na escala municipal de 20 a 30 grupos de base.

## CONCLUSÕES

O quadro de análise da construção da ação coletiva permite articular mudanças sociais, mudanças técnicas e evolução do con-

texto econômico e institucional. As transformações organizativas observadas no Sertão nordestino são características de vá-

rias dinâmicas de mudança. Traduzem diversas formas de manejo da transição de uma economia camponesa regulada pela reciprocidade para sistemas mistos, integrados ao mercado regional e marcados pelas regras da sociedade nacional. Além da oposição clássica entre “comunidade” e “sociedade” ou de esquemas redutores do tipo subsistência  $\times$  integração ao mercado ou pré-capitalista/capitalista, encontra-se uma diversidade de situações de convivência e de negociação entre valores e “mundos” diferentes, segundo a imagem das “cidades” (*doméstica, mercantil, industrial, cívica e inspirada*) proposta por Boltanski e Thévenot (1991).

Existe uma permanência, e até uma modernização, das relações de reciprocidade, de maneira a garantir formas de coesão social ou de proximidade praticáveis em um contexto novo de modo a aproveitar novas oportunidades. Tal aprendizagem não se realiza sem tensões e conflitos que limitam a coordenação. Os mesmos podem, também, encontrar soluções mediante a construção de novas regras: implementação de novas formas de organização, definição de ações locais ou territoriais. Este tipo de dispositivo permite uma abertura para projetos maiores, para uma escala de organização mais ampla (federação), assim como para alianças específicas, técnicas e políticas (via redes comerciais ou sociotécnicas). Neste sentido, existe uma atualização da dinâmica de reciprocidade camponesa.

Os casos e estratégias apresentados permitem orientar a intervenção das instituições de pesquisa e de desenvolvimento.

Primeiro, desmintam o discurso dominante das instituições de assistência quanto à ausência, à fraqueza ou à incapacidade de organização dos agricultores do Nordeste, habitual contraponto da seca para explicar o fracasso das políticas públicas.

As formas de organização têm evoluído rapidamente, procurando aproveitar, quando aparecem, as novas possibilidades de apoio externo, ou tentando trazer soluções a problemas vividos coletivamente. A emergência rápida de uma nova forma de organização – a associação – e os sucessos reais que encontrou não devem esconder, também, desvios possíveis, quando existe abuso da barganha por parte dos agricultores como dos poderes públicos.

Observa-se, portanto, a convivência simultânea e a recombinação permanente de várias lógicas organizativas num contexto social em mutação. Assim, a realização e a combinação diversificada das três lógicas de construção da ação coletiva, inicialmente identificadas, dão lugar a várias formas de estruturação dos produtores, correspondendo a diversas funções e a diferentes níveis de organização. Pode-se atribuir a cada uma dessas formas uma capacidade de coordenação e de regulação fundada nos comportamentos dos atores e nas externalidades que produzem. Assim, integração ao mercado e à sociedade global (administração, escola, igrejas, serviços técnicos) tem levado as comunidades rurais a dotar-se de novas estruturas de representação, de cooperação e de intercâmbio monetário, sem abandonar, portanto, as formas de organização e, sobretudo, os valores e as práticas da reciprocidade camponesa.



Os exemplos citados confirmam uma natureza diferente e até contraditória entre a lógica econômica da reciprocidade e aquelas do livre-câmbio. Cada uma pode ser verificada na realidade; portanto, as duas podem se prevalecer de vantagens respectivas e, sobretudo, de precedentes, alguns sendo, provavelmente irreversíveis.

Não se trata de negar esta realidade e de reivindicar a exclusividade de uma dialética ou de outra em termos de desenvolvimento local ou regional; mas sim, de chamar para uma dupla referência, entre a reciprocidade e os paradigmas do intercâmbio (individualismo ou holismo).

## NOTAS

<sup>1</sup> Traduzido do original em francês pelo autor.

<sup>2</sup> A palavra vem do tupi *mutirum* ou do Guarani, *potyrom*, que quer dizer colocar a mão na massa (BEAUREPAIRE, 1956).

<sup>3</sup> O *baliao* é uma unidade de medida de produtos agrícolas numa cesta ou num lençol.

<sup>4</sup> CAILLE (1998, p. 77) escreve: a dádiva, de certa maneira, não é desinteressada. Simplesmente, privilegia os interesses de amizade (aliança, afetividade, solidariedade) e de prazer e/ou de criatividade sobre os interesses instrumentais e sobre a obrigação ou compulsão. A obstinação das religiões ou de numerosos filósofos em procurar uma dádiva plenamente desinteressada é, portanto, sem objeto.

## ABSTRACT

*This paper aims to systematise smallholder's organisation dynamics in the semiarid region of Brazilian Northeast. The first part analyses the origin and the logic's of different forms of producer's organisation, based on examples in diverse situations of the Northeast Sertão. In the second part, are identified and characterised the main transformation of these organisations in the last twenty years. Three main collective strategies trends are analysed in terms of family farmers co-ordination and organisation. In conclusion, the text evidences the institutionalisation of the organisation process among the smallholders of the semiarid region. It also calls to recognise the socio-economic importance of reciprocity beside the two more classical paradigms of individualism (individual interest) and holism.*

**Keywords:** family agriculture, collective action, smallholder's organisation, peasant reciprocity, associations, Northeast.

## REFERÊNCIAS

- AMMAN, Sofia B. *Ideologia do desenvolvimento de comunidades no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1985.
- BEAUREPAIRE, Renault de. *Dicionário de vocábulos brasileiros*. Salvador: Livr. Progresso, 1956.
- BERTHOMÉ, Jacques; MERCOIRET, Marie Rose. *Etats désengagé, paysans engagés*. Paris: FPH, Cirad, 1997.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.
- CALLON, Michel. *La science et ses réseaux: genèse et circulation des faits scientifiques*. Paris: La Découverte: Unesco, 1989.
- CAILLE, Alain. Don et association in: une seule solution: l'association. *Revue du MAUSS*, 11, [s.l.], p. 75-83, 1. sem. 1998.
- CROZIER, Michel; FRIEDBERG, Erhard. *L'acteur et le système*. Paris: Le Seuil, 1977.
- DARRE, Jean Pierre. *L'invention des pratiques dans l'agriculture*. Paris: Karthala, 1996.
- LANNA, Marcos P. D. *A dívida divina: troca e patronagem no nordeste brasileiro*. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.
- LEVI-STRAUSS, Claude. Les cycles de la réciprocité. In: \_\_\_\_\_. *Les structures élémentaires de la parenté*. Paris: Plon, 1967. cap. 27.
- LEVI-STRAUSS, Claude. Introduction à l'oeuvre de Marcel Mauss. In: MAUSS, M. *Sociologie et Anthropologie*. Paris: PUF, 1950.
- MAUSS, M. Essai sur le don. In: \_\_\_\_\_. *Sociologie et Anthropologie*. Paris: PUF, 1950-1977.
- NOGUEIRA, Solange da C; MENDES, F. F. Cooperation, competition and solidarity among craft fishermen in Rio Grande do Sul/Brazil. In: X WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, 10. 2000. Rio de Janeiro (Abstracts n. 1299). 1 CD Rom.
- OLSON, M. *Logique de l'action collective*. Paris: PUF, 1978.
- POLANYI, K. *Trade and market in the early empires: economies in history and theory*. New York: The Free Press, 1957.
- REYNAUD, J. D. *Les règles du jeu: l'action collective et la régulation sociale*. Paris: Armand Colin, 1993.
- SABOURIN, E. Peasant reciprocity practises and gift economy in Brazilian Northeast rural communities: a contribution to endogenous development. In: X WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, 10, 2000. Rio de Janeiro (Abstract n. 311). 1 CD Rom.



SABOURIN, Eric; TONNEAU, Jean Philippe; CARON, Patrick. Seu Néné, leader paysan à Massaroca (Bahia, Brésil): une trajectoire nordestine. *Cahiers de l'APAD*, [s.l.], n. 11, p. 102-107, maio 1996b.

SABOURIN, Eric; TONNEAU, Jean Philippe; CARON, Patrick. Farmer's organizations and access to innovations: pathways of socio-economic change in Massaroca (Bahia, Brazil). In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON SUSTAINABLE FARMING SYSTEMS, 14. 1996, Colombo. *Proceedings*. Colombo: [s.n.], 1996a, p. 140-147.

SABOURIN, Eric; BARROS, Edonilce R.; PERES, José Isaac G. Difusão da inovação entre as comunidades de Massaroca (Juazeiro-BA): o papel das relações de proximidade. In: BARROS, E.; NOVAES, M. (Org.). *Novas perspectivas sobre a produção social na agricultura do Nordeste*. Recife: UFRPE, APIPSA, 1999. p. 147-161.

SABOURIN, Eric; MARINOZZI, Gabrio; BAINVILLE, Sébastien; CERDAN, Claire. Mudança institucional e desenvolvimento da agricultura familiar brasileira: dois casos de coordenação dos produtores para o acesso à inovação e ao mercado. *Raízes*, [s.l.], n. 19, 1999.

TEMPLE, D. *La dialectique du don: essai sur l'économie des communautés indigènes*. Paris: Diffusion Inti, 1983.

TEMPLE, D. Théorie de la réciprocité. 1999. Acesso em: <<http://perso.libertysurf.fr/dominique.temple>>.

TEMPLE, Dominique; CHABAL, Mireille. *La réciprocité et la naissance des valeurs humaines*. Paris: L' Harmattan, 1995.

TONNEAU, Jean Philippe. *Modernisation des espaces ruraux et paysanneries: le cas du Nordeste Brésil*. 1994. Tese (Doutorado) – Université Paris X, Paris, 1994.

WOORTMAN, Elen F. Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília, DF: EdUnb, 1995.





## CARTÓRIOS: ONDE A TRADIÇÃO TEM REGISTRO PÚBLICO<sup>1</sup>

ANA PAULA MENDES DE MIRANDA\*

*Buscou-se analisar o funcionamento de cartórios a partir do trabalho de campo realizado em Niterói e no Rio de Janeiro. Como hipótese, considerou-se que frente a uma aparente desorganização se sobrepunha um tipo de lógica, à qual só teriam acesso os funcionários, que desenvolveram uma tradição própria da escrita, organização e preservação de documentos públicos, consolidando-se como uma espécie de poder paralelo. Conclui-se que esse processo transforma a prestação do serviço numa dádiva, onde dar, receber e retribuir são as regras que asseguram a qualidade do serviço prestado.*

*Palavras-chave: cartórios, documentos públicos, informação, dádiva*

Este artigo é o resultado das reflexões desenvolvidas durante a pesquisa de Iniciação Científica acerca das práticas cartoriais, sob orientação do professor Roberto Kant de Lima e financiada pelo CNPq durante o período de 1991-1993. O material etnográfico que serve de base para a análise foi coletado no 11º Cartório de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro, 10º Ofício de Niterói, 4º Ofício da 3ª Vara Cível, e na 1ª Vara de Família do Fórum de Niterói.<sup>2</sup>

O objetivo desta pesquisa era explicitar a lógica que rege os procedimentos de produção, guarda e circulação de documentos, e compreender a relação que mantêm com o acesso à informação na sociedade brasileira. Partiu-se da hipótese de que o cartório é uma instituição onde esse processo se dá segundo a influência de

uma tradição<sup>3</sup> ibérica/mediterrânea (BRAUDEL, 1988; PERISTIANY, 1988), cuja característica, destacada por Roberto Kant de Lima (1991), é a existência de dois códigos opostos mas complementares, onde um sistema público de organização burocrática convive com um sistema privado baseado nas relações pessoais de amizade e parentesco, e o sistema de produção de verdades possui características inquisitoriais e interpretativas.

Sendo o cartório uma instituição voltada ao atendimento público, deveria garantir que o direito de acesso às informações armazenadas fosse pleno. No entanto, pude constatar que este acesso é limitado e modificado por critérios implícitos às práticas de funcionamento da instituição, que alteram o caráter impessoal das regras públicas, introduzindo elementos personalistas



e particularizantes ao funcionamento do serviço.

O trabalho de campo baseou-se em entrevistas e conversas informais com titulares de cartórios, advogados (principais usuários de cartórios), funcionários da ativa e aposentados. As dificuldades encontradas durante a pesquisa foram várias. As entrevistas traziam uma limitação: era preciso romper a desconfiança inicial para então possibilitar a aproximação entre entrevistador e entrevistado, pois havia sempre uma tentativa de “fuga” aos assuntos mais polêmicos, e uma preocupação com a não-divulgação do que era dito, que diminuía um pouco quando lhes garantia o anonimato. As conversas informais, sempre sem a utilização do gravador, eram mais proveitosas, as pessoas ficavam mais tranquilas, pois o que diziam não estava sendo registrado, assim falavam mais abertamente sobre suas rotinas. Realizei também a observação da organização do espaço e da rotina do serviço, registradas em um caderno de campo. Paralelamente efetuei pesquisa bibliográfica sobre o tema deste trabalho.

Ao tentar analisar as práticas dos funcionários dos cartórios, defrontei-me com um problema básico: a não-existência de uma percepção dos funcionários acerca das representações sobre suas práticas. Só então

percebi que o meu trabalho seria desvendar quais eram os elementos que permitiriam ter acesso a essa lógica. O recurso utilizado, seguindo a metodologia empregada por Malinowski (1976), visava a coletar dados concretos, isto é, experiências vividas durante o trabalho em cartório, para, posteriormente, analisá-los. Após o relato dos casos, os funcionários faziam comentários que deixavam transparecer os elementos que compunham esse código. Desse modo, foi possível inferir a existência de um mecanismo comum que regia essas práticas.

É importante ressaltar que para realizar o trabalho de campo foi necessário que eu fosse apresentada a cada entrevistado sempre por uma terceira pessoa, um intermediário<sup>4</sup> que já os conhecia, e que, às vezes, também já tinha sido entrevistado, criando, assim, uma rede de relações. Isto foi necessário, pois somente deste modo os entrevistados sentiram que poderiam confiar em mim. Após a apresentação, sempre indagavam se eu era jornalista ou estudante de Direito. Quando explicava que estudava Ciências Sociais, que estava fazendo uma pesquisa para a faculdade e queria entender como funcionava o cartório, percebia um certo alívio das pessoas ao verem que não iria denunciar nada. Só então elas falavam abertamente sobre suas práticas e sobre a estrutura do cartório.

## A LEGALIZAÇÃO DOS DIREITOS – O DOCUMENTO CARTORIAL E O ESTABELECIMENTO DA ORDEM

Historicamente, os cartórios surgiram para dar autenticidade aos contratos entre as partes, nos quais se firmavam compromi-

sos, que lhes garantiriam, formalmente, os seus respectivos direitos.



Nos livros de Direito, o surgimento do cartório está relacionado ao aparecimento da escrita enquanto instrumento fundamental ao registro dos atos sociais, em oposição aos acordos firmados oralmente. A escrita se consolidou juridicamente, pois foi capaz de tornar explícito o que nem sempre era claro na comunicação oral, de modo que a existência do registro escrito era entendida como a garantia de uma única interpretação do pacto estabelecido.

O processo da escrita foi fundamental para o estabelecimento de um Estado burocrático,<sup>5</sup> que se caracteriza por uma administração especializada, onde as relações pessoais devem prevalecer.

Esta burocracia se opõe à “administração patrimonial” (FREUND, 1975) – que se define pela fusão entre as esferas privadas e públicas, onde a *honra*<sup>6</sup> das pessoas é considerada um critério importante na escolha dos funcionários, e a administração é baseada nas relações pessoais.

Segundo Stuart Schwartz (1979), a burocracia, tanto em Portugal quanto na Espanha, era caracterizada, no período colonial, pela presença de dois sistemas: o burocrático e o patrimonialista, o que também ocorreu na América Latina devido ao processo colonizador.

A presença de uma “burocracia letrada” (RAMA, 1985) serviu ainda como fator consolidativo na construção do Estado nos processos de dominação colonial, pois ajudou a suplantando a diversidade das línguas nativas através da adoção de uma língua pública oficial, que era utilizada em ceri-

mônias e no registro escrito de documentos.

A utilização da escrita por parte do Estado trouxe uma série de implicações para a vida social, representando um instrumento de controle das relações espaciais e temporais. Lawrence Rosen (1980-1981) ressalta que os cartórios são capazes de transformar acontecimentos em “fatos” à medida que os registram, pois ao registrar determinadas coisas, tal como a propriedade, o cartório passa a ter o poder de instaurar e controlar a ordem social.

O uso da escrita também serviu para formalizar a relação da sociedade com a lei, dando-lhe uma autonomia própria, tal como aos seus órgãos. Assim, a ordem jurídica organizou-se, especializou-se e se distanciou da sociedade.

As normas jurídicas já não residem na memória de qualquer indivíduo [...] mas podem ser literalmente enterradas em documentos a ser exumados apenas por especialistas na palavra escrita (GOODY, 1987, p. 165).

O surgimento dos “especialistas na palavra escrita” diz respeito, no campo jurídico, ao aparecimento daqueles que elaboram os códigos, dos que os interpretam, dos que os aplicam e dos que utilizam os “escritos jurídicos” para a regulamentação das ações e transações da sociedade. É o caso dos tabeliães e escrivães.

Ao analisar a organização do cartório, pude perceber que há o desenvolvimento de meios próprios de proceder, o surgimento de especialistas com uma



tradição própria da escrita, e, principalmente, um poder paralelo, que é o monopólio da gestão do patrimônio. Um exemplo muito significativo, que representa a exacerbação do poder que o registro escrito possui em nossa sociedade, foi publicado no *Jornal do Brasil* (11/4/92), numa reportagem que contava o caso de um artista que se tornara dono do Sistema Solar ao registrá-lo em seu nome no 1º Cartório de Notas de São José dos Campos. Apesar de achar engraçado, o tabelião substituto disse que não poderia deixar de registrá-lo, mesmo não acreditando que o documento fosse reconhecido pelas autoridades, pois sua função era apenas a de registrar o documento, e não garantir a veracidade de seu conteúdo. Mesmo sendo considerado absurdo, o registro foi realizado de acordo com os trâmites legais.

Para Angel Rama (1985), a palavra escrita é sempre acatada, mesmo que na realidade não seja cumprida, o que expressa que a palavra escrita não emana da vida social, mas lhe é imposta buscando seu enquadramento em um molde que nem sempre se adequava à realidade, é a tentativa de organizar a sociedade a partir dos documentos escritos (códigos,<sup>7</sup> contratos etc.).

O mundo do direito não equivale, pois, ao mundo dos fatos sociais. Para entrar no mundo do direito, os “fatos” têm que ser submetidos a um tratamento lógico-formal, característico e próprio da cultura jurídica e daqueles que a detêm (KANT DE LIMA, 1991, p. 24).

Ao realizar as suas atribuições, o cartório se utiliza dos mecanismos do “mundo do direito”, mas não se restringe apenas a

reproduzi-los. A observação do funcionamento do cartório é fundamental para o entendimento do sistema de resolução de conflitos da sociedade brasileira, pois, mesmo sendo considerado órgão auxiliar do Poder Judiciário, desempenha um grande papel no controle social através de seus métodos próprios, que produzem uma determinada ordem social em público, ao dirimir conflitos que teoricamente caberiam ao Poder Judiciário resolver.

A construção de uma classificação para os cartórios foi necessária para uma melhor compreensão de seu funcionamento, e, inclusive, de suas contradições. Para isso, utilizei como referência sua relação com o Estado e com “particulares”. Deste modo, tratarei dos cartórios de registros públicos que pertencem ao Estado e têm como função “fiscalizar” os atos dos cartórios não-oficializados ou cartórios “particulares” (que são uma concessão de serviço público), e também dos cartórios que acumulam funções.<sup>8</sup> Devo ressaltar que essa tipologia foi “construída” ao longo do trabalho de campo, segundo as informações dadas pelos entrevistados, e a comparação entre o que era dito, o que se dizia que era feito, e o que efetivamente era feito nos cartórios.

O Cartório de registros públicos<sup>9</sup> é uma instituição criada pelo Estado para servir de arquivo dos negócios realizados entre particulares, ou entre particulares e o Estado. O *registro* é a forma de perpetuar um acordo e oficializar a sua existência através de um documento. Deste modo, *registrar* em cartório significa *dar publicidade* aos atos praticados. Esta *publicidade* é a garan-



tia fundamental para assegurar a validade de um documento contra terceiros, pois no caso da existência de dois contratos tem validade aquele que tiver sido registrado primeiro, não sendo considerada a antiguidade do documento.

Para esclarecer, vejamos um exemplo dado por um entrevistado: uma pessoa “A” promete a venda de um imóvel a outra “B”, posteriormente, “A” faz uma promessa de compra e venda com a terceira pessoa “C”. “A” e “B”, e “A” e “C” lavram estas promessas em tabeliões diferentes, assegurando a posse da coisa, mas apenas “C” foi imediatamente registrá-lo no Cartório de Registro de Imóveis, o que assegurou o domínio da propriedade. Quando “B” foi registrar o imóvel, constatou que “C” era seu novo proprietário, e que ele havia sido lesado por “A”.

Neste caso, “B” poderia mover uma ação contra “A” para ressarcir-se do dano, mas não recuperaria o domínio da coisa, já vale o que foi registrado. Poderia também garantir que foi o outorgante (aquele que prometeu um direito) quem lesou uma das partes. Nesse sistema, o tabelião não teria nenhuma responsabilidade, pois sua função é apenas legalizar o acordo, e não verificar a autenticidade de informações.

A ação fiscalizadora do Cartório de Registros Públicos ocorre quando não é uma mesma pessoa que ocupa as funções de tabelião e titular do cartório. Muito embora isto ocorra com alguma frequência, principalmente em cidades do interior,<sup>10</sup> esta é uma das grandes causas de fraudes.

O cartório “particular” ou não-oficializa-

do, isto é, uma forma de gestão indireta dos serviços públicos, visto que o Estado continua a ser o titular do serviço, mas o entrega a um particular que arca com “os riscos econômicos” da instituição. No cartório “particular”, o recolhimento é feito na conta do titular, que administra o dinheiro para manter o cartório. Ao contrário, nos cartórios oficializados, o recolhimento das custas é feito diretamente ao Estado, e seus funcionários são funcionários públicos.

Para a concessão, é necessário um acordo prévio entre o Governo e o concessionário, para estabelecer as condições do funcionamento da instituição. Estes regulamentos visam garantir que os serviços sejam prestados conforme as condições impostas pelo Governo, que pode consentir que o concessionário os altere, e também pode fazê-lo, unilateralmente, se o desejar. O Governo possui também o poder de sancionar ou corrigir atos do concessionário, e até de anular a concessão, se este não agir conforme o estabelecido no contrato.

Tradicionalmente, segundo o direito administrativo, a concessão de serviços públicos é usada como uma forma típica de exploração de serviços nos estados liberais, contrários à interferência direta do Estado na organização da sociedade e da economia. No Brasil, entretanto, este tipo de negociação está atrelado à necessidade do Estado em criar ou manter esta interferência, quando já existem relações mais “cordiais” entre o Estado e a “sociedade”, ou melhor, entre os governantes e uma fração da sociedade, a quem sempre os governantes devem favores.

De acordo com a tradição, narrada pelos entrevistados, como forma de agradecimento, presenteava-se com uma concessão de cartório. Deste modo, assegurava-se lealdade e gratificavam-se os bons serviços. Isso sempre constituiu um eficaz modo de controle político, pois quem concede direitos de exploração como se estivesse dando um presente quer defender seus próprios interesses.

Um entrevistado ressaltou que, no princípio, a concessão era uma espécie de título hereditário, que com a morte do titular passava para seus herdeiros. Com o tempo, esse processo foi sendo criticado por um discurso moralizador do serviço público, o que fez com que a hereditariedade fosse substituída pela ascensão profissional. Porém isso não alterou totalmente a tradição, pois os titulares começaram a empregar seus parentes como escreventes, e estes, pela progressão funcional, chegavam ao posto de titular, assim sendo, a hereditariedade no cartório estava assegurada.

O cartório particular encerra uma contradição entre a concepção do que representa a concessão de serviços num discurso liberal e a sua efetiva prática, como demonstra-nos o exemplo dado por um entrevistado:

O titular do cartório particular é uma escolha do governador. Então vão três nomes: o mais antigo, o mais graduado e o que tem mais pontuação. Quando o governador [...] fez a reclassificação, eu tinha mais pontos do que o tabelião e o substituto. Mas daquela lista o governador escolheu simplesmente um outro qualquer, sem ser o mais antigo,

sem ser o melhor colocado. Ele não respeitou. E isso é feito de uma maneira em que sempre favorece determinadas coisas. Eles sacramentam a ilegalidade.

Na realidade, o “modelo liberal” não é rigorosamente seguido, pois não se respeita o primado da impessoalidade. Ao contrário, o discurso liberal sofre um processo de transformação e é usado para camuflar os favores pessoais, sempre utilizando subterfúgios para parecer dentro do discurso legal e universal. O exemplo relatado acima exemplifica o quanto a sociedade brasileira é marcada por redes de relações pessoais, que são instrumentos utilizados muitas vezes para se chegar ao poder.

A tentativa de conciliação de interesses opostos pode também ser demonstrada pela existência de cartórios que possuem mais de uma função, como é o caso do cartório do 10º Ofício de Niterói, que acumula as funções de tabelionato e escrivania. É necessário, portanto, fazer uma diferenciação entre as funções do tabelião e do escrivão.<sup>11</sup> Segundo os entrevistados, tabelião é aquele que lavra escritura, procuração, testamento; escrivão é aquele que escreve processo. Devo ressaltar as categorias utilizadas por um entrevistado ao estabelecer a diferenciação entre as funções:

Existe uma diferença entre os cartórios judiciais e não-judiciais. Os judiciais lidam com processos, e os não-judiciais cuidam de atividades que não precisam do judiciário, por exemplo, as escrituras, procurações, testamentos.

No direito brasileiro, a instituição do tabelionato é, ainda hoje, com apenas





algumas modificações, como era no período colonial, no que se refere à definição do ofício e suas atribuições.<sup>12</sup>

O tabelião é um titular do ofício de justiça, que dá *fé pública*<sup>13</sup> aos atos que lhe competem, segundo a lei. Ele declara o que aconteceu perante sua presença e das testemunhas, não garantindo que o conteúdo das informações é verdadeiro, mas sim, que estas ocorreram conforme o estabelecido pela lei.

As funções do tabelião não se limitam a ouvir as declarações das partes, reduzi-las a escrito e colher as assinaturas dos pactuantes e das testemunhas. Exerce ele *verdadeiro poder de polícia*,<sup>14</sup> ao indagar da capacidade das pessoas que o procuram para esses atos, ao querer saber dos aspectos legais das cláusulas ou condições contratuais, ao perquirir da licitude do objeto [...], e alta responsabilidade, uma vez que é *depositário da confiança do Estado e do público*, não que fiquem envolvidas por artimanhas ou ilegalidades (OLIVEIRA, 1962, p. 87, grifos nossos).

Segundo um entrevistado, o tabelionato funciona como um comércio como outro qualquer onde se tem de lutar pelos *clientes*.

No tabelionato você tem que ter boas relações. Veja, eu tenho um amigo que tem uma empresa imobiliária, uma empresa construtora que vai botar um edifício para vender. O edifício tem 80 apartamentos, são 80 escrituras. Então eu trabalho aquilo para mim.

Mas, segundo os funcionários, neste comércio só quem ganha é o tabelião e o substituto, pois eles ficam com todos os trabalhos que dão lucro. Por exemplo:

Os inventários ficam quase sempre no nome do tabelião, ele não distribui para ninguém, afinal os inventários rendem muito porque têm muitas certidões, essas coisas...

Já na escritania, a distribuição dos processos é, teoricamente, feita pela ordem de entrada, mas, conforme nos disse um entrevistado, isso pode ser alterado, dependendo da situação, para beneficiar o funcionário, ou para beneficiar o advogado. Vejamos os exemplos dados a respeito:

Há uma distribuição dentro do cartório então nós somos cinco, você fica com o processo de final 1, o outro com 2 e 3, assim por diante. Quando você faz a autuação, o processo recebe um número *na ordem*, então todo aquele final vai ficar com fulano, que fica tomando conta do processo. Mas, às vezes, vem pela ordem e o camarada só pega justiça gratuita, e o outro pegou vários inventários. Então, a gente conversa e troca os processos para que o outro possa ganhar um pouquinho.

Na 3ª Vara Cível, tem uma juíza durona, então todo advogado quer que o processo vá para lá. A distribuição entre varas é por sorteio, mas nem sempre é assim, pois o advogado pede, dá um dinheiro, então é o "*dez por onde*".

A idéia de que o tabelionato é um comércio como outro qualquer nos dá a impressão de que tudo é permitido, não há regras na distribuição do trabalho. Já em relação à escritania, percebemos claramente que existe uma regra explícita, que é a ordem de entrada do processo, mas que essa regra pode ser flexível, dependendo da situação e da pessoa. Nos casos relatados, podemos observar que as regras foram ignoradas para beneficiar tanto aos

próprios funcionários, quanto para atender à vontade de clientes.

Esta diferenciação é fundamental, pois permite explicitar que uma mesma instituição lida, ao mesmo tempo, com dois tipos de relações sociais distintas uma dentro da própria sociedade, outra entre a sociedade e o Estado, representado aqui pelo Judiciário. E cabe ao cartório “resolver” os conflitos que advêm dessa dupla função.

Este aspecto merece especial atenção porque, segundo os advogados, principais usuários de cartórios, esta dupla função é responsável por uma série de problemas, pois uma mesma pessoa lida ao mesmo tempo com interesses distintos, isto é, o titular do cartório, ao exercer o papel de tabelião, é responsável pela “tutela administrativa dos interesses privados” (RIBEIRO, 1955) e, ao assumir as atribuições de escrivão, responsabiliza-se pelo andamento de processos judiciais. O risco dessa dualidade é a não-garantia da observância dos sigilos processuais, o que coloca em risco a “neutralidade” da Justiça.

## AS PRÁTICAS CARTORIAIS – A RECIPROCIDADE E O PODER NA BUROCRACIA

Um velho escrivão, aqueles livros empoeirados, grandes volumes de papéis amontoados e toda uma burocracia, pronta a complicar a vida do usuário (SIVIERO, 1983, p. 9).

Qualquer pessoa que já tenha ido a um cartório pôde verificar que o estereótipo apresentado na epígrafe acima se assemelha bastante à realidade. Dentro deste quadro, pode-se imaginar o caos que representa “pedir uma informação sobre um processo”. A confusão é tanta, que não é raro não se encontrar o processo.

Quando um advogado, ou uma pessoa qualquer, deseja informações sobre um processo em andamento vai ao cartório. Com o número do processo, pede ao funcionário para verificar o que consta na *ficha*. A *ficha* é o controle do cartório, todas as informações sobre o pro-

cesso constam, ou deveriam constar, das fichas. Entretanto, por erro ou esquecimento,<sup>15</sup> às vezes, as informações não estão à disposição. Por isso, é prática comum dos advogados “pedirem para ver o processo”, para conferir se os dados do processo coincidem com os dados da ficha. Como isso representa uma “perda de tempo”, os cartórios são caracterizados pelos advogados como uma “burocracia de balcão”, pois são “obrigados” a verificar o processo encostados ao balcão, apenas aos que são “conhecidos” é permitida a regalia de fazê-lo em seus escritórios.

A observação do funcionamento do cartório permite supor que a esta aparente desorganização se sobrepõe algum tipo de lógica, à qual só tem acesso os funcionários. Isto os torna absolutamente indispensáveis, pois, sem eles, a burocracia simplesmente não funciona.



O funcionamento do cartório, portanto, só é possível quando algum tipo de vínculo não-oficial se estabelece entre o usuário e o funcionário, criando-se uma relação de intimidade. Somente assim ocorre a circulação da informação. É preciso saber a quem se dirigir para se obter as informações desejadas, é preciso saber com quem se está falando.

O cartório, cuja função seria dar publicidade aos documentos que mantém sob sua guarda, acaba por se transformar, devido a este processo, em uma instituição possuidora e manipuladora de informações, sendo necessária uma “informação especial”, isto é, uma relação personalizada, para se obter uma informação ou um serviço que, a rigor, deveria ser público.

Este processo define o tipo de troca,<sup>16</sup> pois, se o funcionário do cartório não presta um serviço, mas sim, faz um *favor*, isto implica uma forma de agradecimento:

que pode ser um presente, um convite para uma cerveja e, também, o pagamento em espécie. Isso ocorre quando o funcionário diz que será necessário o pagamento de uma taxa adicional, ele sempre alega que é para outra pessoa, mas quase sempre o dinheiro é para ele mesmo.

A primeira aproximação do usuário e do funcionário pode ser mediada por indicação de terceiros, o que sempre é uma boa referência, pois o usuário deixa de ser um “anônimo” para ser “o conhecido de fulano”, o que já garante um melhor atendimento.<sup>17</sup> Este fato é importante, porque representa a diferenciação da pessoa no meio social, o que significa o fim do ano-

nimato e o início de uma alteração da hierarquia social.

O nome de quem pede o serviço, quando envolvido por um certo prestígio familiar, pode significar um caminho aberto sem a intermediação explícita do tradicional Q.I. (quem indica) que, entretanto, em outros casos, é extremamente necessário e útil.

Conforme o prestígio, essa aproximação pode representar um adiamento no prazo ou um desconto significativo nos custos adicionais ou, usando a linguagem cartorial, nos custos por fora, CPF.<sup>18</sup> O prestígio do usuário não está necessariamente relacionado a sua situação econômica, mas sim ao valor moral que a amizade possui na sociedade brasileira. Esta é tão importante que supera o postulado da igualdade dos homens perante a lei, conforme expressa o dito popular: “Aos amigos tudo, aos inimigos a lei.”

No caso, realmente aos amigos tudo é possível, até burlar os mecanismos legais de um serviço, o cumprimento dos prazos oficiais, tudo é esquecido em função da amizade. Mas quando não se é um inimigo (pois, segundo este critério, certamente não se conseguiria o que deseja), porém apenas um desconhecido, um cidadão comum, sem um prestígio pessoal e sem amigos no cartório, só resta “penar” sob o juízo da lei, e esperar que os prazos e taxas oficiais sejam respeitados. Ou, então, apelar para o “bom senso” e tentar o tradicional “jeitinho”.

A forma como se pede o *favor* é fundamental. Segundo depoimentos, é necessário muito tato, demonstrando interesse pelo

serviço e pela pessoa a quem se vai pedir o favor. Nunca se deve oferecer diretamente dinheiro, mas sim, alguma coisa que possa ser trocada por esse serviço. O favor é fundamental em nossa sociedade, pois é o meio de burlar as normas burocráticas impessoais que caracterizam o serviço público, a fim de se conseguir aquilo que se deseja.

A burocracia é vista em nossa sociedade como um aspecto negativo do serviço público, que só existe para atrapalhar ou, como se diz em linguagem cartorária, “criam-se dificuldades para vender facilidades”. Deste modo, as brechas existentes na legislação são sempre utilizadas para burlar a mesma. Como afirmou um entrevistado:

O sistema cartorário é cheio de regras, mas há o jogo de interesses dos advogados. Eles aplicam todos os golpes, mas às vezes é dentro do direito dele. Por exemplo: a organização permite que ele leve o processo para “vista”, mas ele tem o prazo para devolver, e ele simplesmente não devolve. Então você entra com um mandado de busca e apreensão, mas isso leva um ano, e ele fica com o processo esse tempo todo. Tem advogado que só trabalha em cima dessas coisas.

Na verdade, os “jeitinhos” ou “favores” podem servir tanto para adiantar quanto para atrasar o andamento do processo, isso depende, apenas, da relação existente entre o funcionário e o advogado, ou até do funcionário e da “parte”. Essa relação pode ser baseada apenas na amizade, mas também pode ser originada pelo dinheiro.

O escrevente tem na mão o “poder de agilizar” e o “poder de retardar” o andamento do processo, na realidade, ele lida com duas coisas preciosas em nossa sociedade: a informação e o tempo. Segundo um entrevistado, o grande poder do escrevente é que ele conhece os dois advogados:

O escrevente leva uma vantagem, ele conhece os dois advogados. Eles comentam com você aquilo que pretendem fazer. Há um *segredo*, mas é um segredo muito vago. Você pode não fazer uso dele, mas pode fazer<sup>19</sup> (grifos nossos).

Dentre as formas de “atrasar” um processo, é interessante destacarmos o *embargo de gaveta*. Para defini-lo, vejamos um exemplo:

Tem advogado que pega uma ação de despejo e diz para o cara dar para ele um tanto por mês. O camarada paga a metade do aluguel, e ele não avança com o processo. Daquele dinheiro que ele recebe, ele dá para o escrevente a metade, e o escrevente faz o *embargo de gaveta*. É o embargo mais perigoso que existe, porque o camarada guarda o processo e ninguém mais bota os olhos em cima.

Uma outra forma citada de atrasar o processo é provocar a perda dos prazos:

O cara não tem cuidado, ele marca a audiência para o dia 25 de dezembro, quando chega o dia é feriado, então tem que marcar outra data, aí ele vai marcar em junho do ano seguinte. Isso não é preguiça de procurar não, há interesse de você fazer do processo um pula-pula. O juiz também tem interesse em que o cartório demore, se não acumula muito trabalho para ele.



Dei um destaque maior à forma como se atrasam os processos, porque acredito que esses mecanismos possam ajudar a entender um pouco melhor o porquê de a Justiça ser considerada lenta.

A transformação da prestação de um serviço em uma dívida estabelece a “legalização” do princípio da troca: dar, receber e retribuir se tornam, assim, obrigações sociais. O entendimento deste mecanismo é fundamental para a interpretação dos códigos estabelecidos pela sociedade brasileira, em que a hierarquia é dissimulada pelos valores de amizade, confiança generosidade, em que o “conhecimento”<sup>20</sup> se transforma em um critério classificatório da sociedade.

Numa relação de troca, a dívida não representa apenas um agradecimento descompromissado, ao contrário, representa a oficialização do compromisso entre quem dá e quem recebe, significando a continuidade do vínculo estabelecido, pois o presente nunca “paga” um favor prestado.

No fundo, da mesma forma como essas dívidas são livres, elas não são desinteressadas. São já contraprestações, em sua maioria, e feitas tendo em vista não somente o pagamento de serviços e coisas, mas também a manutenção de uma aliança proveitosa e que não pode ser recusada (MAUSS, 1974, p. 173).

O estabelecimento do vínculo, a partir da dívida, e a idéia da contraprestação como base da aliança remetem ao surgimento de uma outra categoria. A idéia de cliente aparece como resultado de um processo,

construído por ambas as partes, através do qual uma pessoa passa a se distinguir das demais, em função de uma atenção especial que ela destina a um funcionário e dos privilégios que recebe quando necessita de algum serviço.

A *clientela* dos cartórios é, basicamente, formada por advogados, que utilizam mais constantemente estes serviços e, por isto, merecem um tratamento diferenciado, desigual.<sup>21</sup>

A personalização das relações chega ao ponto de em alguns cartórios existirem funcionários responsáveis por determinados processos. Dizem os funcionários que a distribuição é feita pelo número de entrada do processo. Por exemplo, o primeiro processo fica com o funcionário “A”, o segundo, com o funcionário “B”, e assim sucessivamente. A rigor, esse procedimento serviria para evitar o “tráfico de influência” nos cartórios o que, na opinião de um entrevistado, nem sempre acontece:

É possível se dar um jeito e conseguir que o processo fique com aquele funcionário que já se conhece, que já é amigo. Mas também acontece de cair com alguém que não goste de você, aí é terrível, porque a gente sabe que vai ser difícil de conseguir alguma coisa.

No cartório, o acesso às informações só se concretiza após a identificação das pessoas que devem, de alguma forma, ter acesso a elas, apesar de, teoricamente, esta instituição ter como função dar publicidade àquilo que mantém sob domínio.<sup>22</sup>

A diferenciação de tratamento surge a partir da diferenciação entre as “pessoas”:

aquelas que, por laços de amizade e solidariedade, merecem uma atenção especial, e os “indivíduos” que, por serem entidades anônimas, são merecedoras das regras, também abstratas e impessoais.

Esta dicotomia entre pessoa e indivíduo<sup>23</sup> representa a existência de dois sistemas sociais distintos, a que cada uma dessas categorias corresponde: holismo – pessoa/individualismo – indivíduo.

Estes dois sistemas, embora bastante distintos, estão presentes na sociedade brasileira: o primeiro é expresso pela estrutura hierárquica da sociedade; o segundo está presente nos mecanismos universalizantes da legislação e da economia de mercado.

Como resultado dessa característica dual da sociedade brasileira, o conflito entre modernidade e moralidade se torna mais explícito, e a explicitação do confronto entre modernidade e moralidade é fun-

damental para que sejam discutidos os problemas causados pelos sistemas de valores sociais.

Tudo leva a crer, então, que as relações entre a nossa “modernidade” – que se faz certamente dentro da égide da ideologia igualitária e individualista – e a nossa moralidade (que parece hierarquizante, complementar e ‘holística’) são complexas e tendem a operar num jogo circular. Reforçando-se o eixo da igualdade, nosso esqueleto hierarquizante não desaparece automaticamente, mas reforça-se e reage, inventando e descobrindo novas formas de manter-se (DA MATTA, 1983, p. 156).

A explicitação deste conflito não significa a destruição do princípio da hierarquia, ao contrário, representa a forma encontrada pela sociedade para a manutenção da coexistência dos dois sistemas de valor. Isto representa um problema para a Antropologia, pois a construção da “identidade brasileira” está relacionada ao modo como a sociedade resolve e representa esta contradição.

## CONCLUSÃO

Com esta pesquisa, tentei compreender como uma determinada instituição, o cartório, cuja função é dar publicidade aos documentos que mantêm sob o seu domínio, o faz na prática.

Conforme pude observar durante o trabalho de campo, a organização burocrática do cartório nada tem a ver com a burocracia de que Weber (1979) trata, pois em vez de baseada na igualdade perante a lei,

a organização cartorária é fundamentada no tratamento diferenciado dos casos, no privilégio concedido a alguns de serem atendidos de modo distinto dos demais. O sistema judiciário brasileiro, assim como outros setores da administração pública, são caracterizados pela coexistência das formas patrimonial e burocrática de organização.<sup>24</sup> Este tipo de procedimento tem a ver, segundo a nossa hipótese, com uma tradição ibérica, onde os domínios públi-



co e privado se confundem, onde o “pessoal e o individual estão presentes de forma implícita na produção, guarda e colocação em circulação do saber e de seus objetos (livros, documentos públicos, registros de propriedade etc.)” (KANT DE LIMA, 1991a). Assim sendo, as relações de favor não significam uma negação da cidadania, mas sim uma outra forma através da qual ela se constrói em nossa sociedade, visto que “não há indicação de que as relações contratuais sejam liberadoras da cidadania” (MOURA, 1988, p. 202)

Por esses motivos, as práticas cartoriais de manipulação de informações não são apenas uma mera técnica de *armazenamento* de dados, mas sim constituem um poderoso mecanismo de controle, à medida que não tornam universalmente público o que mantém sob sua guarda. Durante o levantamento bibliográfico para esta pesquisa, constatei que esta estrutura não era exclusiva do cartório. Considerei, então, que ela poderia estar presente em outras instâncias de produção e consagração da verdade em nossa sociedade, podendo ser também estendida às bibliotecas e aos arquivos públicos, locais mediadores ao acesso às informações,<sup>25</sup> visto que as suas respectivas práticas de *armazenamento* de informações em muito se assemelham às dos cartórios.

Com relação à técnica de *armazenamento* das informações, existe atualmente um discurso favorável à modernização do sistema. A informatização surge como o instrumento capaz de resolver todos os problemas relativos à circulação da informação. Porém, na sociedade brasileira, é preciso se destacar um aspecto, fundamental

para a compreensão da circulação das informações: a apropriação privada da informação que transforma as pessoas em “donos do saber”.

A idéia de que o uso dos computadores acabaria com essa apropriação do saber não é adequada, pois não considera que a lógica do sistema permite que as pessoas se tornem as únicas detentoras do conhecimento, que a circulação do saber seja dependente da “boa vontade” dos que o detém. De modo que a informação só entrará no arquivo do computador se o funcionário quiser, já que, como disse um entrevistado: “nem tudo pode ser digitado senão todo mundo vai ter acesso”.

Esta afirmação pode ser a síntese da idéia que permeia este trabalho: a circulação da informação não depende, apenas, da técnica de armazenamento ou do modo como se organizam os dados, ela depende, principalmente, das tradições culturais envolvidas. Assim, não basta apenas informatizar os dados para que essa lógica seja alterada, é preciso que essas práticas “privatizadoras” sejam explicitadas e discutidas.

A utilização de atos “fora-da-lei” (os jeitinhos, os custos por fora) pelos funcionários dos cartórios é interpretada por uns como desvio da moral, originada pelas más condições de trabalho e os baixos salários. Porém, outros acreditam que o que fazem é bom, pois eles têm boa vontade em ajudar a quem precisa.

Este tipo de análise, fundada no senso comum da sociedade, remete a causa das

ações sociais ao caráter individual (atributo pessoal), não permitindo perceber que a lógica dessas ações transcende os limites destas transações, pois está implícita na própria organização da sociedade, na dificuldade da alteração de uma estrutura fortemente hierarquizante, mas que constrói uma representação igualitária de si mesma.<sup>26</sup>

O aspecto individual pode contribuir muito como elemento onde se materializam (mas não surgem) as estruturas e as representações da sociedade. Porém, ele não pode ser utilizado como instrumento para a explicação de fatos sociais, pois, certamente, provocará uma visão limitada da complexidade deste sistema simbólico.<sup>27</sup>

## NOTAS

<sup>1</sup> Agradeço à professora Laura Graziela F. F. Gomes e ao professor-orientador Roberto Kant de Lima, que muito contribuíram para este trabalho com seus comentários e críticas, isentando-os, no entanto, de quaisquer erros que porventura permaneçam no texto. Agradeço também aos funcionários dos Cartórios do 10º Ofício de Niterói, do 4º Ofício da 3ª Vara Cível, da 1ª Vara de Família do Fórum de Niterói e 11º Cartório de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro, bem como aos demais entrevistados pela atenção dispensada.

<sup>2</sup> Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no Concurso Vasconcellos Torres de Iniciação Científica da UFF, no ano de 1992, tendo obtido o 3º lugar (MIRANDA, 1993).

<sup>3</sup> A categoria tradição é entendida aqui como “sistema de significação que empresta sentido às práticas e representações de um determinado grupo” (KANT DE LIMA, 1989, p. 65).

<sup>4</sup> É interessante destacar o papel que os intermediários exercem na sociedade brasileira, ver Da Matta (1987).

<sup>5</sup> Sobre a relação da escrita e burocracia, ver Goody (1987).

<sup>6</sup> A honra (PITT-RIVERS, 1992) está ligada por definição ao exercício de um poder pessoal que contribui para a diferenciação e compartimentação da sociedade.

<sup>7</sup> A idéia de código remete à noção de um conhecimento privativo, que ao ser decifrado torna-se público (KANT DE LIMA, 1991).

<sup>8</sup> Sobre a história dos Cartórios ver Oliveira (s.d.), Ribeiro (1955), Serpa Lopes (1947) e Siviero (1983).

<sup>9</sup> O Cartório de Registros Públicos se divide em Registro Civil das Pessoas Naturais, Registro de Imóveis, Registro Civil das Pessoas Jurídicas e Registro de Títulos e Documento.

<sup>10</sup> É o caso do Cartório do 10º Ofício de Niterói.

<sup>11</sup> Sobre tabelionato ver Oliveira (s.d.) e Ribeiro (1955).

<sup>12</sup> Sobre tabelionato no período colonial ver Schwartz (1979).

<sup>13</sup> A *fê pública* representa a autoridade de uma atestação. Através de uma assinatura com *fê pública*, o Estado impõe a certeza de que um determinado documento possui valor. A assinatura com *fê pública* representa um compromisso com a honra, posto que a escrita de um documento é declaratória, ou seja, tem um caráter pessoal, ver Lefebvre (1992).

<sup>14</sup> Sobre a comparação entre cartório e polícia, ver Kant de Lima (1989).

<sup>15</sup> O “esquecimento” nem sempre é apenas uma falha de memória, muitas vezes está comprometido com outros fatores. Segundo os funcionários, as informações não constam da ficha devido ao excesso de trabalho. Porém, segundo os advogados, a ausência das informações pode representar um “boicote”, pois, em alguns casos, isso pode representar a perda de prazos e a paralisação do processo, ver Le Goff (1984) e Leroi-Gourhan (1986).



<sup>16</sup> Sobre as relações de troca, ver Mauss (1974, v. 2).

<sup>17</sup> É o aparecimento do nome como elemento diferenciador no meio social, tal com se refere Mauss (1974).

<sup>18</sup> É interessante observar a utilização da sigla CPF, que é um documento necessário à identificação da pessoa física na sociedade brasileira, para a denominação da cobrança de um serviço. Isto representa a dissimulação de uma atitude que é comum na prática cartorária, mas que não pode ser explicitada. Por isso, a utilização de um código que só é conhecido pelas pessoas envolvidas na transação.

<sup>19</sup> Segundo Lefebvre (1992), o segredo profissional está vinculado à honra da corporação e, então, sua violação pode acarretar a descrença na instituição.

<sup>20</sup> A categoria “conhecimento” é usada, aqui, no sentido do estabelecimento de relações pessoais, na utilização da intimidade como atenuante, ou não, das diferenças sociais.

<sup>21</sup> Um funcionário entrevistado se recusou a usar a categoria *cliente*, dizendo que o cartório não os tem. Porém, verificamos que normalmente esta categoria é usada tanto por funcionários, quanto pelos usuários, que se identificam como clientes do cartório.

<sup>22</sup> A necessidade de personalização também foi observada nas práticas de manipulação das informa-

ções das bibliotecas, onde as dificuldades de obtenção de informações sobre bibliografias e acesso aos livros só são superadas, na maioria das vezes, com o estabelecimento de um vínculo pessoal entre o bibliotecário e o pesquisador. Isto pôde ser verificado durante o levantamento bibliográfico para esta pesquisa em diversas instituições: Biblioteca Nacional, Biblioteca Euclides da Cunha, Biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa, Biblioteca do Fórum do Rio de Janeiro, Biblioteca Municipal de Niterói, Biblioteca da Faculdade de Direito da UFF.

<sup>23</sup> Para a diferença entre indivíduo e pessoa, ver Da Matta (1983) e Dumont (1985).

<sup>24</sup> Sobre a coexistência do patrimonialismo e da burocracia no Brasil, ver Schwartz (1979).

<sup>25</sup> Sobre etnografia das bibliotecas, ver Rocha Pinto (1991).

<sup>26</sup> A igualdade tem significados distintos em sociedades hierárquicas e em sociedades individualistas. Na primeira, ela se fundamenta na semelhança, ou seja, os indivíduos são iguais porque são semelhantes; na segunda, é fundamentada na diferença, deste modo, os indivíduos são iguais, porque são diferentes. (KANT DE LIMA, 1991)

<sup>27</sup> Sobre os sistemas simbólicos, ver Bourdieu (1989).

## ABSTRACT

*Based on the ethnography of the Registry's functions realized in two cities, Niterói and Rio de Janeiro, this article discuss how an apparent disorder can disclose a private tradition, which only the notaries can perceive. The ways of writing and the document's preservation solidifies a parallel power. This process changes the service into a gift, which to give, to receive and to reward are the rules that guarantees the service's quality.*

*Keywords: Registry, public's documents, information, gift*

## REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa; Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989 (Coleção Memória e Sociedade).
- BRAUDEL, Fernand (Org.). *Os homens e a herança no Mediterrâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: por uma sociologia do dilema brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- \_\_\_\_\_. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.
- DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.
- GOODY, Jack. *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa: Edições 70, 1986. (Coleção Perspectiva do Homem, 28).
- KANT DE LIMA, Roberto. *Do Cartório à Academia, da Religião à burocracia: práticas de produção, reprodução e conservação da verdade em uma perspectiva comparada (Brasil/EUA)*. 1991a. Relatório apresentado ao CNPq.
- \_\_\_\_\_. *Ordem pública e pública desordem: modelos processuais de controle social em uma perspectiva comparada (inquérito e Jury system)*. *Anuário Antropológico*, Brasília, DF, n. 88, p. 21-44, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p. 65-84, jun., 1989.
- \_\_\_\_\_. *A polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- LEFEBVRE, Bruno. O dinheiro e o segredo: degradações e recomposições. In: CZECHOWSKY, Nicole (Org.). *A honra: imagem de si ou dom de si: um ideal equívoco*. Porto Alegre: L & PM, 1992 (Série Éticas).
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: *ENCICLOPÉDIA Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. v. 1.
- LEROI-GOURHAN, André. A memória em expansão. In: \_\_\_\_\_. *O gesto e a palavra*. Lisboa: Edições 70, [1986]. v. 2 (Coleção Perspectivas do Homem).
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção do "Eu". In: \_\_\_\_\_. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU: EDUSP, 1974. v. 1.

\_\_\_\_\_. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca em sociedades arcaicas. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. v. 2.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Cartórios: onde o público tem registro. In: KANT DE LIMA, R. (Org.). *Do Cartório à Academia: da religião à burocracia. Cadernos do ICHF*, Niterói, n. 58, 1993.

MOURA, Margarida Maria. *Os desertados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. (Coleção Corpo e alma do Brasil).

OLIVEIRA, Lourival de. *Funções do tabelionato de notas e do registro de imóveis com relações a hipoteca*. São Paulo: Ed. e Gráfica Técnica, [s.d.].

PERISTIANY, John G. Honra e Vergonha numa aldeia cipriota de montanha. In : \_\_\_\_\_. (Org.). *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrâneas*, 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1988.

PITT-RIVERS, J. A doença da honra. In: CZECHOWSKY, Nicole (Org.). *A honra: imagem de si ou dom de si: um ideal equívoco*. Porto Alegre: L & PM, 1992 (Série Éticas).

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RIBEIRO, Zeferino. *O tabelionato*. São Paulo: Freitas Bastos, 1955.

ROCHA PINTO, Paulo G. H. Práticas acadêmicas e tradição inquisitorial. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PRÊMIO UFF VASCONCELLOS TORRES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2., 1992, Niterói. *Anais...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1992.

ROSEN, Lawrence. Equity and discretion in a Modern Islamic Legal System. *Law and Society*, v. 15, no. 2, p. 217-245, 1980-1981.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979 (Coleção Estudos, 50).

SERPA LOPES, Miguel Maria. *Tratado de registros públicos*. 2. ed. Rio de Janeiro: A Noite, 1947.

SIVIERO, José Maria. *Títulos e documentos e pessoa jurídica: seus registros na prática*. São Paulo: [s. n.], 1983.

WEBER, Max. Burocracia. In \_\_\_\_\_. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.





# DO PEQUI À SOJA: EXPANSÃO DA AGRICULTURA E INCORPORAÇÃO DO BRASIL CENTRAL

ANTÔNIO JOSÉ ESCOBAR BRUSSI\*

*O artigo discute a incorporação da região Centro-Oeste do Brasil, a partir da evolução e transformação da forma de interação que desenvolveu com o ambiente econômico brasileiro. O estudo mostra que a incorporação da região não seguiu uma trajetória linear. Ela ocorreu a partir de saltos, induzidos pelo tipo particular de conexão que o Brasil desenvolvia com a economia-mundo capitalista. É possível identificar três desses momentos particulares. Foram eles: 1) a crise de 1913 e a Primeira Grande Guerra; 2) a crise dos anos 1930 e a Segunda Guerra Mundial, e 3) a crise dos anos 1960 e as dificuldades nas contas externas do país a partir do início dos anos 1970. Em todos esses momentos o Centro-Oeste estreitou seus laços com a economia-mundo através da expansão da produção agrícola. A integração econômica da região funcionou como uma reação do país às dificuldades econômicas. Desse modo, o Brasil tem utilizado seu território inexplorado, sua reserva de natureza, para enfrentar e tentar superar dificuldades econômicas.*

*Palavras-chave: ocupação, colonização, economia-mundo.*

*“Visitei Goiânia em 1937. Uma planície sem fim, que tinha algo de terreno baldio e campo de batalha... de boa vontade chamaríamos bastião da civilização... não num sentido figurativo mas direto, que adquiria assim um valor singularmente irônico. Pois nada podia ser tão bárbaro, tão desumano, como essa iniciativa no deserto.”*

*C. Lévi-Strauss – Tristes trópicos*

*“Porque não há mais florestas em Minas.” (Migrantes mineiros, no início dos anos 1940, respondendo por que haviam mudado para as mediações de Goiânia).*

*Luís Estevam – O tempo das transformações*

\* Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília.

## INTRODUÇÃO

Os estudos que tratam dos movimentos de ocupação das novas terras da região Centro Oeste (CO)<sup>1</sup> invariavelmente têm procurado vincular as primeiras etapas daquela expansão aos estímulos que se dinamizavam para além das fronteiras do estado de São Paulo, emanados pelo crescimento da economia cafeeira e por seus desdobramentos industrializantes, a partir do final do século XIX. Com isso, o desenvolvimento dos primeiros encadeamentos mercantis, das primeiras regularidades produtivas e comerciais organizadas no CO (especialmente naquelas regiões fronteiriças mais próximas do sul de Mato Grosso e de Goiás) se teria organizado para satisfazer necessidades da expansão da “economia” paulista, nessa época fortemente comprometida com a produção, beneficiamento, comercialização, transporte e exportação de café.<sup>2</sup> Essa interpretação em nada se altera caso se inclua uma intermediação de atividades mercantis localizadas no Triângulo Mineiro (Uberaba, Uberlândia e Araguari), pois também o que ali ocorria se dava como conseqüência de impulsos provindos de São Paulo. Desse modo, o que está sendo afirmado nessas argumentações é que o dinamismo e a crescente diversificação e complexidade da economia cafeeira atuavam como indutores de um processo de especialização regional em sua periferia mais imediata, ao mesmo tempo em que traziam aquelas novas ter-

ras à órbita do capitalismo em operação em São Paulo.

O propósito do presente trabalho é o de demonstrar que a expansão da economia paulista – expansão e diversificação da cafeeira e da industrialização durante a primeira metade do século XX – e o crescimento de uma economia “nacional” progressivamente integrada a partir da Segunda Guerra Mundial tiveram menos importância do que convencionalmente se atribui para o processo de incorporação do CO brasileiro.

As peculiaridades de origem da produção cafeeira, dirigida exclusivamente para o mercado mundial, e o mosaico de “mercados” locais e regionais de que era composto o território brasileiro constituíam a contrapartida doméstica das manifestações da economia-mundo capitalista, desde o início de nossa história presentes em nossa ambiência econômica. A partir dessa visão, a inclusão do CO ao circuito da produção de mercadorias e da valorização do capital representaria a continuação de um processo cujos determinantes proviriam dos ritmos cíclicos da economia-mundo, porém com as peculiaridades da presença e, a partir de certo momento, da intervenção do Estado brasileiro e dos interesses hegemônicos em nosso cenário político e econômico.

## REFERENCIAL TEÓRICO BÁSICO

Na teoria do sistema-mundo,<sup>3</sup> referências a arenas externas mencionam um de dois

possíveis cenários, ambos enfatizando regiões ainda não submetidas à lógica (e to-



das as suas conseqüências) do sistema-mundo capitalista. O primeiro cenário refere-se a entidades políticas estabelecidas e reconhecidas, situadas fora da economia-mundo capitalista, como os impérios Otomano e Chinês nos séculos XVI e XVII. A segunda possibilidade aponta para regiões ainda não subordinadas a uma dada organização política estatal ou que, caso hajam sido, ainda não se tornaram reconhecidas pelo sistema interestatal, como a Sibéria no século XVI ou a África no XVIII.

A questão mais importante presente na noção de arena externa encontra-se na tipologia das conexões que um dado território pode estabelecer com a economia-mundo capitalista. No entanto, em ambos os casos, as arenas externas ainda não desenvolveram “a regular flow of products from the area to other areas of the axial division of labor of the capitalist world-economy” (HOPKINS ; WALLERSTEIN, 1982, p. 129). Desse modo, identificar o tipo de interação que essas áreas estabelecem com a economia-mundo torna-se crucial para a análise, porque é a partir dele que se pode ou não conectar regiões a um ou mais eixos da divisão mundial do trabalho. Essa questão assume especial relevância porque alguns tipos de trocas não se integram ao processo regular de produção e reprodução da economia-mundo capitalista e, conseqüentemente, acabam por não afetar o movimento geral de acumulação de capital. Aqui, variações de preço, escassez ou abundância relativa não induzem ou disparam reações em cadeia que possam interferir no fluxo regular da vida econômica, mesmo em extensão mais

limitada, regional, da economia-mundo capitalista.

Tal comércio tem sido denominado de comércio de luxo, e é sua dimensão qualitativa que ressalta a especificidade do comércio que uma arena externa desenvolvia com a economia-mundo capitalista (WALLERSTEIN, 1982, p. 99-199; 1989, p. 131-33). Esse tipo particular de comércio poderia ser exemplificado por penas de pássaros, peles exóticas, seda, ou outro item desejado porém não indispensável à reprodução das condições de produção e/ou de vida tanto dos produtores como dos consumidores. Um aspecto decisivo desse tipo de produção e de troca é a irregularidade congênita que se manifesta em atividades coletoras, ou naquelas cuja produção ocorre de modo sazonal ou, ainda, nos interstícios de importantes atividades regulares de subsistência. Um tipo relativamente freqüente dessa atividade produtiva provém de atividades rituais, cujo produto excedente pode eventualmente ser comercializado. Com isso, temos que os vínculos comerciais com as arenas externas eram, no mais das vezes, irregulares, marcados pela não-essencialidade daquela atividade, até porque o produto comercializado não raro revestia-se de menor interesse para seus produtores, devido ao escasso valor que a ele atribuíam. É necessário ainda acrescentar a todas essas limitações uma última, qual seja, a quantidade pouco expressiva de produtos envolvidos nesse tipo de troca.

Entretanto, além dos tipos mais comuns de arenas externas apontados acima, deve-se acrescentar um terceiro tipo, qual seja,

o daquelas regiões ou redutos internos ao território de um estado nacional que, no entanto, continuam apartados do fluxo continuado de mercadorias, mesmo pertencendo a entidades políticas reconhecidamente participantes do sistema interestatal. É verdade que esses interstícios em áreas incorporadas são destacadas exceções na tendência secular de expansão da economia-mundo capitalista, especialmente a partir do início do século XX, quando praticamente todo o globo terrestre foi entranhado em suas redes.

A despeito da pouca atenção que geralmente os estudiosos do sistema-mundo atribuem ao tema, em pelo menos duas ocasiões Hopkins e Wallerstein demonstram preocupação sobre como tratar aqueles redutos ainda não incorporados.

Em um artigo, “Theoretical and Interpretative Issues”, Wallerstein afirma:

We are going to have to worry about inner boundaries, because, if we look at it in the very early stages, there exists a set of outer boundaries, but there are also inner areas that are not involved. The political processes of incorporating inner areas into larger economic areas are obscure and we have to worry about how we will define them (WALLERSTEIN, 1982, p. 100).

Há dois problemas nessa citação que demandam referência: em primeiro lugar, os espaços internos não incorporados são vistos como traços dos primeiros momentos, dos períodos mais primitivos da economia-mundo capitalista e, em segundo, o reconhecimento da dificuldade para clarificar os processos políticos da incorporação.

Entretanto, em uma segunda passagem, Hopkins e Wallerstein comentam a respeito da existência de redutos (*redoubt areas*) que, apesar de estarem dentro dos limites da economia-mundo, ainda não se encontram incorporadas. Afirmam que:

[...] The literature on agricultural history has indicated a clear pattern over time of “inner” expansions, in the sense that not all the areas physically located inside the outer boundaries of the world-economy had necessarily been from the outset involved in the social economy. There were “subsistence redoubts”. It is clear that, as a process, the incorporation of areas at the outer edges and areas that were redoubt inside was essentially the same phenomenon economically, even if it had a different definition juridically and perhaps different prerequisites politically. Whereas “outer” expansion has undoubtedly reached its limits, it may be that “inner” expansion has still some small distance to go (HOPKINS ; WALLERSTEIN, 1982, p. 56).

Além de reconhecerem a existência de nichos apartados da economia-mundo capitalista, apesar de fisicamente localizados dentro de seus limites, os autores apontam ainda duas questões de importância para o tema aqui discutido. Primeiro, que em sua dimensão econômica, a incorporação desses tipos de arenas externas (aquelas fisicamente localizadas fora dos limites da economia-mundo capitalista e aquelas que, por qualquer razão, foram mantidas isoladas, porém dentro dos limites da economia-mundo) apresenta-se essencialmente como um mesmo fenômeno e, segundo, que esses redutos seriam “de subsistência”. Nesse último ponto, a ênfase a uma “economia de subsistência” apre-





senta-se como um traço diferenciador entre estes redutos e as áreas circundantes incorporadas. O que as aproximaria seria a similitude do processo de trazê-las à ambiência da economia-mundo capitalista, embora cada ponto de partida e seus respectivos conteúdos políticos e sociais possam apresentar peculiaridades e diferenças.

Por outro lado, os estudos sobre incorporação reforçam, em parte, o entendimento acima, pois insistem no processo e na qualidade dos laços que vinculam um dado território à dinâmica da economia-mundo capitalista (ARRIGHI, 1979; SO, 1984; ÇIZAKÇA, 1985; KASABA, 1987; PHILLIPS, 1987; MARTIN, 1987). Os mesmos autores indicam ainda que a incorporação das arenas externas apresenta-se não apenas como um prolongado processo, mas também como um movimento descontínuo, de avanços irregulares. Nesse sentido, a partir do reconhecimento de uma não-linearidade no processo de incorporação, torna-se teoricamente concebível que uma dada região possa estar fora dos limites da economia-mundo, mesmo sendo parte de um Estado pertencente ao sistema interestatal. Assim, se impérios muito bem estruturados como o Chinês (SO, 1984) ou o Otomano (ÇIZAKÇA, 1985; KASABA, 1987) foram incorporados por partes no longo processo de trazê-los ao encadeamento mundial da produção capitalista, é teoricamente possível utilizar o conceito de arena externa e, conseqüentemente, o de incorporação, em contextos sociais onde partes do território de um Estado nacional são progressivamente trazidas à órbita da mesma economia-mundo.

Tendo sido demonstrado ser adequado utilizar o conceito de arena externa àquelas partes de um território nacional que continuaram apartadas dos processos centrípetos da economia-mundo capitalista, torna-se agora necessária uma breve apresentação do conceito de incorporação, com o intuito de evidenciar a pertinência de sua aplicação ao processo de ocupação do CO brasileiro.

Na teoria do sistema-mundo, o conceito de incorporação pertence ao quadro geral das tendências seculares da economia-mundo capitalista, isto é, da direção básica de desenvolvimento do conjunto do sistema, processo portador de desigualdades e de discontinuidades. Nesse sentido, incorporação está inscrita no movimento geral de expansão de um sistema que assumiu traços peculiares a partir do alargamento e aprofundamento sem fim das relações de produção capitalista e de seu corolário, o infinito processo de acumulação de capital.

Como um conceito histórico, incorporação é o processo de expansão física do capitalismo, a partir de seu núcleo europeu, desde seu impreciso início no final do período medieval. Pelo início do século XX, a economia-mundo capitalista tinha atingido seus limites de expansão: cobria a totalidade do planeta, com alguns interstícios sem importância deixados de lado.

A precaução a ser tomada quando se utiliza o conceito de incorporação para explicar a absorção daquelas áreas intersticiais à economia-mundo é a de não utilizá-lo para qualquer expansão ou realocação de

capital, porque a economia-mundo está contínua e ciclicamente experimentando esses tipos de mudanças. Em primeiro lugar, o que realmente importa considerar é a condição econômica prévia da região em estudo, as características de suas conexões sistêmicas anteriores ao início do movimento centrípeto que a trouxe até a economia-mundo e sob quais bases aquela interação sistêmica particular foi construída. Em segundo lugar, deve-se avaliar como os principais traços do processo desenvolveram-se em relação ao que foi identificado como a *diferentia specifica* do conceito de incorporação através da história da economia-mundo capitalista. Em outras palavras, para ser chamado incorporação, um processo histórico não pode apresentar semelhanças aleatórias com o conceito. Deve-se, de algum modo, demonstrar que uma região passou (ou estaria passando) por mudanças qualitativas em seu modo de interação com a economia-mundo; que o processo construiu (ou estaria construindo) laços profundos e permanentes com as correntes de mercadorias em funcionamento na economia-mundo capitalista; que o processo de acumulação de capital foi (ou estaria sendo) maximizado na área em incorporação; que um novo padrão de produção para exportação foi (ou estaria sendo) organizado, freqüentemente sob controle de grandes empreendimentos; que o processo de incorporação foi garantido e estimulado por efetiva intervenção estatal; que tenha sido uma resposta a pressões sistêmicas além de ter implantado uma coerção ainda mais intensa sobre a força de trabalho (HOPKINS ; WALLERSTEIN, 1982, p. 41-82, 91-103; 121-142; HOPKINS ;

WALLERSTEIN, 1987, p. 763-769; WALLERSTEIN, 1989, p. 130-131). Se esses pré-requisitos estiverem presentes na vinculação de uma área intersticial à economia-mundo, então poderemos dizer que é de incorporação que estamos tratando.

Conforme demonstrado a partir das considerações acima, o processo de incorporação não significa simplesmente trazer algumas áreas à ambiência da economia-mundo capitalista. Ela traz importantes transformações na estrutura econômica da região em incorporação, tais como, novos processos de produção, novas relações de trabalho, novos produtos e novos mercados. Entretanto, o conjunto dos interesses envolvidos necessita de forte interferência e suporte do Estado para realizar seus objetivos naquela parte prospectiva da economia-mundo. A presença do Estado torna-se indispensável especialmente porque a incorporação acontece como parte da busca por condições de produção mais favoráveis (força de trabalho, recursos naturais, novos mercados) para compensar as pressões que obstruíam ou poderiam obstruir o movimento sem fim de acumulação de capital no Estado incorporador (WALLERSTEIN, 1989, p. 131).

Nesse sentido, a intervenção das instituições e dos recursos do Estado torna-se invariavelmente necessária para domesticar as condições e os recursos prevalecentes na região incorporada. Para tal, são necessários substanciais aportes de capital e de poder à disposição do Estado nacional envolvido. A vasta quantidade de capital requerida para estimular o processo jun-



tamente com a crescente dificuldade política para canalizar uma cada vez maior quantidade de recursos para tal empreendimento impedem que a incorporação apresente um movimento linear exibindo, em vez disso, um comportamento de surtos, de saltos. Ou como afirmam Hopkins e Wallerstein (1987, p. 776):

[...] Expansion was neither an easy or costless task. One did only as much as one had to do, to compensate for current difficulties. Hence, expansion occurred in spurts, a little at a time, and

hence one expanded first where it was easiest to expand.

Do que foi dito acima e reforçado por esta última citação, o processo de incorporação é sempre determinado pela entidade política e econômica incorporadora, com a participação, na melhor das hipóteses, secundária, responsiva, dos interesses localizados nas zonas incorporadas. Neste e em outros aspectos já comentados, o processo que teve lugar na região CO não fugiu à regra. A próxima seção apresentará algumas evidências a esse respeito.

## CENTRO-OESTE: SURTOS INCORPORADORES NO SÉCULO XX

No final do século XIX e começo do século XX, as províncias de Mato Grosso e de Goiás continuavam apresentando aquele tipo de existência tão duramente resumido por Saint-Hillaire como de “triste décadence et de ruines” (1847, p. 308-309). Os estados, apesar de ocuparem cerca de 25% do território brasileiro, eram os menos populosos do país e sequer apresentavam município com pelo menos um (1) habitante por quilômetro quadrado, mesmo considerando suas respectivas capitais. Em tal quadro de dispersão populacional, os pequenos agrupamentos urbanos eram completamente dependentes dos estímulos espasmódicos provenientes do campo. Assim, existindo como reflexo da vida rural, as cidades da região desempenhavam funções que se assemelhavam àquelas típicas das cidades das economias pré-capitalistas, ou seja, funções administrativas, coercitivas e religiosas.

Por outro lado, as atividades rurais ou, mais genericamente, do setor primário, ao lado da generalizada produção agrícola de subsistência, apresentavam a atividade coletora como a mais importante, tal como o látex e o mate no Mato Grosso. Em ambos os casos, qualquer expansão dependia exclusivamente dos avanços sobre novas reservas naturais de *Haevea brasiliensis* e de *Ilex paraguayensis*. Por sua vez, a pecuária, atividade usualmente lembrada como a mais importante, como a que estrategicamente iria posicionar o CO em um rudimento de divisão regional do trabalho a ser esboçada posteriormente, ainda era uma atividade a rigor “extrativa”. O gado se reproduzia em fazendas de extensões tão vastas e a terra possuía tão pouco valor que não se utilizavam cercas para separar as propriedades. Nessa época, nas fazendas goianas, apartavam-se as crias jovens (novilhos, bezerras) do rebanho,

perdas na imensidão do cerrado, e as encaminhavam para Barretos para crescimento, engorda e posterior abate em São Paulo (ESTEVAM, 1998, p. 86). A partir dessa forma tão irregular de produção, não é difícil presumir quão errático era o vínculo do CO com a “economia paulista”.

A chegada da estrada de ferro (1914) afetou muito timidamente a vida local, apesar de já se notarem fluxos comerciais mais regulares com outros estados, especialmente de gado e de arroz. A consequência imediata, contemporânea ainda da fase de construção das ferrovias, foi a valorização das terras adjacentes ao traçado dos trilhos.

Com a expansão dos trilhos, os sertões de Mato Grosso e de Goiás foram pouco a pouco despertando da estagnação. A rede urbana de Mato Grosso, na época inferior à de Goiás, tomou novo impulso, fazendo progredir as cidades já existentes, como Campo Grande, Aquidauana, Miranda, entre outras. Ao mesmo tempo, novas cidades eram criadas, tanto ao lado da ferrovia como em localidades razoavelmente distantes da via férrea, como Dourados, Rio Brillante e Bonito (CORRÊA FILHO, 1969, p. 621).

O surgimento e desenvolvimento de centros urbanos intensificaram a utilização e, conseqüentemente, a procura por novas terras. Esta se fazia tanto através da compra como pela regulamentação de situação de posse e, também, pela busca, a qualquer custo, de terrenos não claramente apropriados. Esse processo acabou introduzindo, pela primeira vez em Mato Gros-

so, a necessidade de demarcação das propriedades agrícolas, com a desagregação de inúmeros latifúndios. As antigas posses eram tão imensamente grandes que, mesmo após várias divisões, era comum encontrar propriedades de 50.000ha. (CORRÊA FILHO, 1969, p. 622).

Em Goiás, os poucos dados disponíveis indicam que o estado se tornou exportador de arroz a partir da primeira década do século XX. A inauguração da Estrada de Ferro de Goiás (1914), um prolongamento, através do Triângulo Mineiro, da Estrada de Ferro Mogiana, estendeu ao sul do estado a facilidade e a regularidade de transporte, antes só disponível a Uberaba e Araguari, no Triângulo Mineiro.

No período anterior à ferrovia, Goiás se caracterizava por exportar produtos relativamente caros e exóticos (com exceção do gado) como peles da fauna nativa, penas de pássaros, fumo e marmelada, por exemplo. Os altos custos dos transportes e a disseminada economia de subsistência eram responsáveis por essa especialização (BORGES, 1990). Após a inauguração da ferrovia, a quantidade dos produtos alimentares mais populares havia superado em muito aqueles produtos mais tradicionais, sofisticados e/ou exóticos. Com isso, no período 1915-1920, o arroz assume a posição de principal produto agrícola de exportação de Goiás, por via ferroviária, que embarcou, em 1918, quase 7.000 toneladas de arroz e 1.500 de feijão (BORGES, 1990, p. 125).

De fato, esses números demonstram que no sul de Goiás, na região beneficiada pela



ferrovia, estava em progresso a instalação de uma economia mercantil, embora as relações de produção estivessem relativamente estabilizadas, com meeiros, posseiros, camaradas e pequenos arrendatários constituindo o grosso dos produtores diretos permanentemente em atividade. Ao lado deles e com velocidade crescente, começou a surgir a figura do trabalhador assalariado temporário, grupos seminômades que se dirigiam ao sul de Goiás sazonalmente, nos tempos de plantio e colheita, quando a demanda de força de trabalho crescia extraordinariamente (BORGES, 1990, p. 107-108).

Em breves palavras, era esse o cenário prevaletente no CO nas primeiras décadas do século XX, época que convencionalmente se costuma atribuir à região uma já efetiva função complementar às atividades que se desenvolviam em São Paulo. A complementaridade se dava com a produção de alimentos naquelas áreas periféricas que estariam suprindo a demanda alimentar da força de trabalho ocupada em São Paulo e/ou no Sudeste (MARTINS, 1975, p. 39; BORGES, 1990, p. 89-90; ESTEVAM, 1998)

Dois são os argumentos a indicarem fatores de ordem sistêmica (ritmos cíclicos e tensões no sistema interestatal) como determinantes para a ocorrência daqueles impulsos incorporadores verificados no início do século XX. Em primeiro lugar, devemos verificar o que ocorria com o abastecimento doméstico de gêneros alimentícios de grande consumo popular.

Durante toda a República Velha (1889-1930), a orientação para o exterior da agricultura brasileira manteve-se

inalterada. Esta afirmação refere-se especificamente ao privilegiamento do setor externo no que diz respeito às políticas do Estado, às preocupações dos grupos dirigentes e, sobretudo, às origens dos estímulos produtivos para a economia brasileira. Deste modo, a preponderância econômica da monocultura em extensas regiões, aliada a certa desconsideração com o abastecimento interno – provavelmente o efeito concreto da ideologia das vantagens comparativas – exigiam permanentemente a importação de ampla variedade de produtos alimentícios, sendo o arroz um dos principais produtos invariavelmente presentes nas pautas anuais de importações, com quase 62.000 toneladas importadas no período 1908 a 1912. Embora declinantes, as importações de alimentos continuaram importantes até a metade da Primeira Guerra Mundial (1916) (Anuário Estatístico do Brasil: 1908-1912, v. 2, p. 111).

No caso específico do arroz, produto que nos interessa por ser o principal item agrícola de exportação de Goiás, as importações cresceram continuamente até o período 1901-1905, diminuindo até quase desaparecer em 1920. Já as exportações apresentaram-se insignificantes até o início da guerra, quando atingiram 236.000 toneladas, entre 1916-1920. Em regra geral, esse é o comportamento observado para todos os alimentos selecionados nas tabelas consultadas, ou seja, ter apresentado significativa expansão das exportações durante os últimos anos da Primeira Grande Guerra. (VILLELA; SUZIGAN, 1975, p. 95; LINHARES; SILVA, 1979, p. 36)

Por outro lado, é também digno de nota o comportamento declinante das importações dos principais alimentos tradicionalmente importados (arroz, feijão, batata e milho). Em todos os casos, a partir de 1917, fica evidente que o país havia se transformado em exportador de alimentos, certamente respondendo à demanda internacional provocada pela guerra (VILLELA; SUZIGAN, 1975, p. 127).

Não foi possível encontrar séries estatísticas anuais que detalhassem a produção e/ou a exportação de grãos do CO durante os primeiros trinta anos do século XX. Durante esse período, Goiás respondia por praticamente toda a produção da região, de acordo com os dados do censo de 1920.

O mesmo censo de 1920 mostra também que, àquela altura, Goiás ainda nem de longe estava fornecendo alimentos para o Sudeste em quantidade suficiente para cumprir uma propalada função na divisão regional do trabalho, ou seja, a de produzir alimentos para São Paulo, segundo a interpretação corrente que explica a colonização do CO no século XX como determinada pelos impulsos da economia cafeeira. Não poderia ser diferente pois, a despeito de todo o estímulo gerado pela existência real de uma demanda não satisfeita, comprovada pela necessidade permanente de importação até 1916 e pelo aumento das exportações durante a guerra, Goiás continuava a produzir apenas 4,5% do arroz (37.427,6 toneladas) e 1,5% do feijão (10.947,8 toneladas) da produção nacional de 1920. Na verdade, as quantidades que exportava eram residuais quando comparadas com a produção total de arroz daquele ano (831.495,1 tone-

ladas) ou mesmo quando confrontadas com as exportações (Censo de 1920 – Agricultura, 1924, p. 5).

A década de 1930 não trouxe mudança nesse quadro marginal da produção agropecuária do CO. Houve até retração em termos relativos na produção da região. A produção de arroz, por exemplo, equivalia, em 1930, a 8,35% da produção nacional, enquanto que em 1939 o percentual era de 7,13%. Em outras palavras, os estímulos autarquizantes que a crise de 1930 impôs ao Brasil foram menos fortes no CO que em outras regiões do país, como o Sul (RS), no caso do arroz, estado que, de fato, produziu boa parte do aumento da oferta naquela década, (Estatísticas da Agricultura Brasileira, 1990).

Somente a partir do início da Segunda Guerra Mundial pôde-se notar avanços importantes na produção de arroz do CO, fenômeno que ganharia impulso na década seguinte.

Pode-se, portanto, afirmar que os estímulos emanados a partir da economia cafeeira e de seu desdobramento industrializante, no período em que esta foi hegemônica no cenário econômico brasileiro, não foram suficientes para transformar o CO em importante produtor de grãos para o mercado doméstico paulista ou brasileiro. Apenas a partir de 1940 é que se percebe uma tendência de crescimento da produção de arroz no CO, determinada por razões bastante diferentes daquelas que associavam a dinâmica da agricultura da região (especialmente Goiás) à oferta de alimentos para a economia cafeeira.



As guerras mundiais, o desaparecimento da oferta internacional de alimentos provocado pela desorganização da produção e do comércio internacional, as pressões da demanda internacional, estes foram os verdadeiros estimuladores da agricultura do CO.

O segundo argumento a demonstrar o pequeno impacto da dinâmica econômica paulista sobre a região CO no período em análise (até 1930) fundamenta-se no comportamento do setor externo brasileiro naqueles anos. A citação que se segue destaca resumidamente os tópicos mais relevantes da questão.

A crise do comércio exterior que se iniciara em 1913 foi agravada durante a I Guerra Mundial. Os preços dos produtos de exportação caíram a níveis extremamente baixos, causando forte redução em seu poder de compra, que se refletiu em baixo volume de importações (também afetado pela diminuição da oferta externa, causada pela guerra), o que, por sua vez, implicou em queda na receita federal, de vez que 2/3 dela provinham do imposto de importação (VILLELA; SUZIGAN, 1975, p. 117).

A citação aponta para outro decisivo estimulador da produção e da exportação de alimentos pelo CO. A crise econômica que se abateu sobre o Brasil em 1913 provinha, em parte, da queda dos preços do café e da borracha. Os efeitos dessa queda e a guerra impuseram à economia brasileira a busca de produtos exportáveis não tradicionais, como foi o caso dos alimentos.<sup>4</sup>

Poderia ser argumentado que a produção goiana de arroz contribuiu para a existên-

cia de excedentes do produto de tal modo que permitiu sua inclusão entre aquelas mercadorias exportáveis por estar o mercado doméstico plenamente abastecido. Isso, porém, não ocorreu. Em primeiro lugar, devido à exígua quantidade produzida pela região. Em segundo, e muito mais importante que a pouca significância da produção goiana, porque a decisão de seguir aumentando a exportação de alimentos não levou nem minimamente em conta o abastecimento interno. De fato, em 1917, a escassez de alimentos e seu conseqüente alto preço atingiram níveis tão dramáticos, que já se ouvia no Congresso Nacional sérias críticas a tal situação. O deputado Nicanor Nascimento afirmava que “tornou-se intolerável a vida não só das populações paupérrimas, mas até das populações médias”. Mais adiante, acusava os exportadores de se aproveitarem da situação dizendo: “Ao passo que a riqueza aumenta e, com ella, a exportação, o empobrecimento nacional é cada vez maior” (LINHARES; SILVA, 1979, p. 32).

Foi a crise do comércio exterior do Brasil, iniciada em 1913, a verdadeira causadora do início da incorporação do CO. Foi a escassez de divisas que empurrou o Estado brasileiro em busca de novos produtos exportáveis, para compensar a brutal diminuição das receitas públicas necessárias para saldar compromissos externos. Ocasionalmente alguns daqueles produtos eram produzidos em Goiás, no momento em que o transporte ferroviário estava chegando à região. A forte pressão da demanda para exportação acabou, então, sendo responsável pela expansão da agricultura e da pecuária goiana e pelo estímulo à pecuária mato-grossense. Os anos

posteriores à Primeira Guerra Mundial, até o início da década de 1940, comprovam nossa afirmação quando identificamos que a produção agrícola daqueles estados (no que respeita ao arroz) até regrediu em termos relativos. Esta afirmação coincide com a interpretação hoje corrente de que somente como consequência da crise de 1930 pôde-se verificar a existência de um dinamismo com alguma determinação interna na economia brasileira. É com esse dinamismo, em parte endógeno, que se inicia, a partir de 1940, com as reformas estruturais do Estado e com o aprofundamento da industrialização havidos na década anterior, um processo de

adensamento de interesses de maneira que os estímulos incorporadores internamente gerados começaram a se fazer sentir, progressivamente, sobre a região CO. A partir de 1940, portanto, o eixo dinamizador da incorporação se deslocará para incluir sistemática e permanentemente novos interesses (já agora internos, locais e, por esse momento, nacionais), gestados durante o período anterior e crescentemente interessados naquela incorporação. Entretanto, a região terá de esperar um bom tempo para que transformações qualitativas na economia e na agricultura brasileiras alterem o ritmo, a intensidade e o destino final da incorporação.

## O GRANDE SURTO INCORPORADOR DOS ANOS 1970

O pesquisador Tamás Szmrecsányi iniciou um importante estudo a respeito do desenvolvimento da agropecuária no Brasil afirmando que:

A maioria dos estudos sobre o desenvolvimento recente da economia brasileira identifica na industrialização do País o seu principal fator dinâmico, relegando a um segundo plano o papel nele desempenhado pelas transformações do setor agropecuário (SZMRECSÁNYI, 1995, p. 109).

Depois de sintetizar as razões “desta maneira de ver as coisas” em uma “lei do declínio secular da participação do setor agropecuário”, o autor progressivamente busca demonstrar os equívocos implícitos na aceitação de tal tendência como orien-

tação absoluta para os estudos de desenvolvimento econômico.

Ao estudarmos o comportamento da agricultura, especialmente da agricultura de exportação, durante a década de 1960, ficam claros os limites e os equívocos implícitos na aceitação irrestrita daquela “lei”. A necessidade de se introduzir variáveis independentes especificamente ‘agrícolas’ – tal como a importância do café para as contas externas do país – acaba por impor o reconhecimento não apenas dos exageros da “lei do declínio secular da agricultura”, mas também permite que determinações fundamentais nas mudanças da trajetória da agropecuária brasileira sejam encontradas a partir da própria dinâmica do setor agrícola do país.





Com o fim da guerra em 1945 e a progressiva reorganização dos mercados, a agricultura brasileira retomou rapidamente seu dinamismo produtivo apresentando, porém, duas tendências que iriam tornar-se cruciais para o entendimento das direções futuras do setor: 1) o aumento da produtividade por hectare dos produtos cultivados para o mercado mundial, como o café e a cana-de-açúcar, e 2) a crescente migração da produção de alimentos para regiões mais distantes dos centros consumidores, como o CO e o Nordeste. É importante ressaltar que, a despeito de a produção de alimentos ter se deslocado para áreas mais periféricas, com baixa e estagnada produtividade, aqueles anos foram caracterizados como tendo produzido alimento suficiente para nutrir a crescente população urbana, fato até então inédito na história do país.

Nas áreas mais nobres, com melhores solos e de mais fácil acesso ao mercado mundial, como o Sudeste e especialmente em São Paulo, a produção de alimentos foi sendo progressivamente substituída por culturas para exportação, tendo a região recuperado uma característica que havia sido parcialmente abandonada com a crise econômica internacional dos anos 1930, ou seja, a de ser uma região de agricultura preponderantemente exportadora.

O deslocamento da produção de alimentos para regiões mais distantes, em progresso durante os anos 1950, marcou o início de uma divisão regional da produção agrícola, em que uma hierarquia de lugares e de regiões foi associada a uma hierarquia de produtos e de destinação. Como sempre na agricultura brasileira, o critério utilizado na montagem dessa hierarquia foi a expectativa doméstica com

Antropolítica

respeito às orientações da economia-mundo ou, em outras palavras, a dependência que o país tinha na demanda agrícola da economia-mundo. Em tal redivisão geográfica do trabalho, a região CO passou a desempenhar o papel de fornecedor de alimentos através da adição de novas terras e de nova população rural reproduzindo, assim, o “velho” e natural processo de incorporação cujo início remontava ao princípio do século, porém com velocidade e solidez redobradas.

Resumidamente, então, pode-se afirmar que a principal característica dos anos 1950 foi fornecer divisas para o programa de industrialização substitutiva de importações, ao mesmo tempo em que alimentava a crescente população urbana através da ocupação de novas terras.

A década de 1960, deve-se dizer desde já, não foi particularmente diferente dos anos 1950 no que diz respeito à produção para o mercado interno. O crescimento da produção agrícola continuava a ocorrer mediante a adição de novas terras, e o aprofundamento da especialização agrícola regional seguiria a mesma direção do após-guerra.

Por sua vez, o setor agrícola de exportação estava vivendo um momento de radicais transformações. A despeito de a agricultura ter respondido satisfatoriamente às necessidades do mercado doméstico e de ser a única fonte de recursos para saldar os compromissos da industrialização substitutiva de importações (ISI), a crescente necessidade cambial para continuar aquela particular política industrializante

Niterói, n. 8, p. 77-104, 1. sem. 2000

tornou-se demasiado para uma agricultura que havia sido mantida intocada em seus aspectos tradicionais de baixa produtividade e de pouca diversificação. Tão importante era a participação da agricultura para as exportações do Brasil que o valor agrícola exportado, em média, na década de 1950, foi de 94% do total das exportações do país (INTERNATIONAL..., p. 1981-1986). O final do período, no entanto, apresentava claros sinais de esgotamento do modelo substitutivo que, entre outros problemas, indicava uma fragilidade no setor externo, situação que se tornou aguda no final da década.

Uma discussão detalhada a respeito da crise do final dos anos 1950 e começo dos 1960 vai além dos limites deste trabalho. O que cabe enfatizar, no entanto, é que o governo que tomou o poder em 1964, apesar de introduzir uma série de mudanças de diagnósticos e nas prioridades da ação governamental, não apenas se viu obrigado a reconhecer as extraordinárias pressões sobre o setor externo brasileiro como ainda incumbiu-o de novas tarefas.

As razões da urgência para aumentar as exportações eram a necessidade de saldar os débitos herdados do período substitutivo de importações e estabelecer as pré-condições para um novo surto de expansão industrial. O desenho deste novo surto industrializante estava dirigido para os estratos de mais altas rendas, o que tenderia a aumentar as importações de produtos e máquinas mais sofisticados, portanto, mais caros. Além disso, o aumento das exportações era indispensável para fazer com que a comunidade internacional

acreditasse na eficácia das políticas então adotadas.

O problema era que havia muito pouco a fazer para estimular o comércio exterior a não ser tentar diversificar as exportações agrícolas, além de promover algumas matérias-primas como o minério de ferro. As exportações brasileiras ainda eram pesadamente dependentes de bens primários, como evidenciado a partir do peso das exportações agrícolas em 1964 (83%). Esse esforço conseguiu fazer ressurgir alguns produtos agrícolas tradicionais, como a cana-de-açúcar e o algodão, ao mesmo tempo em que procurava adicionar outros produtos na pauta de exportações, como o milho, além das primeiras incursões no mundo da soja.

Nessa mesma época, enquanto o governo estava tentando de todo o modo diversificar as exportações, o café estava vivendo sua crise final como o principal produto brasileiro de exportação. Devido a um conjunto complexo de razões, cujo começo remonta ao início do século XX, estava claro que nenhum esforço reverteria o contínuo declínio que o produto brasileiro experimentava no mercado mundial. A crise de superprodução não teria fácil solução. Como já havia se tornado evidente para os tecnocratas do novo governo, as necessidades financeiras que o Brasil teria de enfrentar para restabelecer suas conexões com a economia-mundo ou, como eles racionalizavam, para construir um novo modelo de economia aberta, criariam demandas muito superiores ao que a já danificada economia cafeeira seria capaz de suportar. O desafio, portanto, não era



apenas diversificar as exportações, mas também encontrar um conjunto de produtos que pudesse se firmar de modo significativo e duradouro na pauta de exportações do Brasil e que fosse fundado em sólidas vantagens comparativas.

Mesmo reconhecendo que um tratamento detalhado do longo processo que culminou com a devastadora crise que a atividade cafeeira sofreu no início dos anos 1960 vai além dos limites deste trabalho, um breve comentário a respeito dessa questão torna-se indispensável para o conjunto da nossa argumentação.

Durante a década de 1960, a economia cafeeira sofreu a mais intensa retração de sua história, mesmo se a crise dos anos 1930 for levada em consideração. A área plantada, a produção e o rendimento por hectare sofreram quebras que foram parcialmente recuperadas apenas em 1981. A área plantada apresentou, em 1970, um recuo de quase 50%, quando comparados com os números alcançados em 1961, enquanto que a produção total apresentou um declínio ainda mais drástico (a área total caiu de 4.393.836ha em 1961, para 2.402.993 em 1970, enquanto que a produção declinou de 4.407.439 toneladas em 1961 para 1.509.520 toneladas em 1970) (Estatísticas da Agricultura Brasileira, 1990). Frente a um quadro dessa gravidade, restam duas perguntas: o que aconteceu com o café nos anos 1960 e qual foi o destino dado às terras antes ocupadas com cafezais?

Uma resposta resumida à primeira questão poderia ser: o declínio da importância

do café brasileiro no mercado internacional e a conseqüente crise de superprodução – cujo resultado imediato foi a brutal retração comentada acima – se devem, paradoxalmente, ao próprio sucesso das políticas que mantiveram o Brasil como o grande produtor mundial de café durante a primeira metade século XX.<sup>5</sup> De fato, após a safra de 1906, com a ameaça de quebra generalizada do setor e a provável desorganização da economia brasileira, o Estado não encontrou opção senão intervir diretamente na oferta do produto, ao mesmo tempo em que procurou, com menos sucesso, controlar a expansão dos cafezais.

A conseqüência dessa política foi, como esperado, a recuperação do preço internacional do produto, estimulando, por razões políticas e econômicas, a continuação dessa estreita intervenção do Estado nos assuntos do café. Essa convergência de interesses nas políticas de valorização do café no Brasil (Estado, produtores, financiadores e exportadores) não apenas reforçou as ingerências estatais no assunto café como também acabou por familiarizar os grupos dirigentes no Brasil com a necessidade e, mesmo, eficiência, das intervenções do Estado. A tradição mais intervencionista do Estado brasileiro, dentre todos os Estados latino-americanos, observada na maior parte de nossa história republicana, em grande medida se deveu ao sucesso das intervenções no setor cafeeiro. A esse respeito é oportuno lembrar uma passagem muito ilustrativa de Hirschman:

The low price elasticity of short run supply characteristic of coffee has interesting further consequences for public policy making. Once the coffee-

growing country is ripe for industrialization, that characteristic makes it possible for the State to finance the needed infrastructure and to subsidize the nascent industries by a policy of squeezing the coffee sector by direct or indirect taxation. Such a policy would be far less successful if the to-be-squeezed primary product had a higher price elasticity of short-run supply, as is for example the case for cattle or wheat. [...] With respect to coffee, however, there appears the possibility for a truly dialectical sequence: first the special production and market characteristics of coffee make for the formation of strong pressure group of coffee growers which pushes the State into assuming responsibility for interference with market forces. As a result, the State becomes aware of its capabilities and duties as the maker of national economic policy for development. At a later stage of growth, such a policy will require that income be redistributed away from the coffee growers and toward other sectors that needed to be nurtured. And this redistribution can be carried out with success because of the very characteristics of coffee that originally made for the vigorous and successful pressures of the coffee planters on the State (HIRSCHMAN, 1971, p. 11).

No entanto, o sucesso das políticas de valorização acabou por estimular outros países a produzirem café, aproveitando-se dos esforços do Brasil para manter os preços altos no mercado mundial. O resultado foi que, nos anos 1930, a participação brasileira satisfazia 52% da demanda mundial, enquanto no início do século essa parcela girava entre 75% e 82%.

O fim da Segunda Guerra Mundial e a regularização do comércio mundial trouxeram de volta o problema da defesa do

café, em um contexto diferente daquele do início do século. Tornava-se agora fundamental garantir os rendimentos do setor cafeeiro, cujo produto alcançava bom preço no mercado mundial, através do controle da oferta e da desvalorização cambial, de modo a permitir as necessárias transferências para financiar o processo de industrialização. Entretanto, a consequência geral do processo acabava por ser uma continuidade do observado em época precedente. Estimulados pelos preços relativamente altos no mercado mundial, competidores africanos e latino-americanos continuavam a se aproveitar de um mercado favorável. Com isso, a participação do Brasil no mercado mundial de café continuou a declinar, caindo de 63,5% do valor mundial exportado em 1950 para 37,3% em 1960.

Devido à importância do produto para o comércio exterior do Brasil e às alianças do pacto político de dominação do período, os produtores, protegidos, continuavam a aumentar a produção, e a oferta de café no Brasil não parava de crescer. Anunciada em 1959, a crise de superprodução e a liquidação do sistema de defesa do café ocorreram no início da década de 1960 (DELFIN NETTO, 1981, p. 157).

A opção emergencial de diversificação da oferta de produtos agrícolas exportáveis, produzidos nas terras antes ocupadas com café, em São Paulo e no Paraná, tentada pelos tecnocratas do regime instalado em 1964, não apresentava garantia segura de constância e lucratividade tais como as que a atividade cafeeira pudera fornecer até aquele momento. A pouca solidez da diversificação das exportações agrícolas dos



anos 1960 pode ser demonstrada pelo desempenho das exportações no decênio, que mostra que a participação relativa do café no total das exportações agrícolas começou a declinar de modo consistente somente a partir de 1968, ano em que, pela última vez, as vendas de café representaram mais da metade das exportações agrícolas (IMF-IFS, 1951-1985; IBGE, 1990).

O declínio da participação do café a partir de 1970 reforça o argumento que aponta os últimos anos da década de 1960 como um período em que começa a haver uma maturação seletiva de novas opções. Os dados sobre o comércio exterior brasileiro (IBGE, 1990) não deixam dúvidas a respeito da importância e urgência de se encontrar um substituto dinâmico para o café, para suportar um amplo programa de modernização econômica, como o introduzido no Brasil a partir de 1967. Os dados mostram que nos anos 60 a participação da agricultura nas exportações brasileiras representava pouco mais de 80% do total das exportações do país. É bem verdade que tal proporção apresentava um lento declínio, acelerado a partir de 1970. Desse modo, a partir do referencial avaliativo disponível em meados dos anos 1960, a diversificação das exportações agrícolas seria sempre necessária, além de um rápido aumento das exportações agrícolas ser essencial para garantir decisões relativas às direções econômicas do país. Essa posição peculiar da agricultura no quadro das opções econômicas à disposição dos governos militares reforça o argumento de que o desenvolvimento da agricultura apresentava-se como um dos temas estratégicos mais importantes para a moldagem do que viria a ser o “modelo econômico

brasileiro”. E foi nesse contexto que o CO finalmente teve sua chance.

O que poderia estar reservado a uma região que nos anos 1960 continuava a ser produtora de alimentos, embora sem o vigor de crescimento apresentado na década anterior?

O CO, de fato, apresentou crescimento bem menos espetacular na produção de alimentos, embora possa ser observado significativo crescimento na área plantada da região. O problema foi o drástico declínio do rendimento por hectare, durante os anos 1960. O caso do arroz foi emblemático para a agricultura da região. O índice de rendimento recuou de 100 em 1950, para 79.3 em 1960 e para 65.5 em 1970. Essa queda do rendimento, de maneira geral, explica a perda de dinamismo da produção de alimentos da região, fenômeno também verificado com a mandioca e o milho (Estatísticas da Agricultura Brasileira, 1990).

As razões para a estagnação da produção, em uma região que já se apresentava como importante fornecedora de alimentos para o país, provinham de duas vertentes de origem comum: de um lado, o caráter camponês e as condições tradicionais da produção, e, de outro, a queda dos preços dos produtos agrícolas.

Lemos e Sevilha (1979, p. 48-49, Anexo vii) mostram que a produção de alimentos básicos no CO e no Brasil era uma atividade típica de unidades de produção pequenas ou muito pequenas. Entretanto, os dados não mostram quais os tipos de relações de produção que preponderavam, mesmo reconhecendo que a maio-

ria da produção provinha de parceiros, ocupantes ou pequenos arrendatários. Em um aspecto, entretanto, aqueles dados não deixam dúvida: não se tratava de produção capitalista.

Tudo indica que, exatamente porque essa produção não era capitalista, é que foi possível a expansão da área cultivada de arroz, mesmo considerando um contexto de preços decrescentes como aquele dos anos 1960, época em que o índice de preços do arroz caiu de 103 em 1958-1962 para 86 em 1968-1969 (1948-52= 100) (NICHOLLS, 1972, p. 150). De fato, o crescimento do tamanho médio da área cultivada no CO, mesmo com um drástico declínio no rendimento/ha e na taxa de crescimento das colheitas, significava que os produtores tentavam manter o montante total do rendimento proporcionado pelo arroz, procurando aumentar a área plantada, em um contexto de queda no preço do produto. Com essa associação da produção de alimentos com pequenos produtores tornou-se possível entender a expansão física da área cultivada, um crescimento importante considerando a queda dos preços agrícolas.

A necessidade da expansão física das áreas de cultivo em um contexto de rendimentos decrescentes, como os anos 1960, torna-se mais evidente quando se avalia a utilização de insumos agrícolas modernos (fertilizantes e sementes selecionadas). Lemos e Sevilha (1979) afirmam que as culturas de arroz e de feijão quase não utilizavam fertilizantes e sementes selecionadas (83% em Goiás e 99% no Mato Grosso e 85% em ambos os estados não utilizavam

sementes selecionadas em 1970), insumos que não requerem escala de produção para se tornarem eficazes na agricultura. Esses números apresentam razoável explicação para o declínio do rendimento por hectare da região durante a década, quando se considera que novas terras não necessariamente apresentam boa fertilidade e que aquelas supostamente mais antigas e mais férteis invariavelmente começam a necessitar de cuidados especiais depois de algumas colheitas.

Deste modo, a necessidade de aumentar o tamanho da área cultivada para equilibrar as quedas de rendas devido à queda dos preços agrícolas parece ser reforçada quando os recursos naturais (terra) são os únicos insumos que poderiam ser levados em consideração no processo de incorporação daquela época (década de 1960).

Se a expansão da área cultivada de arroz ocorreu devido à necessidade de compensar a queda dos preços agrícolas e do rendimento da região, pode-se afirmar que nos defrontamos com uma repetição daquele tipo tradicional de incorporação cujo início remonta à virada do século. Se havia diferença, esta estava na velocidade e não na forma.

Entretanto, uma mudança qualitativa radical estava em gestação. Alguns autores acreditam ser possível identificar o momento em que o projeto agropecuário do regime militar foi finalmente concebido, aceito e passou a ser implantado. Ribeiro (1988) afirma que em 1967 o regime militar finalmente adotou a opção modernizante para estimular o crescimen-



to da produção agrícola brasileira. A ocasião foi o Primeiro Congresso Nacional da Agricultura, em Brasília, quando os grandes proprietários impuseram suas posições políticas a respeito da direção a ser seguida pelas políticas agrícolas do governo. Naquela oportunidade, os proprietários de terras e a tecnocracia governamental elaboraram um conjunto de sugestões e demandas, aceitas pelos militares, que enterraram as tímidas propostas de reformar a estrutura agrária brasileira através de um programa de redistribuição de terras. Em vez de uma orientação reformista, que intentava implementar as propostas contidas no Estatuto da Terra, várias medidas foram aprovadas para manter intocada a estrutura agrária e estimular uma “política de modernização centrada no crescimento e diversificação das exportações agrícolas” (RIBEIRO, 1988, p. 91).

As propostas modernizantes eram baseadas principalmente em programas de difusão de novas tecnologias, extenso apoio do Estado (créditos e subsídios) e generosos incentivos para promover a pesquisa científica na agricultura, além de transferir a responsabilidade dos projetos de colonização para mãos privadas. O objetivo óbvio daquelas mudanças era aumentar, no mais curto espaço de tempo, a produtividade agrícola e acelerar o aumento dos excedentes externos do país através do crescimento e diversificação das exportações.

O processo de modernização do latifúndio, que incluía modernização e irrestrita utilização de insumos industriais (fertilizantes, máquinas e pesticidas), a adoção

de novos produtos (soja) e sementes geneticamente melhoradas e adaptadas foi entendido como sendo um movimento de modernização conservadora porque introduzia profundas transformações em uma estrutura agrária deixada intocada com todas as suas seculares desigualdades. Além disso, o processo de modernização também pressupunha a consolidação de uma indústria de insumos agrícolas e a crescente associação das atividades agrícolas com as industriais, fato que culminaria com a organização do Complexo Agro-industrial no Brasil.

Respeitando os limites deste trabalho, seria agora oportuno enumerar as principais políticas que estimularam esse último movimento do processo de incorporação da região CO do Brasil. Complementarmente, alguns de seus principais efeitos devem ser apontados para evidenciar as mudanças qualitativas provocadas por esse movimento final do processo de incorporação do Brasil central.

A primeira e mais importante das políticas do Estado a fazer avançar a ocupação econômica do CO foi o acesso extremamente fácil e atraente de financiamentos para a agropecuária.<sup>6</sup> Os dados dos censos agropecuários do Brasil (1970-1985) mostram que a maior parte dos investimentos agropecuários feitos na região, no período, foi financiada. Em 1970, a parcela financiada dos investimentos foi de 81%, subindo para 91% em 1975. A partir de então, ou seja, em 1980 e 1985, aquela proporção recuou para 38% e 40% respectivamente. Essa diminuição também pôde ser observada no total dos financiamentos

agropecuários do país. Entretanto, os mesmos censos mostram que o CO foi a região menos prejudicada pela diminuição da oferta de dinheiro. A região manteve, em termos proporcionais, a mesma posição na porcentagem de propriedades agrícolas, entre 5% e 5,5% do total do país, enquanto sua parcela no total dos financiamentos subiu de 13% para 19%! A partir desses números é possível afirmar que a região foi a que menos sofreu com o encolhimento da oferta de crédito dos anos 1980.

Mesmo considerando que o principal estímulo para esse último surto de incorporação tenha sido baseado em crédito subsidiado (SZMRECSÁNYI, 1983, p. 235), outros incentivos também muito importantes precisam ser lembrados. Incentivos fiscais e investimentos em infra-estrutura (estradas, eletrificação, telefones, silos e armazéns), pesquisa científica e extensão rural desempenharam papéis importantes no pacote de gastos públicos (gastos federais, estaduais e de incontáveis municípios envolvidos na atração de novos investimentos).

Devido à diversidade de agências públicas envolvidas, pode-se imaginar as dificuldades para estabelecer estimativas razoáveis para uma avaliação precisa daqueles investimentos, em grande parte generosamente transferidos para mãos privadas. Scheibe (1985, p. 67) avaliou os gastos unilaterais do Governo Federal em infra-estrutura, pesquisa e extensão rural em US\$ 250 milhões até 1983, um número que Mueller (1990, p. 55) julga superestimado. Entretanto, o Polocentro, um

programa de incentivo para a expansão agrícola do CO, aprovou, entre 1975 e 1982, 3.373 projetos de desenvolvimento rural, com um valor total de US\$ 630 milhões. Como a área de atuação do programa incluía parte de Minas Gerais (estado da região Sudeste), o autor afirma que 71,3%, de fato, foi para o CO, ou US\$ 450 milhões (MUELLER, 1990, p. 55).

Além disso, como o crédito só era concedido aos proprietários, especialmente os grandes, deixando de lado posseiros, ocupantes e parceiros, a existência de crédito tão abundante acabou por provocar dois fenômenos interligados: um aumento da concentração da propriedade agrícola e um aumento do preço da terra na região (MUELLER, 1990, p. 19; CUNHA et al., 1994, p. 52; IANNI, 1977, p. 79).

Outras duas políticas decisivas para a afirmação e garantia dos investimentos no CO foram: a política de preços mínimos (REZENDE, 1990; CASTRO ; FONSECA, 1995; CUNHA et al., 1994) e a unificação do preço dos combustíveis (SILVA, 1989). A política de preços mínimos garantia um retorno mínimo do capital investido, situação que minimizava a incerteza da rentabilidade do investimento, especialmente nas regiões mais distantes, porque a definição do preço mínimo acompanhava a rentabilidade mínima requerida para aquelas regiões onde os custos de produção eram mais altos. Por sua vez, a uniformização dos preços dos combustíveis foi concebida para manter nacionalmente uniforme o mais importante insumo de uma agricultura modernizada, o óleo diesel. Nesse caso, custos iguais para o diesel





favoreciam as regiões mais afastadas, porque não tornavam proibitivos a produção e o transporte de grão para os centros consumidores ou para os portos.

Esse pacote de incentivos diretos e indiretos, simultâneos ou sucessivos, fornecidos pelo Estado para tornar possível a rápida transformação do CO em uma área de especial significância agrícola para a economia brasileira foi muito eficaz. No período considerado (1970-1985), o CO foi transformado na região agrícola mais promissora do país, tornando-se uma das áreas de produção de soja mais importantes do mundo. A região tornou-se cada vez mais comprometida com a produção de bens exportáveis, similarmente àquelas de incorporação mais antiga. O CO começou a seguir o padrão tradicional de incorporação regional que o país tem experimentado desde há muito tempo, no sentido de que a incorporação agrícola sempre significou produzir diretamente para o mercado mundial, quer a partir da organização originária de unidades produtivas de exportação, quer a partir da substituição de produção camponesa – esta sim produtora de alimentos para o consumo doméstico – por produção exclusivamente dirigida para o mercado mundial.

Esse processo intensivo de concentração de terra e de investimentos ocorridos no CO produziu, como esperado, importantes mudanças nas categorias sociais envolvidas com a agropecuária na região. No entanto, dentre os vários movimentos observados, dois podem ser apontados como os mais importantes. Em primeiro lugar, a visível diminuição dos ocupantes e dos

parceiros, tanto no que se refere ao número total de estabelecimentos como no tamanho médio desses estabelecimentos. Os dados dos censos agropecuários do Brasil mostram que os ocupantes perderam, entre 1970 e 1985, metade da área total que ocupavam enquanto que o tamanho médio dos estabelecimentos diminuiu em 16% no mesmo período. O número total de parceiros diminuiu quase 60% entre aqueles anos (49.252 em 1970 e 21.293 em 1985).

Inversamente, o crescimento dos assalariados foi de quase três vezes durante aqueles anos, indo de 168.109 em 1970, para 470.415, em 1985, quatro vezes mais que o crescimento total da população rural. Essa maciça adição de trabalhadores assalariados não proveio totalmente da proletarianização dos ocupantes e dos parceiros, dado que o incremento de assalariados foi muito maior que a soma daquelas duas categorias. Esse crescimento tão expressivo baseou-se em trabalhadores imigrantes, itinerantes ou mais permanentes, os bóias-frias.

Finalmente, o que deve ser ainda comentado a respeito dessas observações sobre as variações da importância relativa ou até absoluta – como a dramática diminuição dos ocupantes e dos parceiros ou o impressionante crescimento dos trabalhadores assalariados – de algumas das principais categorias ocupacionais do meio rural do CO é que o movimento de radical transformação das relações de produção trazido pelo processo de incorporação a todo custo, tal como o implementado na região, sob o patrocínio do Estado, esteve longe de ser pacífico. Os relatórios e denúncias da Comissão Pastoral da Terra a respeito

de incontáveis assassinatos e os 16.442 casos de escravidão no Brasil em 1992 são testemunhas eloqüentes da extraordinária violência embutida naquele processo (BRUSSI, 1996, p. 351). A propósito da estreita relação entre violência e expansão capitalista na região, temos uma emblemática afirmação em entrevista concedida aos agentes da Pastoral da Terra pelo administrador da fazenda Arizona, no Pará.

(A fazenda)... inspecionada de surpresa em março de 1990 (e o administrador ao ser perguntado) por que mantinha 150 homens, mulheres e crianças em condições de cativo, vítimas de maus tratos físicos e humilhações, declarou abertamente: "Se não for desse jeito, não tem como abrir as fazendas no sul do Pará para pastagem e desenvolvimento da agropecuária" (MERRICK, 1989, p. 47).

## CONCLUSÃO

Este trabalho discutiu o processo de incorporação da região CO do Brasil depois do longo período de subsistência e isolamento que se seguiu à exaustão dos depósitos auríferos da área. A motivação não povoadora da exploração colonial, pelo menos no CO, produziu um movimento entrópico depois do "ciclo do ouro", que isolou essa região das tênues conexões que outrora haviam sido estabelecidas com a economia-mundo capitalista.

Depois de um longo interregno, o CO começou novamente a ser atado, sistemicamente, ao ininterrupto processo de produção de mercadorias, especialmente no final do século XIX, com algumas atividades extrativas como o látex e o mate.

O primeiro ponto ressaltado por este trabalho é que o processo de incorporação não seguiu uma trajetória linear. Ocorreu em surtos, induzido pelo tipo particular de conexões que o Brasil desenvolvia com a economia-mundo capitalista. É possível

identificar nos dados da produção agrícola do CO três desses momentos particulares que estimularam o desenvolvimento de laços entre a região e a economia-mundo. Foram eles: 1) a crise de 1913 e a Primeira Guerra Mundial; 2) a crise dos anos 1930 e a Segunda Guerra Mundial e 3) a crise dos anos 1960 e as dificuldades nas contas externas que o Brasil começou a apresentar por aquela época.

Esses três períodos da história brasileira são similares na medida em que produziram sérias dificuldades econômicas para o país, ainda que também produziram a necessidade e a oportunidade para expandir as exportações para superá-las. Em todos esses momentos, o CO apresentou expansão em sua produção agrícola, estreitando os laços com a economia-mundo capitalista. Deste modo, os movimentos da integração econômica da região funcionavam como uma reação do país às dificuldades externas, ao mesmo tempo em que a adição de novas oportunidades de



investimento aparentemente permitia aumentar as opções econômicas para enfrentar aquelas dificuldades.

Entretanto, do mesmo modo que a incorporação ocorria em surtos, também cada um desses movimentos apresentou interessantes singularidades. As duas primeiras “ondas” incorporadoras foram dirigidas para a produção de alimentos básicos, por exemplo, o arroz. Foram avanços mais “espontâneos”, porque não se notou a presença do Estado suportando o crescimento, além das garantias financeiras para a expansão dos trilhos àquelas paragens. Talvez porque fossem espontâneos é que aqueles movimentos simplesmente reproduziram a estrutura social e econômica da produção de alimentos, fundamentalmente baseadas em atividades “camponesas” (parceiros e ocupantes), cujas unidades de produção eram muito pequenas.

A diferença que se poderia apontar nesses dois primeiros movimentos incorporadores do CO foi sua intensidade. Enquanto o primeiro apresentou uma expansão mais curta e limitada, o segundo mostrou um ímpeto mais longo. Foi durante esse segundo movimento que Goiás tornou-se importante produtor de arroz para o país.

O terceiro surto incorporador, no entanto, teve uma história completamente diferente. Foi intencionalmente organizado para produzir produtos exportáveis em unidades produtivas muito grandes. Os processos de aquisição de terras e produção agrícola foram financiados e promovidos pelo Estado, com especial privile-

giamento às grandes propriedades. O corolário dessa intervenção particular foi uma mudança radical nas relações de produção, com os parceiros e ocupantes deixando de ser importantes categorias sociais na região. Foram substituídos por trabalhadores assalariados, permanentes ou temporários. Soma-se a isso o crescimento da violência contra camponeses e trabalhadores, com incontáveis relatos denunciando escravidão, intimidação e assassinatos.

O que pode ainda ser acrescentado é que o modo como a expansão agrícola foi promovida na região, especialmente caso se considerem as razões que motivaram aquele desenvolvimento (considerando que grande parte delas proveio da urgência em enfrentar dificuldades externas), aponta para uma condição de fragilidade com respeito ao seu desenvolvimento. O Brasil precisa do seu território inexplorado, *de sua reserva de natureza*, para tentar superar dificuldades econômicas trazidas periodicamente pelos movimentos cíclicos, quer de origem sistêmica quer de natureza mais doméstica. Esta interpretação é reforçada quando se menciona a dinâmica das exportações do país. Soja e seus derivados, como ração e óleos, estão entre os muito poucos produtos com os quais o país ainda apresenta vantagem comparativa com o restante da competição mundial. E o cultivo da soja está fortemente concentrado no CO.

Assim, se a trajetória do desenvolvimento brasileiro neste século tem estado conectada ao avanço sobre novas terras, se o padrão brasileiro de desenvolvimen-

to está atado ao processo de incorporação, então é possível afirmar que a incorporação tem funcionado como um instrumento para reforçar a estrutura de dominação do país.

Se for assim, torna-se razoável afirmar que enquanto houver terras a serem ocupadas, a estrutura de poder e suas orientações políticas dificilmente serão mudadas.

## NOTAS

1- A região CO é composta dos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Até 1988, o atual estado de Tocantins, por ser parte do estado de Goiás, fazia parte do CO. Neste estudo, como os dados são anteriores a 1988, Tocantins foi considerado como ainda fazendo parte de Goiás.

2- A respeito da importância dos estímulos da economia cafeeira e de seus desdobramentos para explicar a expansão econômica da região CO, ver Estevam. (1996). Para uma análise a respeito da grande autonomia da "economia paulista", ver Cano (1981).

3- Um sistema-mundo foi definido como: "...a spatio temporal whole, whose spatial scope is coextensive with a division of labor among its constituent parts and whose temporal scope extends as long as the division of labor continually reproduces the 'world' as the social whole. A world-economy was defined as a world-system not encompassed by a single political entity. Historically, it was maintained, world-economies tended towards disintegration or conquest by one group and hence transformation into a world empire - a world-system encompassed by a single political entity. The world-economy that emerged in sixteenth century Europe, in contrast, displayed no such tendency. Not only did it survive but it became the only world-system - in Wallerstein's own words - 'that has ever succeeded in expanding its outer boundaries to encompass the entire world,' thereby transforming itself 'from being a world to becoming the historical system of the world.'" (ARRIGHI, 1997, p. 2) As expressões sistema-mundo e economia-mundo foram traduzidas literalmente de seus correspondentes em inglês *world-system* e *world-economy* (dois substantivos em vez do adjetivo seguindo o substantivo

vo como em economia mundial, por exemplo). O autor dessa terminologia, Immanuel Wallerstein, pretende, com isso, diferenciar suas reflexões de paradigmas mais recentes que utilizam termos sistema mundial e economia mundial. O autor esforça-se por demonstrar a necessidade de se compreender o capitalismo não como um somatório de entidades econômicas nacionais, mas como um sistema único, supranacional, dividido em múltiplas entidades jurídico-políticas nacionais, porém com uma única economia submetendo cada entidade nacional (estado) à dinâmica geral desse sistema. As distinções políticas, ideológicas e metodológicas de tais avaliações são evidentes.

<sup>4</sup> "A partir de 1915 conseguiu-se diversificar as exportações que haviam caído muito devido à forte baixa dos preços dos produtos tradicionais, principalmente café e borracha, não só através das vendas dos produtos industrializados (tecidos de algodão, açúcar e carnes refrigeradas), mas também de manganês, algodão madeira e *produtos agrícolas alimentícios como arroz, feijão, milho, frutos oleaginosos, etc.* A estabilidade dos preços desses produtos possibilitou a recuperação da receita de exportações." (VILLELA; SUZIGAN, 1975, p. 118).

<sup>5</sup> A referência bibliográfica básica a respeito da trajetória do café até os anos 1960 desta parte foi o trabalho de Antonio Delfim Netto, citado abaixo.

<sup>6</sup> A participação do Estado, através de suas agências de financiamento, nunca foi inferior a 70% (em 1985) do total do financiamento agrícola no CO, no período 1979-1985. O percentual mais alto sob responsabilidade estatal ocorreu em 1980, quando 90,0% do total dos financiamentos agrícolas correram por conta do Estado (Censos Agropecuários do Brasil - 1970-1985).



<sup>7</sup> Os programas de colonização da década de 1940 foram de alcance muito limitado, sem conseqüências para a expansão da produção no CO, no

período. Por seu turno, a construção de Brasília, no decênio seguinte, acabaria por gerar importantes transformações, especialmente em Goiás, nos decênios seguintes.

## ABSTRACT

*This study discusses the process of incorporation of the Brazilian Center-West region through the evolution and later transformation of the mode of interaction it developed with the overall Brazilian economic environment. The study showed that the region's incorporation did not follow a linear trajectory. It happened in spurts, induced by the particular kind of connection Brazil developed with the world-economy. It was possible to identify three of these particular moments. They were: 1) the crisis of 1913 and the First World War; 2) the crisis of the 1930s and the Second World War; and 3) the crisis of the 1960s and the external account difficulties the country began to experience in the early 1970s. In all these moments, the Center-West tightened its bonds with the world-economy through the expansion of its agricultural production. The region's economic integration worked as the country's reaction against economic constraints. Thus, Brazil needs to rely on its unexplored territory, its reserve of nature to try to overcome economic difficulties.*

*Keywords: occupation, colonization, world-economy.*

## REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. Peripheralization of Southern Africa: changes in Production Processes, *Review*, no. 3, p. 161-191, Fall 1979.

ARRIGHI, Giovanni. *Capitalism and the modern world-system: rethinking the non-debate of the 1970s*. 1996. Paper Presented at the American Sociological Association Meetings, New York, August, 16-20, 1996.

BORGES, Barsanufu. *O despertar dos dormentes*. Goiânia: Cegraf, 1990.

BRUSSI, Antonio. O ovo do diabo: notas sobre a violência no campo e a modernização da agricultura brasileira. In: TRINDADE, Antonio Augusto C. *A incorporação das normas internacionais de proteção dos direitos humanos no direito brasileiro*. San José: Instituto Interamericano de Direitos Humanos, 1996, p. 337-353.

CANO, Wilson. *Origens da concentração industrial em São Paulo*. 2. ed. São Paulo: T. Queiróz, 1981.

- CASTRO, Ana C. *A dinâmica agro-industrial do C.O.* n° 148. Brasília, DF: IPEA, 1995 (Série IPEA).
- ÇIZAKÇA, Murat. Incorporation of the Middle East into the European World-Economy, *Review*, no. 8, p. 353-377, Winter 1985.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1922.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.
- CUNHA, Aécio S. (Org.). Uma avaliação da sustentabilidade da agricultura nos cerrados. Brasília, DF: IPEA, 1994. Relatórios de Pesquisa.
- DELFIN NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, 1981.
- ESTATÍSTICAS da agricultura brasileira. São Paulo: Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, v. 20, 1990. Suplemento 390.
- ESTEVAM, Luiz. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. Goiânia: Ed. do Autor, 1998.
- FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. *Yearbook of Food and Agricultural Statistics: 1945-1990*. Rome, 1991.
- HIRSCHMAN, Albert. *A Bias for Hope: essays on development and Latin America*. New Haven: Yale University Press, 1971.
- HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. Patterns of Development of the Modern World-System. In: \_\_\_\_\_. *World-system analysis: theory and methodology*. Beverly Hills: Sage Publications, 1982. v. 1, p. 41-82.
- HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. Cyclical rhythms and secular trends of the capitalist world-economy: some premises, hypotheses, and questions. In: \_\_\_\_\_. *World-System Analysis: theory and methodology*, Beverly Hills: Sage Publications, 1982. v. 1, p. 104-120.
- HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. Structural transformations of the world-economy. In: \_\_\_\_\_. *World-System Analysis: theory and methodology*. Beverly Hills: Sage Publications, 1982. v. 1, p. 121-142.
- HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. Capitalism and the incorporation of new zones into the world-economy. *Review*, X, no. 10, p. 763-780, 901-902, Summer/Fall 1987.
- IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazonia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979a.
- IANNI, Octavio. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia 1964-1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979b
- IBGE. *Censos agrícolas do Brasil (1950-1985)*. Rio de Janeiro, [1990].

- IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro, 1990 (Séries econômicas, demográficas e sociais 1550-1988).
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. *International Financial Statistics yearbook*. [Washington, D.C.], 1981-1986.
- KASABA, Resat. Incorporation of the Ottoman Empire 1750-1820. *Review*, no. 10, p. 805-847, Sumer/Fall 1987.
- LEMOS, Maurício B.; SERVILHA, Waldemar. *Formas de organização da produção de arroz e feijão no Brasil*. Brasília, DF: Edições Binagri, 1979 (Estudos sobre o Desenvolvimento Agrícola, n. 10).
- LINHARES, Maria Yeda L.; SILVA, Francisco C. T. *História política do abastecimento: 1914-1974*. Brasília, DF: Edições Binagri, 1979.
- MARTIN, Willian. Incorporation of South Africa, 1870-1920. *Review*, no. 10, p. 849-900, Sumer/Fall 1987.
- MARTINS, José S. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MERRICK, Thomas W. Population since 1945. In: BACHA, Edmar L.; KLEIN, Herbert S. (Ed.). *Social change in Brazil 1945-1985: the incomplete transition*. New Mexico: University of New Mexico Press, 1989. p. 15-48.
- MUELLER, Charles K. Políticas governamentais e expansão recente da agropecuária no C.O. *Planejamento e Políticas Públicas*, [s.l.], n. 3, p. 45-74, 1990.
- NICHOLLS, William H. The brazilian agricultural economy: recent performance and policy. In: \_\_\_\_\_. *Brazil in the Sixties*, Nashville: Vanderbilt University Press, 1972. p. 147-184.
- PHILLIPS, Peter D. Incorporation of the Caribbean. *Review*, [s.l.], no. 10, p. 781-804, Sumer/Fall 1987.
- POPULAÇÃO do Brasil: Rio de Janeiro: sinopse do recenseamento realizado em 9/1/1920. Rio de Janeiro: [s.n.], 1926.
- REZENDE, Gervásio C. *A agricultura de grãos no C.O.: evolução recente, vantagens comparativas regionais e o papel da política de preços mínimos*. Rio de Janeiro: IPEA, 1990 (Texto para discussão, n. 197).
- RIBEIRO, Ivan O. *Agricultura, democracia e socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- SAINT-HILLAIRE, Auguste. *Voyage aux source du Rio São Francisco et dans la Province du Goyaz*. Paris: Arthur Bertrand Editeur, 1847. v. 2.
- SCHEIBE, Steven D. Ações públicas e cerrados: problemas e alternativas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1985. p. 63-78.
- SILVA, Enid R. A. A política de preço uniformizado do óleo diesel e suas implicações no avanço da fronteira agrícola. Brasília, DF: IPEA, 1989 (Texto para discussão).

SZMRECSÁNYI, Tamás. Análise crítica das políticas para o setor agropecuário. In: BELLUZO, Luiz G. M. ; COUTINHO, Renata. *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SZMRECSÁNYI, Tamás . O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil republicano – economia e cultura (1930-1964)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. v. 4, t. 3.

SO, Alvin Y. The process of incorporation into the capitalist world-system: the case of China in the Nineteenth Century, *Review*, [s.l.], v. 8, no. 1, p. 91-116, Summer 1984.

VILLELA, Annibal ; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1989-1945*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

WALLERSTEIN, Immanuel. World-system analysis: theoretical and interpretative issues. In: HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel (Ed.). *World-system analysis: theory and methodology*. Beverly Hills: Sage Publications, 1982. v. 1, p. 91-103.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system, III: the Second Era of great expansion of the capitalist world-economy, 1730-1840*. New York: Academic Press, 1989.





# RESENHA







## TERRA SOB ÁGUA – SOCIEDADE E NATUREZA NAS VÁRZEAS AMAZÔNICAS

SMITH, Nigel J. H. - *The Amazon River Forest: a natural history of plants, animals and people*. New York: Oxford University Press, 1999. 208p.

JOSÉ AUGUSTO DRUMMOND\*

Nigel Smith, geógrafo da University of Florida, experiente em pesquisas na Amazônia, escreveu este excelente livro sobre natureza e sociedade nas planícies de inundação do rio Amazonas e de alguns de seus principais afluentes em território brasileiro. Com menos de 170 páginas – bem escritas, fáceis de ler, elegantemente formatadas e ilustradas com fotografias originais –, o texto é conciso, solidamente pesquisado e contém análise equilibrada. Smith descreve o cotidiano dos ribeirinhos, discute a conservação da natureza e estuda o desenvolvimento social e econômico na região. A combinação desses níveis de abordagem é feliz, e a execução é perfeita.

O texto tem três características notáveis. Em primeiro lugar, Smith focaliza uma fatia especial da Amazônia – as várzeas, sujeitas a inundações anuais, nas quais os processos naturais e sociais têm de se adaptar aos avanços e recuos periódicos de volumes torrenciais de água. As várzeas totalizam apenas cerca de 10% das terras da Amazônia brasileira, mas o seu uso e a sua ocupação são muito mais significativos do que sugere essa

cifra. Na literatura contemporânea sobre a Amazônia, as áreas de terra firme (não-inundáveis) têm recebido atenção muito maior, especialmente os locais onde existem estradas de rodagem.

Não conheço um livro analítico contemporâneo que dê ao leitor uma sensação tão exata das particularidades sociais, físicas e biológicas das várzeas amazônicas. O tom de Smith lembra o do clássico de Charles Wagley, *Uma comunidade amazônica*, embora haja grande diferença de conteúdo. Smith se interessa muito mais pelos padrões de uso dos recursos naturais, enquanto Wagley focalizou mais a cultura popular. Mas Smith chega tão perto da vida das pessoas quanto Wagley, mostrando, por exemplo, como os mesmos grupos – por vezes os mesmos indivíduos – usam os recursos distintos das várzeas e da terra firme.

Em segundo lugar, o texto de Smith se baseia em extenso trabalho de campo. Nas várzeas isso significa gastar muito tempo, pois depende de viagens em barcos lentos, sem horários fixos e inseguros. Smith reúne muitos anos de observações sobre o uso de recursos naturais, colhidas em vários pon-

\* Ph. D. Professor do Departamento de Ciência Política, UFF. Coordenador do Programa de Avaliação e Monitoramento Ambiental, Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais no Brasil, Banco Mundial

tos do médio e baixo Amazonas e dos seus principais afluentes. Ele registra usos “bons” e “maus” para a saúde do ambiente natural, e mais ou menos eficazes em termos de subsistência e de atendimento a demandas de mercado. As observações e fotos se combinam com o seu bom diálogo com os caboclos e ribeirinhos e dão ao seu texto um rico tom antropológico. O leitor aprende o que os ribeirinhos plantam e comem, e com que materiais constroem suas casas e canoas etc. Os abrangentes conceitos de manejo ecossistêmico e de desenvolvimento sustentável são assim trazidos no nível bem terreno (e aquático) do cotidiano das várzeas amazônicas.

Em terceiro lugar, Smith tem uma visão não-romantizada dos caboclos e dos amazônidas em geral. Smith não os constrói como “bons selvagens”, uma raridade na literatura. É estimulante ver um cientista que trata dos povos ribeirinhos da Amazônia como eles são, incluindo as maneiras pelas quais elas mudaram e continuarão a mudar. Smith não pede que a “tradição” seja “defendida” contra “forças externas”. Os caboclos retratados por Smith aparecem como uma gente forte, que tanto se aferra a “tradições” quanto adota “modernidades”, como qualquer grupo social que queira sobreviver a mudanças sociais aceleradas. Eles nada têm de vítimas. Embora Smith reconheça que os estilos de vida dos caboclos ajudam a preservar e até a enriquecer a biodiversidade, ele não coloca nos seus ombros a opressiva missão de se portarem como “bons selvagens” para proteger a natureza amazônica para o restante da humanidade.

Isso permite que Smith observe as práticas dos caboclos de forma equilibrada. Por isso, ele presta muita atenção a uma questão que considero crucial: as adaptações dos caboclos a oportunidades de mercado. Embora o autor seja favorável a esquemas de “manejo comunitário de recursos”, geralmente com a ajuda de atores externos, Smith destaca corretamente que muitos desses atores externos “[...] tendem a supor que as comunidades são anticapitalistas, quando na verdade existe pouca evidência disso na Amazônia brasileira. Pelo contrário, ainda estou por conhecer uma família de fazendeiros ou de pescadores que não se interesse por ganhar dinheiro” (p. 159). Ao não idealizar os habitantes, Smith enxerga mais e melhor que a maioria dos estudiosos contemporâneos da Amazônia.

No entanto, Smith não vai ao extremo oposto de se “desencantar” com os amazônidas. Muito pelo contrário. Logo à página 4, ele diz que a sua “mensagem” é “[...] que a biodiversidade é um recurso essencial para a adaptação dos sistemas agrícolas às condições em transformação da ecologia e da economia, e que o conhecimento local é um recurso muitas vezes ignorado para o manejo e conservação dos recursos biológicos [da região amazônica]”. A proposta básica de Smith é a intensificação dos usos humanos nas partes já ocupadas da Amazônia, com base na biodiversidade e no conhecimento local existentes. Com o mesmo realismo, Smith descarta a viabilidade de interrupção total das atividades atuais e do estabelecimento de reservas que excluam totalmente os ribeirinhos. O autor argumenta que a população das várzeas amazônicas “[...] aprendeu não apenas a convi-



ver com as variações sazonais dos níveis das águas, mas a se adaptar às mudanças constantes na configuração das terras” (p. 7). Uma mistura de tradição e adaptações modernas a demandas de mercado permite que essas pessoas extraíam recursos naturais e atinjam níveis de vida razoáveis. Tanto a extração quanto os níveis de vida podem ser melhorados sem que se recorra à extensificação das atividades atuais, e sem que se adotem receitas agrônomicas inadequadas.

Smith lembra que a maioria das políticas e medidas recentes no sentido de desenvolver a Amazônia se concentrou em áreas de terra firme, onde muitas vezes chegam multidões de migrantes atraídos pela facilidade de acesso rodoviário e pela promessa de terras fartas e baratas. As várzeas, alcançáveis quase exclusivamente por via fluvial, têm recebido muito menos migrantes e muito menos atenção dos analistas. Mesmo com a pressão demográfica menor, Smith argumenta que chegou a hora de olhar para o desenvolvimento das várzeas, empregando uma “mistura de pesquisa científica e conhecimento indígena, para [aumentar] a produtividade agrícola” (p. 9). Este é, digamos, o eixo propositivo do livro.

O Capítulo 3, “Uma cornucópia florestal”, é o mais marcante do livro. Nele Smith faz uma rica etnografia sobre como os povos das várzeas usam os recursos naturais locais. Ele produz algo como uma clássica etnografia da “cultura material”, instrumento ou gênero que infelizmente os antropólogos parecem praticar cada vez menos. Smith mostra como são obtidos e

usados dúzias de produtos naturais encontrados nas várzeas: frutas, nozes, sementes, raízes, cascas, fibras, peixes, animais terrestres, aves. Ele destaca o contexto de alta variabilidade biológica e genética desses recursos. O fruto da palmeira açai, por exemplo, é seguido por Smith, desde sua coleta em remotos terrenos inundados, seu transporte em pequenos barcos, sua venda a varejo e a atacado em feiras, seu processamento industrial em pequenas oficinas, chegando até as pequenas lojas e lanchonetes que oferecem bebidas, doces e sobremesas feitas do açai. Com menos detalhes, Smith faz o mesmo com os frutos de outras palmeiras (buriti, caraná, tucumã, bacuri etc.), leguminosas, arroz, sementes de árvores e arbustos (usadas como isca para a pesca ou como alimento para animais domésticos). Aprendemos também como certas árvores são plantadas ou protegidas para prover materiais de construção, lenha e fibras. Comparem também algumas plantas com usos medicinais. Para cada espécie, Smith fornece informações sobre origem, local de ocorrência natural, usos, técnicas de cultivo e proteção contra incêndios e animais herbívoros.

Smith trata também da mais famosa das questões ambientais amazônicas – o desmatamento. Ele critica o ideal de várzeas desmatadas, defendido por alguns agrônomos, planejadores, governantes e fazendeiros. O desmatamento ao longo das estradas na terra firme chama muito mais a atenção, mas a verdade é que existem trechos bem grandes de várzeas parcial ou inteiramente desmatados por operações madeireiras que não dependem de estra-

das. Smith mostra que a agropecuária de várzea pode conviver com uma cobertura florestal relativamente densa, mas admite que “em última instância pode-se ter lucro de curto prazo cortando as florestas [de várzea] de uma forma insustentável” (p. 81-82). Ao mesmo tempo, ele destaca que algumas propriedades praticam diversas formas de manejo agroflorestal. Assim, muitas propriedades exibem uma colcha de retalho de remanescentes de mata nativa, árvores e arbustos plantados, pastos, canteiros de culturas diversas e hortas domésticas.

O Capítulo 4 é também notável, pela forma equilibrada com que Smith trata da criação de gado, outro “vilão” comum nos estudos sobre a Amazônia contemporânea. De há muito se cria gado nas várzeas amazônicas, mas apenas nas últimas décadas os rebanhos aumentaram a ponto de exigir grandes pastagens. Principalmente a partir da década de 1960, com a introdução do gado bubalino (búfalos), mais e mais várzeas foram desmatadas para abrigar os rebanhos crescentes.

Smith mantém seu realismo: a criação de gado nas várzeas não vai desaparecer. Para os criadores, bois e vacas representam “ativos líquidos”, dão prestígio social, servem como poupança em ambiente inflacionário, e dão pouco trabalho (p. 97). Alguns criadores, mesmo pequenos, ganham dinheiro com laticínios. Outro fator nada desprezível é que os ribeirinhos apreciam a carne bovina. Smith conclui que “búfalos e o gado bovino poderão continuar a dar uma contribuição valiosa para a economia regional da Amazônia, mas as prá-

ticas de manejo terão que mudar de forma a reduzir a destruição de cultivos e do ambiente natural” (p. 99). Na página 101, Smith defende também a adoção de animais domésticos menores, “mais amigáveis” no tocante às florestas, como cabras, porcos, perus e galinhas, e mesmo a criação de alguns animais nativos, como a capivara, patos e tartarugas, de forma a diversificar as fontes de proteína e reduzir a pressão dos pastos sobre as florestas.

O Capítulo 5 examina várias formas de agricultura, apesar do fato de que “no todo a produção agrícola não é um fator significativo no desmatamento das várzeas” (p. 112). Smith faz um breve histórico do não muito conhecido ciclo da juta, planta asiática introduzida nas várzeas amazônicas para fornecer matéria-prima para a sacaria de alimentos em granel. O ciclo, iniciado em 1931, teve o seu ponto alto na década de 1960, chegando ao fim na década de 1980, por causa da concorrência de fibras sintéticas. Smith registra muitas propriedades cujas hortas produzem tomates, melões, melancias, pepinos, cebolas etc. para consumidores de cidades próximas. Os produtores ganham um dinheiro rápido e seguro, mas freqüentemente há o custo do uso inadequado de pesticidas e aditivos químicos.

Essas culturas, juntamente com as de mandioca, arroz, abóboras e milho, são encaradas por Smith como valiosos bancos de diversidade biológica e genética e de técnicas de cultivo. Suas variedades rústicas devem ser estudadas por cientistas. Por exemplo, Smith registrou pessoalmente 79 variedades de mandioca brava cultivadas



na várzea, algumas das quais sem sequer um nome popular preciso. Ele calcula que na bacia amazônica como um todo devam existir talvez mil variedades de mandioca brava e doce sob cultivo.

No Capítulo 6, Smith trata especificamente da questão da biodiversidade presente nos cultivos de várzea. Ele registra números altíssimos de espécies cultivadas ou protegidas em simples hortas domésticas. Há até árvores nativas pouco conhecidas, indicando que a curiosidade e a operosidade dos ribeirinhos continua a selecionar plantas para cultivo. Ele registra ainda os potenciais de atividades como a criação de peixes e tartarugas em cativeiro, e da criação de abelhas de várias espécies. Na página 149, o autor faz um apelo por mais pesquisa agroflorestal nas várzeas, destacando que “nenhum modelo ou configuração única de manejo agroflorestal é apropriada para toda a extensão do rio [Amazonas]. A heterogeneidade ambiental e as variáveis condições culturais e de mercado impedem que se faça um único modelo para o desenvolvimento”.

O Capítulo 7 conecta breve e agudamente as informações dos capítulos anteriores com as questões mais gerais da preservação da natureza e do desenvolvimento regional. Smith de novo discorda das análises convencionais ao propor que, além dos programas de “manejo comunitário de recursos”, “[...] uma grande ênfase deve ser dada ao trabalho com o setor privado para alcançar a meta de conservar e usar melhor a biodiversidade da região” (p. 158). Na página 159, ele afirma corretamente que

[um] esforço baseado em mecanismos de comando e controle do governo central para aplicar a legislação ambiental se mostrou em grande parte ineficaz, pelo menos nas áreas rurais da Amazônia. Ao invés de punir indivíduos e empresas que cortem florestas nas suas propriedades, deveria se oferecer incentivos para estimulá-los a conservar as florestas.

Smith assim reconhece as limitações daquele que ainda é o modo preferido de abordar as questões ambientais entre os pesquisadores e ambientalistas, brasileiros ou não – “louve-se a comunidade e punam-se os fazendeiros”. Essa fórmula tem de fato tido pouco sucesso na Amazônia.

Outras propostas polêmicas – embora eu concorde com todas elas – de Smith são: pesquisa aplicada sobre biodiversidade e sua conservação; intensificação da agricultura de várzea; a introdução de culturas, variedades e animais domésticos de outras regiões; a garantia de direitos pelo desenvolvimento e uso de recursos para as populações locais; democratização do crédito. O texto conclui com diversos apêndices contendo os nomes científicos e comuns de plantas cultivadas em lotes e hortas. Há ainda boas sugestões para leituras específicas.

Enfim, o livro é excelente. Contém extensa pesquisa original, é bem escrito e ilustrado, e situa bem o leitor na complexidade das várzeas amazônicas. Pode ser lido como um introdução a questões ambientais e desenvolvimentistas da Amazônia, ou de regiões tropicais em geral. No entanto, é tão bem organizado que serve também para discussões avançadas sobre questões



112

amazônicas, e até para cursos intensivos e *workshops*. Smith tem, acima de tudo, um ponto de vista sóbrio sobre os amazônidas das várzeas. É um alívio ler este livro de Smith, no contexto de tantos textos que

apresentam os amazônidas como “bons selvagens” (a comunidade), ou como “destruidores da natureza” (empresários e fazendeiros), e que tentam nos convencer que os vastos ecossistemas da Amazônia estão a um passo da destruição.





---

RELAÇÃO DE DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ANTROPOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

**CURSO DE MESTRADO EM ANTROPOLOGIA**

**1 TÍTULO: Um abraço para todos os amigos**

Autor: Antonio Carlos Rafael Barbosa

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Rodrigues

Data da Defesa: 16/1/97

**2 TÍTULO: A produção social da morte e morte simbólica em  
pacientes hansenianos**

Autor: Cristina Reis Maia

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Rodrigues

Data da Defesa: 2/4/97

**3 TÍTULO: Práticas acadêmicas e o ensino universitário:** uma  
etnografia das formas de consagração e transmissão do  
saber na universidade.

Autor: Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da Defesa: 16/6/97

**4 TÍTULO: “Dom”, “iluminados” e “figurões”:** um estudo sobre a  
representação da oratória no Tribunal do júri do Rio de  
Janeiro.

Autor: Alessandra de Andrade Rinaldi

Orientador: Prof. Dr. Luiz de Castro Faria

Data da Defesa: 3/1/97

**5 TÍTULO: Mudança ideológica para a qualidade**

Autor: Miguel Pedro Alves Cardoso

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Livia Neves Bragança

Data da Defesa: 7/10/97

**6 TÍTULO: Culto rock a Raul Seixas : sociedade alternativa entre rebeldia e negociação**

Autor: Monica Buarque

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Rodrigues

Data da Defesa: 19/12/97

**7 TÍTULO: A cavalgada do santo guerreiro: duas festas de São Jorge em São Gonçalo/Rio de Janeiro**

Autor: Ricardo Maciel da Costa

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da Defesa: 23/12/97

**8 TÍTULO: A loucura no manicômio judiciário: a prisão como terapia, o crime como sintoma, o perigo como verdade**

Autor: Rosane Oliveira Carreteiro

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da Defesa: 6/2/98

**9 TÍTULO: Articulação casa e trabalho: migrantes “nordestinos” nas ocupações de empregada doméstica e empregados de edifício.**

Autor: Fernando Cordeiro Barbosa

Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Delma Pessanha Neves

Data da Defesa: 4/3/98

**10 TÍTULO: Entre “modernidade” e “tradição”: a comunidade Islâmica de Maputo.**

Autor: Fátima Nordine Mussa

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello

Data da Defesa: 11/3/98

**11 TÍTULO: Os interesses sociais e a sectarização da doença mental**

Autor: Cláudio Lyra Bastos

Orientador: Prof. Dr. Marco da Silva Mello

Data da Defesa: 21/5/98

**12 TÍTULO: Programa médico de família: mediação e reciprocidade**

Autor: Gláucia Maria Pontes Mouzinho

Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Simoni Lahud Guedes

Data da Defesa: 24/5/99



**13 TÍTULO: O império e a rosa:** estudo sobre a devoção do Espírito Santo

Autor: Margareth da Luz Coelho  
Orientador: Prof. Dr. Arno Vogel  
Data da Defesa: 13/7/98

**14 TÍTULO: Do malandro ao marginal:** representações dos personagens heróis no cinema brasileiro

Autor: Marcos Roberto Mazaro  
Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Livia Neves Barbosa  
Data da Defesa: 30/10/98

**15 TÍTULO: Prometer – cumprir: princípios morais da política :** um estudo de representações sobre a política construídas por eleitores e políticos

Autor: Andréa Bayerl Mongim  
Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Delma Pessanha Neves  
Data da Defesa: 21/1/99

**16 TÍTULO: O simbólico e o irracional:** estudo sobre sistemas de pensamento e separação judicial

Autor: César Ramos Barreto  
Orientador: Prof. Dr. José Carlos Rodrigues  
Data da Defesa: 10/5/99

**17 TÍTULO: Em tempo de conciliação**

Autor: Angela Maria Fernandes Moreira Leite  
Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima  
Data da Defesa: 15/7/99

**18 TÍTULO: Negros, parentes e herdeiros:** um estudo da reelaboração da identidade étnica na comunidade de Retiro, Santa Leopoldina – ES

Autor: Osvaldo Marins de Oliveira  
Orientador: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Eliane Cantarino O’Dwyer  
Data da Defesa: 13/8/99

**19 TÍTULO: Sistema da sucessão e herança da posse habitacional em favela**

Autor: Alexandre de Vasconcellos Weber  
Orientador: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Delma Pessanha Neves  
Data da Defesa: 25/10/99

**20 TÍTULO: E no samba fez escola:** um estudo de construção social de trabalhadores em escola de samba

Autor: Cristina Chatel Vasconcellos

Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Simoni Lahud Guedes

Data da Defesa: 5/11/99

**21 TÍTULO: Cidadãos e favelados:** os paradoxos dos projetos de (re)integração social

Autor: André Luiz Videira de Figueiredo

Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Delma Pessanha Neves

Data da Defesa: 19/11/99

**22 TÍTULO: Da anchova ao salário mínimo:** uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo/RJ

Autor: Simone Moutinho Prado

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da Defesa: 25/2/2000

**23 TÍTULO: Pescadores e surfistas:** uma disputa pelo uso do espaço da Praia Grande

Autor: Delgado Goulart da Cunha

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da Defesa: 28/2/2000

**24 TÍTULO: Produção corporal da mulher que dança**

Autor: Sigrid Hoppe

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello

Data da Defesa: 27/4/2000

**25 TÍTULO: A produção da verdade nas práticas judiciais criminais brasileiras:** uma perspectiva antropológica de um processo criminal

Autor: Luiz Eduardo de Vasconcellos Figueira

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da Defesa: 21/9/2000

**26 TÍTULO: Campo de força:** sociabilidade numa torcida organizada de futebol

Autor: Fernando Manuel Bessa Fernandes

Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Simoni Lahud Guedes

Data da Defesa: 22/9/2000



**27 TÍTULO: Reservas extrativistas marinhas:** uma reforma agrária no mar? Uma discussão sobre o processo de consolidação da reserva extrativista marinha de Arraial do Cabo/RJ

Autor: Ronaldo Joaquim da Silveira Lobão

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da Defesa: 29/11/2000

**28 TÍTULO: Patrulhando a cidade:** o valor do trabalho e a construção de esterótipos em um programa radiofônico

Autor: : Edilson Marcio Almeida da Silva

Orientador: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Simoni Lahud Guedes

Data da Defesa: 8/12/2000

### **CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**29 TÍTULO: Gestão da educação municipal:** a administração do Partido dos Trabalhadores no município de Angra dos Reis

Autor: Claudio Batista

Orientador: Prof. Dr. José Ribas Vieira

Data da Defesa: 17/10/97

**30 TÍTULO: Utopia revolucionária versus realismo político:** o dilema dos partidos socialistas na ótica dos dirigentes do PT fluminense

Autor: Gisele dos Reis Cruz

Orientador: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Celina D'Araujo

Data da Defesa: 7/11/97

**31 TÍTULO: Relação ONG – Estado:** o caso ABIA

Autor: Jacob Augusto Santos Portela

Orientador: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Celina D'Araujo

Data da Defesa: 18/11/97

**32 TÍTULO: Reforma do Estado e política de telecomunicações:** o impacto das mudanças recentes sobre a EMBRATEL

Autor: José Eduardo Pereira Filho

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Livia Neves Barbosa

Data da Defesa: 18/12/97

**33 TÍTULO: Entre a disciplina e a política: Clube Militar**  
(1890 – 1897)

Autor: Claudia Torres de Carvalho  
Orientador: Prof. Dr. Celso Castro  
Data da Defesa: 19/12/97

**34 TÍTULO: Associativismo Militar no Brasil: 1890/1940**

Autor: Tito Henrique Silva Queiroz  
Orientador: Prof. Dr. Ari de Abreu Silva  
Data da Defesa: 22/12/97

**35 TÍTULO: Escola de Guerra Naval na formação dos oficiais superiores da Marinha de Guerra do Brasil**

Autor: Sylvio dos Santos Val  
Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Antonieta Parahyba Leopoldi  
Data da Defesa: 6/2/98

**36 TÍTULO: O Poder Legislativo reage : a importância das comissões permanentes no processo legislativo brasileiro**

Autor: Ygor Cervásio Gouvea da Silva  
Orientador: Prof. Dr. Fabiano Guilherme Mendes dos Santos  
Data da Defesa: 13/8/98

**37 TÍTULO: A experiência do Itamaraty de 84 a 96 : entre a tradição e a mudança**

Autor: Joana D'Arc Fernandes Ferraz  
Orientador: Prof. Dr. Ari de Abreu Silva  
Data da Defesa: 15/9/98

**38 TÍTULO: Centrais Sindicais e Sindicatos**

Autor: Fernando Cesar Coelho da Costa  
Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Celina Soares D'Araujo  
Data da Defesa: 16/11/98

**39 TÍTULO: A dimensão política da família na sociedade brasileira: o conflito de representações**

Autor: Guiomar de Lemos Ferreira  
Orientador: Prof. Dr. Gisalio Cerqueira Filho  
Data da Defesa: 15/12/98

**40 TÍTULO: A OMS, o Estado e a Legislação contrária ao tabagismo:**  
os paradoxos de uma ação

Autor: Mauro Alves de Almeida

Orientador: Prof. Dr. Ari de Abreu Silva

Data da Defesa: 21/12/98

**41 TÍTULO: Violência e racismo no Rio de Janeiro**

Autor: Jorge da Silva

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da Defesa: 23/12/98

**42 TÍTULO: Novas democracias:** as visões de Robert Dahl Guillermo  
O'Donnel e Adam Przeworski

Autor: Jaime Baron

Orientador: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Antonieta Parahyba Leopoldi

Data da Defesa: 16/7/99

**43 TÍTULO: Conselho Tutelar:** a participação popular na construção  
da cidadania da criança e do adolescente em Niterói – RJ

Autor: Maria das Graças Silva Raphael

Orientador: Prof. Dr. Ari de Abreu Silva

Data da Defesa: 13/12/1999

**44 TÍTULO: O Legislativo Municipal no contexto democrático  
brasileiro:** um estudo sobre a dinâmica legislativa da  
Câmara Municipal de Nova Iguaçu

Autor: Otair Fernandes de Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Ari de Abreu Silva

Data da Defesa: 20/12/1999

**45 TÍTULO: A gerência do pensamento**

Autor: Cláudio Roberto Marques Gurgel

Orientador: Prof. Dr. Gisálio Cerqueira Filho

Data da Defesa: 8/2/2000

**46 TÍTULO: Violência no Rio de Janeiro:** a produção racional do  
mal – a produção legal sobre segurança pública na  
Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro

Autor: Fabiano Costa Souza

Orientador: Prof. Dr. Gisálio Cerqueira Filho

Data da Defesa: 9/2/2000

**47 TÍTULO: As idéias de direito no Brasil seiscentista e suas repercussões no exercício e na justificativa do poder político**

Autor: Ana Patrícia Thedin Corrêa

Orientador: Prof. Dr. Gisálio Cerqueira Filho

Data da Defesa: 8/6/2000

**48 TÍTULO: Agência brasileira de inteligência: gênese e antecedentes históricos**

Autor: Priscila Carlos Brandão Antunes

Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Celina Soares D'Araujo

Data da Defesa: 25/8/2000

**49 TÍTULO: Dilemas da reforma da saúde no Brasil frente à globalização financeira: implementando a descentralização do sistema público e a regulação do sistema privado de saúde**

Autor: Ricardo Cesar Rocha da Costa

Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Antonieta Parahyba Leopoldi

Data da Defesa: 22/9/2000

**50 TÍTULO: Entre o bem-estar e o lucro: histórico e análise da responsabilidade social das empresas através de algumas experiências selecionadas de balanço social**

Autor: Ciro Valério Torres da Silva

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Rodrigues Gomes

Data da Defesa: 23/10/2000

**51 TÍTULO: Os empresários da educação e o sindicalismo patronal: os sindicatos dos estabelecimentos privados de ensino no estado do Rio de Janeiro**

Autor: Marcos Marques de Oliveira

Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Celina Soares D'Araújo

Data da Defesa: 14/12/2000





## **Revista Antropolítica / Artigos publicados**

### **Revista nº 1 – 2º semestre de 1996**

#### Artigos

Brasil: nações imaginadas

José Murilo de Carvalho

Brasileiros e argentinos em *Kibbutz*: a diferença continua

Sonia Bloomfield Ramagem

Mudança social: exorcizando fantasmas

Delma Pessanha Neves

Ostras e pastas de papel: meio ambiente e a mão invisível do mercado

José Drummond

#### Conferências

Algumas considerações sobre o estado atual da antropologia no Brasil

Otávio Velho

*That deadly pyhrronic poison* a tradição cética e seu legado para a teoria política moderna

Renato Lessa

#### Resenha

*Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas*. Marisa

G. Peirano

Laura Graziela F. F. Gomes

### **Revista nº 2 – 1º semestre de 1997**

#### Artigos

Entre a escravidão e o trabalho livre: um estudo comparado de Brasil e Cuba no século XIX

Maria Lúcia Lamounier

O arco do universo moral

Joshua Cohen

A posse de Goulart: emergência da esquerda e solução de compromisso

Alberto Carlos de Almeida

*In corpore sano: os militares e a introdução da educação física no Brasil*  
Celso Castro

Neoliberalismo, racionalidade e subjetividade coletiva  
José Maurício Domingues

Do “retorno do sagrado” às “religiões de resultado”: para uma  
caracterização das seitas neopentecostais  
Muniz Gonçalves Ferreira

Resenhas

*As noites das grandes fogueiras – uma história da coluna Prestes,*  
Domingos Meireles  
José Augusto Drummond

*Os sertões: da campanha de Canudos, Euclides da Cunha; o sertão  
prometido: massacre de Canudos no nordeste brasileiro,* Robert M.  
Levine  
Terezinha Maria Scher Pereira

### **Revista nº 3 – 2º semestre de 1997**

Artigos

Cultura, educação popular e escola pública  
Alba Zaluar e Maria Cristina Leal

A política estratégica de integração econômica nas Américas  
Gamaliel Perruci

O direito do trabalho e a proteção dos fracos  
Miguel Pedro Cardoso

Elites profissionais: produzindo a escassez no mercado  
Marli Diniz

A “Casa do Islã”: igualitarismo e holismo nas sociedades muçulmanas  
Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto

Quando o amor vira ficção  
Wilson Poliero

Resenha

Nós, cidadãos, aprendendo e ensinando a democracia, de Maria



Conceição D’Incao e Gerard Roy, a narrativa de uma experiência de pesquisa

Angela Maria Fernandes Moreira Leite

**Revista nº 4 – 1º semestre de 1998**

Artigos

Comunicação de massa, cultura e poder

José Carlos Rodrigues

A sociologia diante da globalização: possibilidades e perspectivas da sociologia da empresa

Ana Maria Kirschner

Tempo e conflito: um esboço das relações entre as cronofias de Maquiavel e Aristóteles

Raul Francisco Magalhães

O embate das interpretações: o conflito de 1858 e a lei de terras

Márcia Maria Menendes Motta

Os terapeutas alternativos nos anos 90: uma nova profissão?

Fátima Regina Gomes Tavares

Resenha

Auto-subversão

Gisálio Cerqueira Filho

**Revista nº 5 – 2º semestre de 1998**

Artigos

Jornalistas: de românticos a profissionais

Alzira Alves de Abreu

Mudanças recentes no campo religioso brasileiro

Cecília Loreto Mariz e Maria das Dores Campos Machado

Pesquisa antropológica e comunicação intercultural: novas discussões sobre antigos problemas.

José Sávio Leopoldi

Três pressupostos da facticidade dos problemas públicos ambientais

Marcelo Pereira de Mello

Duas visões acerca da obediência política: racionalidade e conservadorismo

Maria Celina D'Araujo

**Revista nº 6 – 1º semestre de 1999**

Artigos

Palimpsestos estéticos y espacios urbanos: de la razón práctica a la razón sensible

Jairo Montoya Gómez

Trajetórias e vulnerabilidade masculina

Ceres VÍctora e Daniela Riva Knauth

O sujeito da “psiquiatria biológica” e a concepção moderna de pessoa

Jane Araújo Russo, Marta F. Henning

Os guardiães da história: a utilização da história na construção de uma identidade batista brasileira

Fernando Costa

A escritura das relações sociais: o valor cultural dos “documentos” para os trabalhadores

Simoni Lahud Guedes

A Interdisciplinaridade e suas (im)pertinências

Marcos Marques de Oliveira

**Revista nº 7 – 2º semestre de 1999**

Artigos

Le geste pragmatique de la sociologie française. Autour des travaux de luc boltanski et laurent thévenot

Marc Breviglieri e Joan Stavo-Debauge

Economia e política na historiografia brasileira

Sonia Regina de Mendonça

Os paradoxos das políticas de sustentabilidade

Luciana F. Florit

Risco tecnológico e tradição: notas para uma antropologia do sofrimento

Glaucia Oliveira da Silva

Trabalho agrícola: gênero e saúde

Delma Pessanha Neves



## Resumo das publicações recentes dos professores do colegiado do PPGACP

### Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista

DELMA PESSANHA GOMES

1997. 384 p.

A autora apresenta contribuições ainda pouco discutidas pelos antropólogos, ao considerar a especificidade da experiência social e política dos fornecedores de cana. Apresenta, também, com incomum riqueza de detalhes e sob uma instigante *démache* antropolítica, o processo de construção social e política dos fornecedores de cana.

### Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro

JOSÉ AUGUSTO DRUMMOND

1997. 306 p.

Narra e avalia os diferentes usos que as terras florestadas fluminenses sofreram, desde os anônimos povos indígenas construtores dos sambaquis até a moderna cafeicultura comercial. As características naturais e sociais de cada um dos parques nacionais fluminenses – Itatiaia, Serra dos Órgãos, Tijuca e Serra da Bocaina – também são analisadas nesta obra.

### A predação do social

ARI DE ABREU SILVA

1997. 308 p.

Focaliza conseqüências de decisões políticas na área social brasileira, em particular,

no setor sanitário, analisando os efeitos dos gastos definidos para a área. Consiste em explicar por que o processo político brasileiro caracteriza-se como altamente predatório, dilapidador e ineficiente com relação aos gastos públicos em geral.

### Assentamento rural: reforma agrária em migalhas

DELMA PESSANHA NEVES

1997. 440 p.

Analisa o processo de mudança de posição social de trabalhadores rurais assalariados para produtores mercantis, no quadro de aplicação do PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária (1885) –, transformação possível diante da falência e da desapropriação da área agrícola de uma das usinas da região Açucareira de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

### A antropologia da academia: quando os índios somos nós

ROBERTO KANT DE LIMA

2. ED. 1997. 65 p.

Pretende discutir algumas questões relativas ao tema do colonialismo cultural, em particular no que se refere à possibilidade da produção de um conhecimento antropolítico capaz de descobertas esclarecedoras no âmbito da interpretação de países do Terceiro Mundo e, em especial, do Brasil

**Jogo de corpo**

SIMONI LAHUD GUEDES

1997. 355 p.

*Jogo de corpo* é um livro que se inscreve na temática da cultura da classe trabalhadora. Procura articular, a partir de trabalho etnográfico, as concepções de homem e trabalhador, enfocando o processo de construção social de trabalhadores e, por essa via, de uma forma particular de construção da pessoa.

**A qualidade de vida no Estado do Rio de Janeiro**

ALBERTO CARLOS DE ALMEIDA

1997. 128 p.

Define o que é qualidade de vida, escolhe indicadores para quantificá-la e classifica os municípios do Estado do Rio de Janeiro, bem como os bairros de Niterói e da capital do Estado de acordo com a conceituação e a medição correspondente. Um estudo útil para a implementação de políticas sociais. Indicado para funcionários da administração pública interessados em questões sociais, planejadores urbanos e regionais, estudantes universitários e cidadãos interessados na situação de sua cidade. Trata-se de um trabalho pioneiro na utilização da metodologia quantitativa para a medição da qualidade de vida em municípios brasileiros.

**Pescadores de Itaipu - meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro**

ROBERTO KANT DE LIMA

1997. 333 p.

Inaugurando a série A Pesca no Estado do Rio de Janeiro, *Pescadores de Itaipu - meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro* retrata a praia de Itaipu (Niterói, RJ) em um passado não muito distante e faz uma breve avaliação das mudanças ocorridas.

**Sendas da transição**

SYLVIA FRANÇA SCHIAVO

1997. 178 p

Uma contribuição ao estudo do campesinato parcelar, tão a gosto de inúmeros antropólogos que, na década de 80, buscaram o meio rural como lugar de reflexão sobre as mudanças que muito rapidamente sacudiam o campo brasileiro.

**O pastor peregrino**

ARNO VOGEL

1997. 300 p.

O autor analisa o ritual da primeira visita do Papa João Paulo II ao Brasil, revelando ao público acadêmico e ao leitor interessado na questão religiosa, no Brasil, as implicações simbólicas e sociológicas desse acontecimento.



### **Presidencialismo, parlamentarismo e crise política no Brasil**

ALBERTO CARLOS DE ALMEIDA

1998. 251 p.

Trata-se de importante contribuição para a compreensão de situações da crise política, bem como para o entendimento do golpe de 64. O autor faz uma análise da história política brasileira, mais precisamente, da história do período de 1946 a 1964.

### **Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro**

ANTONIO RAFAEL

1998. 178 p.

Uma investigação acerca do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, em especial aquele que é implementado no interior das favelas cariocas.

Baseado em dados colhidos em trabalho de campo realizado nos anos de 1995 e 1996, analisa as características infracionais dos grupamentos que atuam no tráfico nas comunidades. Um estudo corajoso sobre um dos temas mais polêmicos da atualidade.

### **Antropologia-escritos exumados 1 : espaços circunscritos - tempos soltos**

L. DE CASTRO FARIA

1998. 286 p.

Apresenta ao público leitor de Antropologia no Brasil o conjunto dos textos escritos e de programas de curso ministrados pelo autor.

Professor Emérito da UFRJ e da UFF, ao longo de seus 85 anos, mais de 60 deles dedicados à atividade acadêmica ininterrupta, Castro Faria publica seu primeiro livro. Uma ótima leitura para aqueles que se propõem a pesquisar a história do pensamento social brasileiro e da Antropologia.

### **Violência e racismo no Rio de Janeiro**

JORGE DA SILVA

1998. 249 p.

Produto de esforço teórico e acadêmico, é sobretudo uma contribuição prática para os estudiosos da questão racial e da violência, bem como para os formuladores de políticas públicas destinadas à melhoria da qualidade de vida da população, relacionadas com a violência e a segurança pública e ao público de modo geral.

**Novela e sociedade no Brasil**LAURA GRAZIELA FIGUEIREDO FERNANDES  
GOMES

1998. 137 p.

Destaca o objeto das narrativas telenovelistas e explicita o que elas de fato dramatizam em relação às formas de controle social e de resolução de conflitos existentes na sociedade brasileira

**O Brasil no campo de futebol**

SIMONI LAHUD GUEDES

1998. 136 p.

Enfoca o futebol como operador da identidade nacional brasileira, analisando a forma como ele se transforma em veículo para o debate sobre características do povo brasileiro. Discute também seu lugar no processo de socialização masculina através de estudo realizado numa escolinha de futebol.

**Modernidade e tradição :  
construção da identidade  
social dos pescadores de  
Arraial do Cabo (RJ)**

ROSYAN CAMPOS DE CALDAS BRITTO

1998. 265 p.

Uma etnografia da vida social e econômica dos pescadores de Arraial do Cabo. Instigante análise para a compreensão da pesca enquanto atividade econômica de nosso país e de nosso Estado. Traz uma relevante contribuição teórica para demonstrar as transformações das sociedades tradicionais frente à modernidade.

**As redes do suor : a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba**

LUIZ FERNANDO DIAS DUARTE

1999. 289 p.

*As redes do suor* resulta de pesquisa sobre os processos de identificação implicados na diferenciação pelo trabalho na pesca em Jurujuba. É um dos raros trabalhos a lidar com essa problemática no contexto urbano moderno brasileiro.

A descrição etnográfica da vida de um bairro popular e das diversas formas do trabalho na pesca nos leva à discussão das questões centrais da mudança e modernização em nosso país.

**Antropologia - escritos  
exumados - 2 : dimensões do  
conhecimento antropológico**

L. DE CASTRO FARIA

1999. 424 p.

O segundo volume de *Antropologia - escritos exumados* apresenta a produção de L. de Castro Faria nas áreas de Antropologia Biológica, Arqueologia, Etnologia e dos estudos de cultura material.

Resgata dimensões da trajetória do autor pouco evidentes para aqueles que já o conheceram envolvido com pós-graduação, estudos de Antropologia Social e história da produção intelectual.



### **Seringueiros da Amazônia: dramas sociais e o olhar antropológico**

ELIANE CANTARINO O'DWYER

1998. 231 p.

O livro descreve uma viagem pericial ao alto rio Juruá, no Estado do Acre, solicitada pela Procuradoria Geral da República para investigar denúncias sobre trabalho escravo. O levantamento antropológico é feito no contexto de ameaças contra os membros do Conselho Nacional dos Seringueiros, praticamente um ano depois do assassinato de seu líder Chico Mendes. Através dos testemunhos dos seringueiros, pode-se constatar, *in loco*, formas de violação das liberdades pessoais e de constrangimento ilegal perpetradas contra as populações seringueiras pelos chamados patrões dos seringais.

### **Práticas acadêmicas e o ensino universitário: uma etnografia das formas de consagração e transmissão do saber na universidade**

PAULO GABRIEL HILU DA ROCHA PINTO

1999, 244 p.

Um trabalho relevante, não só pela sua singularidade, como também pela abrangência e fôlego com que foi concebido e realizado. Constitui-se em fonte segura de subsídios para a compreensão de nossas instituições universitárias e acadêmicas.

### **"Dom", "Iluminados" e "Figurões": um estudo sobre a representação oratória no Tribunal do Júri do Rio de Janeiro**

ALESSANDRA DE ANDRADE RINALDI

1999. 107 p.

Busca compreender a representação da oratória do Tribunal do júri no Rio de Janeiro. Segundo a autora, existe uma fórmula, cuja função, de um ponto de vista externo ao campo jurídico, é persuadir aqueles a quem é dirigida; e, de um ponto de vista interno, distinguir os profissionais deste ofício, atribuindo-lhes ou não prestígio.

### **Angra I e a melancolia de uma era: um estudo sobre a construção social do risco**

GLÁUCIA OLIVEIRA DA SILVA

199. 284 p.

A originalidade deste livro reside na etnografia pioneira da única usina nuclear existente no Brasil na época e na construção de uma antropologia do trabalho em situação de risco.

Instigante, dominando a literatura sobre trabalho, comunidade, risco e meio ambiente, é uma das contribuições mais notáveis para uma sociologia do drama vivido pelos trabalhadores e empregados do nuclear.





## NORMAS DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

1. A Revista *Antropolítica*, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da UFF, aceita originais de artigos e resenhas de interesse das Ciências Sociais e de Antropologia e Ciência Política em particular.
2. Os textos serão submetidos aos membros do Conselho Editorial e/ou a pareceristas externos, que poderão sugerir ao autor modificações de estrutura ou conteúdo.
3. Os textos não deverão exceder 25 páginas, no caso dos artigos, e 8 páginas, no caso das resenhas. Eles devem ser apresentados em duas cópias impressas em papel A4 (210 x 297mm), espaço duplo, em uma só face do papel, bem como em disquete no programa Word for Windows 6.0, em fontes Times New Roman (corpo 12), sem qualquer tipo de formatação, a não ser:
  - indicação de caracteres (negrito e itálico);
  - margens de 3cm;
  - recuo de 1cm no início do parágrafo;
  - recuo de 2cm nas citações; e
  - uso de *itálico* para termos estrangeiros e títulos de livros e periódicos.
4. As citações bibliográficas serão indicadas no corpo do texto, entre parênteses, com as seguintes informações: sobrenome do autor em caixa alta; vírgula; data da publicação; vírgula; abreviatura de página (p.) e o número desta.  
(Ex.: PEREIRA, 1996, p. 12-26).
5. As notas explicativas, restritas ao mínimo indispensável, deverão ser apresentadas no final do texto.
6. As referências bibliográficas deverão ser apresentadas no final do texto, obedecendo às normas da ABNT (NBR-6023).

### *Livro:*

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 208 p. (Os pensadores, 6).

LÜDIKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação : abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.



FRANÇA, Junia Lessa et al. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 3. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1996. 191 p.

*Artigo:*

ARRUDA, Mauro. Brasil : é essencial reverter o atraso. *Panorama da Tecnologia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, p. 4-9, 1989.

*Trabalhos apresentados em eventos:*

AGUIAR, C. S. A. L. et al. Curso de técnica da pesquisa bibliográfica: programa-padrão para a Universidade de São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9. 1977, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação Rio-Grandense de Bibliotecários, 1977. p. 367-385.

7. As ilustrações deverão ter a qualidade necessária para uma boa reprodução gráfica. Elas deverão ser identificadas com título ou legenda e designadas, no texto, como *figura* (Figura 1, Figura 2 etc.).
8. Os textos deverão ser acompanhados de resumo em português e inglês, que não ultrapasse 250 palavras, bem como de 3 a 5 palavras-chave também em português e em inglês.
9. Os textos deverão ser precedidos de identificação do autor (nome, instituição de vínculo, cargo, título, últimas publicações etc.), que não ultrapasse 5 linhas.
10. Os colaboradores terão direito a cinco exemplares da revista.
11. Os originais não aprovados não serão devolvidos.
12. Os artigos, resenhas e demais correspondência editorial deverão ser enviados para:

Comitê Editorial da *Antropolítica*

Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política

*Campus* do Gragoatá, Bloco "O"

24210-350 – Niterói, RJ

Tels.: (21) 2620-5194 e 2719-8012

Desejo adquirir a Revista Antropolítica n<sup>os</sup>        , ao preço de R\$ 13,00 cada\*

Nome: \_\_\_\_\_  
Profissão: \_\_\_\_\_  
Especialidade: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
Telefone: ( \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_

Deposite o valor da(s) obra(s) em nome da Universidade Federal Fluminense/Editora (Banco do Brasil S.A., agência 3602-1, conta 170500-8), depósito identificado nº 15305615227047-5.

Envie-nos o comprovante de depósito, através de carta ou fax, juntamente com este cupom, e receba, sem qualquer despesa adicional, a encomenda em sua residência ou local de trabalho.

\* Comprando oito números, pague somente R\$ 80,00

